

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

O Papa e Fidel:
o encontro
da boa vontade



Brasil Telecom

Por que não?

Jornalistas
morrem atrás
da notícia

Iraque:
Clinton e a
surpresa russa



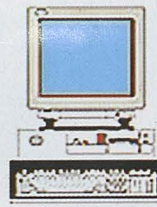
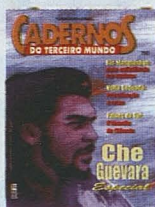
EDITORA TERCEIR MUNDO Online

Bem-vindo a Editora Terceiro Mundo Online - uma casa editorial com a visão do Sul.

Venha conhecer melhor nossa história e nosso propósito  



NOVIDADES



Home

Revistas

Publicações

Centro de
Documentação

Serviços

Fale conosco

Visite o nosso site na Internet

<http://etm.com.br>

EDITORIA
TERCEIRO MUNDO

DIRETOR FUNDADOR: Neiva Moreira
DIRETORA EXECUTIVA: Beatriz Bissio
DIRETOR ADMINISTRATIVO: Altair Campos

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

ISSN 0101-7993 Nº 206 Março 1998

Publicação com informação e análise
das realidades dos países emergentes

DIRETORA: Beatriz Bissio
DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITORES: Marcelo Monteiro e Procópio Mineiro
CONSULTORES: Darcy Ribeiro (*in memoriam*) Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)
REDAÇÃO: Beth von Zuben, Marcos Graça e Maurício Dantas (Rio), Roberto Bordini (Argentina), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)
REVISÃO: Valdenir Peixoto
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Sílvia Arruda (chefia), Marco André Balloussier, Mônica Pérez, Angélica Rogick e Leila Câmara
ARTE E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Nazareno de Souza (chefia) e Sheila Cristina Massapust
FOTOLITOS: ACE Fotolitos
WEB: Macário Costa e Jefferson Toledo Barros
GERENTE ADMINISTRATIVO: Jonas Bezerra da Silva
PUBLICIDADE: Cléber Saboya
Representantes de Publicidade:
Bolívia: Liliana Rodríguez & Marisol Corvera
Av. Bolívar, 43 Puerto Suárez- Santa Cruz
Telefax: 00591 976 2191/2927
São Paulo: J.R. Comunicação e Publicidade -
Av. Eng. Heitor Antônio Eiras Garcia, 311, conj. 01,
Tel: (011) 869-6606/fax: (011) 869-8935 -
Belo Horizonte: Renata Karine Lacerda -
Rua Vinhedas, 216, Tel: (031) 953-1212
CIRCULAÇÃO: Francisco Távora Heitmann (Gerente),
ASSINATURAS: Izabel Nascimento (supervisora),
Francisca Antonia e Sidnei de Souza
Tel: (5521) 221-7511 / Fax: (5521) 252-8455
PAGAMENTOS: cheque nominal e todos os cartões
E-mail: caderno@ax.apc.org

FOTOS: Agence France Presse (AFP)
CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHI-HATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Intercâmbio com as revistas: Africa News (EUA), Altercom (Ile-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Against the Current (EUA)

REPRESENTANTES DE ASSINATURAS:
Amapá: Wilson Alves Serafim - (096) 241-3513 / **Bahia:** Carlos Filho Rep. Ltda. - (075) 223-4109 / **Brasília:** Ecomark - (061) 349-8178 / **Espírito Santo:** A.R. Editorial - (027) 339-4992/340-2129 /
Maranhão: Cia da Criação - (098) 236-8731 / **Minas Gerais:** SHS Representant.Ltda. - (031) 274-8600 / **Novo Hamburgo:** Com.Rep. Kuffner Ltda. - (051) 593-8465/3633 / **Paraná:** Nilton Friedrich - (041) 254-2384 / **Pernambuco:** Rosária M. Siqueira - (081) 453-4949 / **Rio Grande do Sul:** Editora Intermédio - (051) 227-1363/228-8545 / **São Paulo (SP):** Francisco Fontanezi - (011) 692-2087
DISTRIBUIÇÃO: Fernando Chinaglia - Tel: (021) 575-7766
NUMEROS ATRASADOS: ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas acrescentando 30% ao valor do pedido para despesas de postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

EDITORIA TERCEIRO MUNDO

Rua da Glória 122, Grupos 105/106, Glória Cep: 20241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil Tel. PABX: (5521) 221-7511 / Fax: 252-8455 E-mail: caderno@ax.apc.org
Internet: <http://www.etm.com.br>

Filiada à **ANER**

Ao
leitor

Um ano de decisões

Ao no eleitoral, em meio a incertezas financeiras mundiais e a uma crise em torno da questão iraquiana, 1998 vai caminhando e só não promete rotina. O horizonte dos acontecimentos no Brasil são as eleições em outubro, puxadas pelo pleito presidencial. Pela primeira vez, um presidente poderá disputar a reeleição, e sem abandonar o cargo. Mais: pedirá a recondução exibindo, como realizações, políticas que insinuara descartar na primeira campanha, sem, por outro lado, comprovar aquelas que prometera - as dos cinco dedos. A oposição tenta uma frente única, sob a chapa PT-PDT, enquanto o PMDB caminha para definições que indicarão a chapa própria ou a adesão à aliança PSDB-PFL.

Como pano de fundo, o Plano Real e sobretudo a política de desestatização, que vem resultando ora em privatizações, ora em reestatizações em proveito de empresas públicas de países desenvolvidos.

Neste número, trazemos ao leitor elementos de reflexão sobre o tema, especificamente sobre um dos maiores negócios da atualidade: a divisão e venda da Telebrás, um gigante das telecomunicações, com uma notável história de sucesso em trajetória de apenas 25 anos.

Na matéria de capa, o leitor saberá detalhes da proposta de se criar a Brasil Telecom, uma empresa pública nos moldes dominantes na Europa desenvolvida, mas sem monopólio. Uma ideia viável, à mão, capaz de preservar a infra-estrutura tecnológica do país e de garantir a fátia pública num mercado que se quer pulverizado entre uma dúzia de concessionários.

Mas já não haverá Telebrás no segundo semestre, segundo promete o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, que pretende arrecadar US\$ 130 bilhões.

O governo prevê que essa quantia entre nos cofres federais no início da campanha eleitoral e quando, mais do que nunca, as contas nacionais precisarão de um reforço desse porte para tentar fechar o déficit crescente. É bom lembrar que, em 1997, o governo precisou captar US\$ 128 bilhões no mercado internacional para manter enfunadas as velas do barco do Real.

Os primeiros e tumultuados passos da Agência Nacional do Petróleo, as perspectivas da Educação, a questão iraquiana, a surpreendente visita papal à Cuba socialista são alguns dos outros temas de grande interesse que levamos, nesta edição, à consideração do leitor.

Sumário

Margo - 1998 - Nº 206 - Ano XXIII

4 CARTAS

6 PLANALTO

10 PANORAMA NACIONAL

26 POLÍTICA

Eleições: Sucessão à vista

Vai-se definindo o quadro de candidatos

29 ECONOMIA

Petróleo: "O petróleo é vosso", diz Zylberstajn

Fase de transição no setor petrolífero comandado pela nova agência do setor causa apreensão na sociedade, apesar das garantias do governo

30 Posições da ANP causam preocupações

Afirmações do diretor-geral do órgão revelam preconceito contra a Petrobras

32 Um encontro nacionalista

Posse na Aepet reúne defensores do patrimônio nacional

34 ENTREVISTA

Hésio Cordeiro: O Brasil precisa dar o salto educacional

Presidente do Conselho Federal de Educação mostra os pontos de estrangulamento que tornam o sistema educacional incapaz de responder às necessidades da população

40 SAÚDE

Comportamento: Internações sem medo

Manual criado por enfermeira ajuda a criança a enfrentar o estresse de uma intervenção cirúrgica

44 ESPAÇO DO LIVRO

Viagem no texto: A, B, C, D, Escravidão

As raízes africanas da sociedade brasileira são mostradas num trabalho pioneiro que, sob a forma de dicionário, descreve a escravidão e a sua época

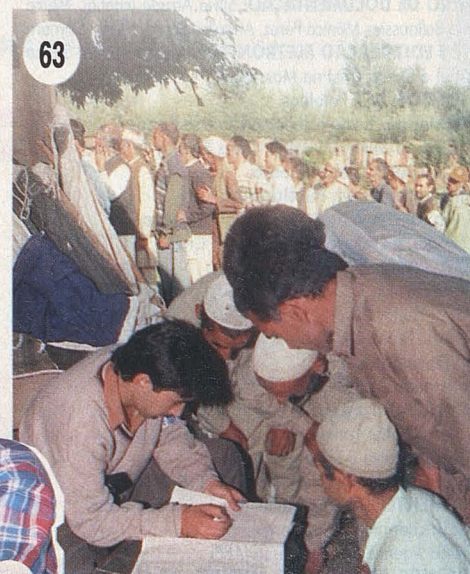
45 Com a palavra o autor: Olhar feminino dos anos 60

Educadora analisa o papel da mulher em uma década marcante nos campos da cultura, da política e do comportamento

48 MÚSICA

Gravadoras, uma assustadora aliada

A gravadora Rob Digital dá o exemplo de competência, respeito e idealismo



MATÉRIA DE CAPA

16 **Brasil Telecom - como evitar hipotecar o futuro para salvar o real em 98**

Uma das maiores e mais rentáveis operadoras mundiais de telecomunicações, a menos endividada e a caminho de se tornar, na virada do século, a segunda maior rede do mundo, a Telebrás renderá, com sua privatização, os US\$ 120 bilhões de que o governo precisa para sustentar sua política monetária e garantir a reeleição. Já o país perderá mais uma empresa estratégica, exatamente na área que será a mola-mestra do século XXI. Por que privatizar uma empresa que é um sucesso reconhecido mundialmente?

18 **Telecomunicações: poder, ganância e desinformação**

Esta análise, produzida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa e Tecnologia de São Paulo, demonstra como o desempenho das telecomunicações brasileiras, considerado um dos melhores do mundo, aguça o interesse privatista



49 **PANORAMA INTERNACIONAL**

AMÉRICA LATINA

54 **Cuba: Os cinco dias que abalaram a ilha**

João Paulo II e Fidel Castro, considerados dois dos maiores líderes do século, deram exemplo de tolerância e busca das coincidências em prol dos anseios comuns

ÁFRICA

60 **Congo: Forças políticas exigem investigação de genocídio**

Fórum convocado para iniciar o processo que conduzirá às eleições gerais acusa o governo deposto de crimes contra a Humanidade

ÁSIA

63 **Índia: Secularismo ameaçado**

A maior democracia do mundo enfrenta uma eleição decisiva para devolver a confiança no falido sistema político

68

COMUNICAÇÃO

Direitos Humanos: Vinte e seis jornalistas assassinados em 1997

Denúncias contra policiais, governantes e traficantes estão entre as causas de assassinatos de repórteres

72

Brasil, o fantasma da impunidade

Ano a ano se repetem no país as violações ao direito ao livre exercício da profissão, sem que até hoje sequer um dos responsáveis desses atropelos tenha sido punido

75

ORIENTE MÉDIO

Iraque: Chuvisco no deserto

A ameaça norte-americana de bombardear o Iraque causa reação da Rússia e da França

76

ECONOMIA

Diplomacia: Responsabilidade de todos

Países mais pobres denunciam descaso da comunidade internacional, que não honrou os compromissos assumidos e voltará a reunir-se para tratar deles só em 2001

80

PÁGINA ABERTA

Privatização: Novas ameaças à Petrobras

Nigéria

Esta Embaixada da República Federal da Nigéria no Brasil ficou sabendo sobre alguns artigos desorientados sobre a Nigéria publicados na bem respeitada e bastante lida revista **cadernos do terceiro mundo**, edição 203, com os títulos seguintes: "Commonwealth decepciona" e "O império do terror".

Sobre o caso da Commonwealth, é relevante explicar por que o órgão não podia expulsar a Nigéria. Não queríamos aborrecê-los com os detalhes que levaram à suspensão do nosso país da Commonwealth, em novembro de 1995. As premissas desse episódio, que se baseou no julgamento e na condenação de Ken Saro-Wiwa e outros foram puramente assuntos domésticos da Nigéria. Este fato não foi levado em consideração pelos líderes da Commonwealth, antes de tomar a decisão errônea de suspender a Nigéria.

Saro-Wiwa liderou e apoiou a tortura, seguida de assassinato brutal, de quatro pessoas proeminentes da etnia *ogoni*. O único crime cometido por elas foi dar suas opiniões liberais, discordando da violenta idéia dele contra o Governo Federal da Nigéria. Partindo desse fato, Ken Saro-Wiwa foi julgado e condenado à morte, conforme manda a lei do país.

Desde novembro de 1995, os líderes da Commonwealth chegaram ao ponto de fazer prevalecer a razão. Eles agora concordam com as honestas e justas explicações da Nigéria sobre o caso de Saro-Wiwa. Eles vêm acompanhando os programas bem-sucedidos de democratização do nosso país, com muita atenção, acreditando no fato de que o governo não estava faltando com a sua palavra, apesar de alguns engarrafamentos insurgentes, o que influiu na sua decisão, parcialmente acordada, de não expulsar a Nigéria do órgão. O que a Nigéria quer é a retirada dessa suspensão.

Sobre o "Império do Terror", escrito pelo detentor do Prêmio Nobel, Prof. Wole Soyinka, gostaria-

mos de afirmar, em termos simples, que o artigo foi uma imaginação dele. O intelectual e escritor, que cumpre um regime de auto-exílio fora da Nigéria desde 1993, está completamente desinformado sobre as realidades nigerianas. Então, ele não é a pessoa apropriada para falar em nome da massa do nosso povo. É um pouco hipócrita para um homem da qualidade e sabedoria de Soyinka, que mora com sua família no exterior, pedir sanção econômica contra a sua pátria. Não parece ridículo? Pois o professor Soyinka sabe que nem ele, nem qualquer membro de sua família, sofreria essas sanções econômicas.

**Embaixada da República Federal da Nigéria
Brasília - DF**

Assuntos Estratégicos

Leitor de longa data de **cadernos**, gostaria de tecer ligeiras considerações a respeito da entrevista conduzida pela querida e brilhante Beatriz Bissio, publicada na edição de novembro passado. Em que pese o brilhantismo da exposição do ministro Ronaldo Sardenberg, a entrevista pecou por não abordar, de maneira surpreendente, três importantíssimas questões de valor geopolítico e geoeconômico, a saber: o Projeto Sivam-Raytheon, a Lei de Patentes e o caso do Timor Leste.

Sintomaticamente, a Secretaria de Assuntos Estratégicos, desprezando os mais elementares princípios de prudência, coonestou o encaminhamento dado a esses três temas estratégicos, aonde sabidamente prevaleceram as soluções que contemplaram os manifestos interesses dos Estados Unidos e suas corporações.

**Mário Lobo Cunha
Porto Alegre - RS**

Populações tradicionais

Gostaria de ver publicadas, nesta revista, matérias sobre a presença de populações tradicionais ou camponesas em áreas protegidas, sob tutela do Estado, ou, em alguns casos, com referência a este tipo de relação, já que não existe nenhum esclarecimento ao povo quanto ao papel que o Estado deve ter em consideração com aqueles que, de certa forma, estão alijados do processo de decisão de suas vidas e de seus modos de produção.

Creio que seria uma interessante matéria. Apesar de se restringir aos bastidores de algumas instituições não-governamentais ou não, não há uma posição clara quanto à conservação da natureza para as gerações presentes e futuras.

Carlos Eduardo Santiago Bede
(via Internet)

Apolônio

Sinto-me gratificado com a qualidade das matérias publicadas nesta revista. O número 204 trouxe excelentes reportagens, dentre as quais destaco "O Voluntário da Liberdade", um breve relato sobre a vida de um ilustre e nobre cidadão brasileiro. Um homem cuja vida foi dedicada à luta em defesa da liberdade e da justiça. Homens como Apolônio de Carvalho são dignos de nossa admiração. Peço informações de como adquirir o livro *Vale a pena sonhar*, e que me fornecessem o endereço do aludido herói, pois gostaria de me corresponder com ele.

Alcides Florêncio da Silva
Ceilândia - DF

As duas solicitações podem ser obtidas na Editora Rocco - Rua Rodrigo Silva, 26 - 5º andar - RJ CEP 22001-040

INTERCÂMBIO

Orivaldo Flor Carvalho

Angelo Maggioni 364 - Rio Branco
Caxias do Sul - RS
Cep: 95095-140 - Brasil

Ramón Montañez Díaz

Apartado nº 34
Cabaiguán CP: 62410
Sancti Spiritus - Cuba

Armando Martinez Gomez

Calle: Cruces # 20
Entre: Almendra y San Alejo
Lajas Cienfuegos
C.P.: 57400 - Cuba

Marlenis Ramos Maya

Apartado Postal nº 21
Ciego de Avila 1 Prov de Ciego de Avila
C.P.: 65100 - Cuba

José Roberto Beserra de Araújo

Rua Agapito dos Santos, 660
Bairro Fernandes Vieira
Fortaleza - Ceará
Cep: 60010-250

Carlos Alay Quindemil Cainzos

Apartado Postal # 6960
La Habana 6
C.P.: 10600
La Habana - Cuba

Eugenio Romero Campos

Avenida Gendis # 53 e/ Céspedes y Maceo
Cueto - C.P. 82900
Holguín - Cuba

Yoleinis Cruz Rodríguez

Línea # 541 e/ 36 y 42
Rpto: Camilo Cienfuegos
Bayamo - Granma
Codigo Postal - 85100 - Cuba

Yanier Godoy Roque

Calle 9 # 1 B e/ Paseo Martí y Orlando
Gómez - Cumanayagua - Cienfuegos
Cuba

Roberto Delgado Valero

Apartado Postal 6248
Zona Postal 6
C.P. 10600, Ciudad de La Habana
Cuba

Raquel Andino Pérez

San Octavio # 77 esq. San Javier
Manzanillo. Granma - C.P. 87510
Cuba

Memélia Moreira

Defesa do telespectador

A deputada Dalila Figueiredo (PSDB-SP), preocupada com a influência nefasta de alguns programas de televisão, decidiu combater os abusos de cenas de violência ou de forte apelo sexual. Dalila diz que a maioria de seus colegas da Câmara teme enfrentar a pressão das TVs, mas que seu projeto de controle "já conta com adeptos."

"Sou assistente social. Vivo numa comunidade simples, que se deixa influenciar pelos meios de comunicação. Já há sinais de mudança nesta comunidade, com comportamentos

sem valores morais, de pessoas que copiam modos da TV", diz Dalila Figueiredo, citando o recente espetáculo de uma apresentadora que anunciou publicamente sua gravidez, mesmo sendo solteira.

O primeiro passo para o controle, anunciou, é o projeto de lei de sua colega Marta Suplicy (PT-SP), que vai apresentar proposta de um código de defesa do telespectador. "Vamos enfrentar esta babá eletrônica, antes que toda uma geração se destrua pela violência e pelo sexismo", disse Dalila.

Câmara aprova Banco de Terras

De acordo com o artigo terceiro do projeto, a receita do Fundo de Terras será utilizada para a compra de terras. Assim, os grandes proprietários, cujas fazendas forem desapropriadas, receberão o valor da terra improdutiva não mais em Títulos da Dívida Agrária, mas em moeda corrente e pelo valor de mercado. "Liquidaram a desapropriação por interesse social", denunciou o deputado Aldo Arantes (PC do B-GO). Votado dias depois das críticas do Vaticano à lentidão da reforma agrária no Brasil, o projeto, considerado "insuficiente" pelo próprio ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, recebeu o total apoio da bancada ruralista, integrada por grandes fazendeiros.

Corte na Saúde e Educação

O deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA), integrante da Comissão de Orçamento, denunciou a redução dos recursos destinados à Saúde, Educação e pesquisa. "A proposta de 1998 dá menos dinheiro para a Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia do que a de 1997. Significa que, como Nação,

optamos pela pobreza." Giovanni lembrou que estudos da ONU mostram que o desenvolvimento econômico dos países, bem como a distribuição de renda, depende dos investimentos em educação. "Estamos condenando milhões de brasileiros à meia cidadania", alertou o parlamentar paraense.

Adiada a federalização da segurança do DF

A Câmara adiou a votação do projeto do Executivo que retira do Governo do Distrito Federal o controle da segurança em Brasília. A proposta foi encaminhada ao Congresso depois da ocupação da sede do Incra, em Brasília, pelos sem-terra, em dezembro passado. Na época, o chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, general Alberto Cardoso, responsabilizou o governador Cristovam Buarque, dizendo que os esta-

belecimentos públicos em Brasília são vulneráveis. Levado à pauta para votação, o projeto foi repudiado até mesmo pelo líder do governo no Senado, José Arruda (PSDB-DF), candidato a governador, e obrigou Cristovam Buarque a uma peregrinação pelos gabinetes dos líderes governistas na Câmara. O líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE), aceitou os argumentos do governador e a matéria foi retirada de pauta.



Trabalho escravo agora é crime

Os grandes proprietários de terra, que vierem a ser denunciados pela prática de trabalho escravo em suas fazendas, serão agora julgados pela Justiça Federal.

Esta lei foi aprovada pela Câmara nos últimos dias antes do recesso. De autoria do deputado Paulo Rocha (PT-PA), o projeto de lei que federaliza o crime de trabalho escravo ou trabalho forçado seguiu para o Senado. Mas não há qualquer notícia sobre a data de sua apreciação naquela Casa.

O deputado Paulo Rocha, ao comentar o texto aprovado, disse que a lei "ainda não é ideal, mas já repre-

senta um avanço razoável."

O deputado paraense quer ir adiante na punição deste crime, que vem se tornando comum, como demonstram as freqüentes denúncias sobre o assunto, sobretudo nas regiões mais afastadas dos grandes centros. Paulo Rocha sugere a desapropriação das fazendas onde se detectar trabalho escravo.

Esta forma de exploração de trabalhadores se restringia aos estados do Norte, mas, atualmente, a Comissão Pastoral da Terra denuncia a ocorrência desse tipo de crime até em fazendas do Paraná.

Deputado prevê desastre na agricultura

A agricultura e a pecuária "vão viver um desastre, se continuar a situação de engessamento em que se encontra".

A denúncia foi feita pelo deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), que reclamou das autoridades do governo medidas urgentes para salvar o setor. Disse que as medidas de ajuste fiscal não contemplaram a área e que os agricultores estão "submetidos a juros escorchantes, impossíveis de serem pagos simplesmente com a produção".

Colatto anunciou também que vai cobrar informações do governo sobre o destino dos R\$ 7 bilhões do programa de securitização das dívidas dos produtores rurais. O deputado catarinense quer saber quais os bancos que atuaram no programa e quais foram os produtores beneficiados.

Planos de saúde provocam polêmica

O Senado decidiu adiar a votação da lei sobre planos de saúde. Sebastião Rocha (PDT-AP), relator da matéria, sugeriu maior debate, pois setores sociais condenam o texto aprovado pela Câmara.



A jovem esquerda do Congresso

Eles têm em comum a pouca idade e a ideologia progressista. Representam no Congresso a geração mais nova dos lutadores das causas sociais

Os três mais novos deputados federais completam este ano seu primeiro mandato e ainda não atingiram a faixa dos 30 anos. Wolney Queiroz (PDT-PE), Ricardo Gomyde (PC do B-PR) e Lindberg Farias (PSTU-RJ) já disputam o mesmo espaço dos veteranos, e, mesmo confessando algumas decepções com o papel da Câmara Federal, eles concordam num ponto. "O Congresso é uma universidade. Aprende-se muito nesta Casa", disse Ricardo Gomyde, que, aos 24 anos, saiu da militância estudantil para ocupar a tribuna, sem esquecer as reivindicações dos colegas de escola. Hoje, aos 27, o jovem deputado paranaense já não se limita mais aos debates sobre mensalidades escolares e meia-entrada para estudantes. Suas preocupações envolvem desde o Orçamento Geral da União até as questões ambientais. Tudo isso sem perder o humor e tentando superar a solidão que afeta a maioria de seus companheiros em Brasília.

Num balanço sobre a Câmara, Ricardo Gomyde diz ter mudado de opinião sobre a atividade parlamentar. "Desmistifiquei muitos comportamentos. Sempre acreditei que o importante era a presença no plenário. Quando via imagens de plenário vazio, ficava indignado. Hoje, sei que o trabalho nas comissões e nos debates são atividades realmente importantes. Lamentavelmente, há poucos debates políticos, programáticos, ideológicos. A-

Tenho esperanças num processo de ruptura deste sistema viciado, com a eleição de mais parlamentares progressistas

preendi também que, com exceções, você não pode classificar o Congresso pelas bancadas de direita e esquerda, mas pelas bancadas dos fisiológicos e dos não-fisiológicos. Por isso, admiro o deputado Roberto Campos, que é um homem de direita, mas vai a plenário defender idéias. Não é como alguns, que nem sabem o que significa monopólio estatal e votam a favor da quebra do monopólio para conseguir alguns trocados e construir uma pon-

tezinha em sua cidade."

Apesar disso, Gomyde respeita e defende a instituição, por ser "o mais transparente e representativo dos poderes." Além do mais, "cada trabalho numa comissão é uma aula", diz ele, argumentando em favor de sua tese de que o Congresso deve ser a mais preservada das instituições.

O caçula dos três jovens parlamentares é o pernambucano Wolney Queiroz (PDT). Com 25 anos, ainda



Deputado Ricardo Gomyde



Deputado Wolney Queiroz

Hoje, sei que o trabalho nas comissões e nos debates é importante. Lamentavelmente, há poucos debates ideológicos

pode ser confundido com filho caçula. Mesmo assim, Wolney já carrega uma experiência parlamentar da qual se orgulha. "No plano pessoal, alcancei conquistas que não esperava. Logo no primeiro mandato, ser escolhido vice-líder e indicado pelo partido para presidir a Comissão de Educação me trouxe muita responsabilidade. Mas estas alegrias aconteceram no campo pessoal. Em termos de funcionamento das instituições, muitas vezes a experiência é frustrante. As grandes de-

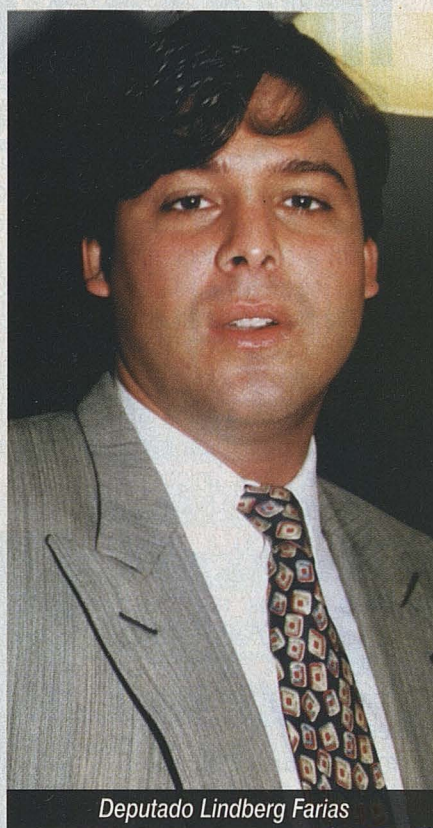
cisões são tomadas por poucos. O funcionamento é viciado", condena Queiroz, que não perde as esperanças de ver mudanças no funcionamento da Casa.

"Aqui, só tem espaço para a cúpula. Na composição de cargos, vale a proporcionalidade partidária, quando então só os mais importantes ocupam os espaços. Mas tenho esperanças num processo de ruptura deste sistema viciado, com a eleição de mais parlamentares progressistas."

Apesar da queixa, Wolney diz que o Congresso "vale uma universidade, porque temos uma riqueza e uma variedade muito grandes de temas em debate, muitos deles discutidos em profundidade". O deputado pernambucano, que chegou à Câmara com 21 anos, volta a se candidatar nas eleições deste ano.

O único casado desta nova geração parlamentar é Lindberg Farias. Com 28 anos, ele saltou das passeatas dos "caras pintadas", em 1992, quando dirigia a União Nacional dos Estudantes (UNE), para uma campanha vitoriosa em 94, eleito pelo Rio de Janeiro.

Mesmo tendo optado pela carreira parlamentar, Lindberg nunca teve muitas ilusões com o Congresso. "Não tenho frustração aqui na Câmara, porque nunca apostei nesta instituição como elemento transformador da sociedade. Apenas sedentei esta idéia. Há uma farsa nesta Casa. Aqui não se privilegiam os interesses do povo, porque a maioria é eleita pelos grandes grupos econômicos. Mas fico satisfeito, porque ter me tornado deputado consolidou minha opção revolucionária. Mais do que nunca, tenho certeza de que a transformação da sociedade está na rua, na mobilização



Deputado Lindberg Farias

Mais do que nunca, tenho certeza de que a transformação da sociedade está na rua, na mobilização popular

popular e não nesta Casa. Este foi meu aprendizado."

Mesmo sob a ótica do ceticismo, Lindberg acredita no Legislativo pelo respeito "à liberdade de expressão, porque é o único lugar em que você pode dizer tudo, exprimir todas as suas idéias. Então, aproveitamos este espaço para denunciar", conclui o deputado, que é o único representante de seu partido, o PSTU, na Câmara.

Inflação permanece em baixa

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor, que mede o consumo médio de famílias com renda mensal de um a oito salários mínimos, registrou 4,34% em 1997, a menor taxa anual de inflação desde 1979, quando o INPC foi criado. Segundo o IBGE, a ajuda anti-inflacionária foi dada principalmente pelos artigos de residência (-3,04%), vestuário (-0,46%) e alimentação e bebidas (1,37%). Estes grupos respondem por quase 50% do peso do índice, mas contribuíram com apenas 0,16% para o resultado final, cujo peso maior ficou com os aumentos de preços nos setores de transportes e comunicações (14,66%), habitação (8,48%), saúde e cuidados pessoais (6,30%) e despesas pessoais (2,58%).

O Rio de Janeiro registrou a inflação mais alta, segundo o IBGE (6,28%) por culpa dos aluguéis residenciais, que subiram 18,48% em 1997. Já a cidade de Belém do Pará experimentou a inflação mais baixa (0,22%), devido à queda de preços dos alimentos, principalmente feijão e a farinha (-2,55%), e dos artigos de residência

(-4,74%) e roupas (-5,56%), além de não ter ocorrido reajuste nas tarifas de água e esgoto.

Segundo o levantamento do IBGE, são os seguintes os índices da inflação de 1997 nas demais cidades pesquisadas: São Paulo (5,72%), Curitiba (5,50%), Porto Alegre (5,14%), Belo Horizonte (4,89%), Goiânia

(4,22%), Distrito Federal (3,67%), Salvador (2,41%), Recife (2,02%) e Fortaleza (1,36%).

Os itens que mais subiram em 1997 foram os serviços telefônicos (90%), óleos e gorduras (17,91%), combustíveis (17,03%), gás de cozinha (15,95%), tubérculos, raízes e legumes (14,47%), transporte público (12,49%), remédios (11,51%), bebidas (10,29%), energia elétrica (10,19%), hortaliças e verduras (9,82%) e habitação (8,58%).

Os itens com maiores reduções de preços foram as frutas (-17,34%), aparelhos de TV e som (-9,08%), a farinha, a fécula e as massas (-7,49%), as aves e os ovos (-6,85%), artigos de cama, mesa e banho (-4,85%) e os enlatados e as conservas, que caíram 4,77%.



Consumo em queda

Apesar da inflação baixa, o brasileiro parece ter comido menos em 1997. Dados da Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro (Asserj) apontam queda de 4,5% nas vendas do setor, no ano passado, em relação a 1996.

Funcionalismo sem reajuste há três anos, crescente desemprego e medo do consumidor comum em

fazer dívidas foram as causas apontadas pelo presidente da Asserj, Aylton Fornari, como responsáveis pela retração nas vendas dos supermercados. Em dezembro, com o pagamento do 13º salário e a motivação natali-

na, as vendas apresentaram uma recuperação, mas insuficiente para reverter o quadro negativo do resto do ano, especialmente o de novembro, quando as vendas caíram 9%.

O quadro negativo repetiu-se também em São

Paulo, hoje a meca do desemprego brasileiro. Omar Asaaf, presidente da Associação Paulista de Supermercados (Apas), disse que as vendas caíram 0,68% em 1997, em relação ao ano anterior. Acredita que a situação possa melhorar em 1998, mas calcula que um eventual crescimento de vendas não passará de 1%, o que fará com que as vendas dos supermercados paulistas, no final de 1998, venham a estar no mesmo patamar de 1996.

A bomba-relógio neoliberal: déficit pula para 4,2% do PIB

As contas que não fecham (em US\$ bilhões)

Déficit em conta corrente:	24,3	33,8
Déficit da balança comercial:	5,5	8,5
Pagamento de juros:	12,7	14,3
Lucros e dividendos:	3,8	6,5
Captação de novos recursos:	78,9	128,9
Reservas cambiais:	59,0	51,3

O desequilíbrio das contas nacionais, em 1997, ultrapassou em muito a margem de tolerância de 3% do PIB, apontada pelos economistas como o limite controlável de perdas. O déficit alcançou US\$ 33,8 bilhões (4,2% do PIB), 11 bilhões a mais do que em 1996, quando o buraco financeiro chegou a US\$ 24,3 bilhões, que já correspondiam a 3,14% do PIB.

Os números divulgados pelo Banco Central em meados de janeiro deixam claro, segundo alguns economistas, os equívocos da política econômica, pois se verifica o aprofundamento das dificuldades e a dependência do país em relação ao capital externo especulativo, o que obriga a taxas altas de juros e a endividamento crescente.

Além do salvador capital dos investidores externos, a esperança do governo está no aumento das exportações e na redução das importações, fatores que não demonstraram ainda, porém, novas tendências para 1998. Em 1997, a balança comercial seguiu o ano todo a linha deficitária que se repete, mês a mês, desde meados de 1996, ano em que o déficit chegou a US\$ 5,5 bilhões. Em 1997, o prejuízo nacional pulou para US\$ 8,5 bilhões, com um aumento de 60%, segundo as contas do Banco Central.

Enquanto o déficit comercial aumentou 60% em um ano, as reservas cambiais diminuíram: desceram de US\$ 59 bilhões, em dezembro de 1996, para US\$ 51,3

bilhões, em dezembro último.

O país também perdeu mais dinheiro pagando juros: foram US\$ 12,7 bilhões em 1996 e passaram a US\$ 14,3 bilhões em 1997.

As remessas de lucros e dividendos para fora praticamente dobraram: foram US\$ 3,8 bilhões em 1996 e chegaram a US\$ 6,5 bilhões em 1997.

E os fretes, pagos pelo país que desistiu de ter marinha mercante, levaram US\$ 27,5 bilhões, mais 5,8 bilhões do que no ano anterior. Quanto se pagará em 1998?

Gastou-se também muito mais com viagens internacionais: de 4,4 bilhões passou-se a US\$ 5,4 bilhões, aumento de US\$ 1 bilhão.

Para garantir o giro de tudo isso, um número real-

mente gordo: o governo captou recursos externos no total de US\$ 128,9 bilhões, 50 bilhões a mais que em 1996, quando a conta chegou a US\$ 78,9 bilhões.

Para o futuro, porém, isto significa mais juros, mais dívidas para o país que não consegue fazer caixa.

Enquanto o Banco Central divulgava estes números, o ministro Pedro Malan, da Fazenda, recebia empresários canadenses, aos quais garantiu uma melhoria nas contas, este ano, com o aumento que ele prevê nas exportações.

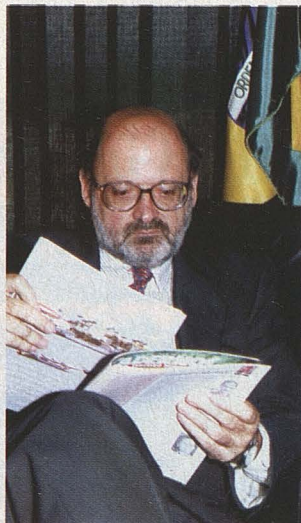
De qualquer maneira, o ministro Pedro Malan afastou as críticas, afirmando que o Brasil e a América Latina, de modo geral, estão em melhor situação que os chamados Tigres Asiáticos.

Ministério da Defesa em estruturação

Grupos de especialistas já estudam a implantação do Ministério da Defesa, no qual serão reunidos os atuais Ministérios da Marinha, Exército, Aeronáutica e Estado-Maior das Forças Armadas e que deverá ter um chefe civil, provavelmente o atual ministro de Assuntos Estratégicos, o embaixador Ronaldo Sardenberg.

O trabalho começou efetivamente na reunião de 13 de janeiro, em Brasília, quando as comissões receberam o sinal verde para elaborar os programas setoriais. Os grupos analisam orçamento, pessoal, administração, inteligência, estratégia, logística, ciência e tecnologia, mobilização e assuntos internacionais.

O modelo seguido pelo Brasil será o dos países desenvolvidos, que mantêm



Min. Ronaldo Sardenberg

suas forças integradas sob um ministério único e unificam vários serviços comuns, hoje multiplicados.

Os comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica terão o *status* de secretarias no organograma da Defesa.

Militar, funcionário diferenciado

O Senado aprovou, em primeiro turno, a emenda que atribui aos militares a situação de integrantes de carreira especial do Estado, diferenciados dos servidores públicos comuns. A segunda votação estava prevista para o final de janeiro, mas a maioria do primeiro turno (65 a 8) tornava a aprovação final garantida.

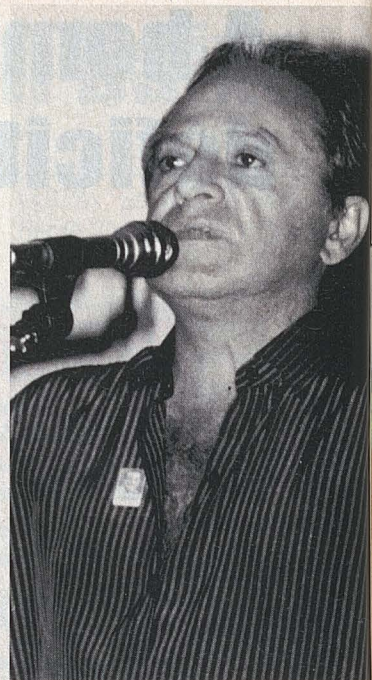
A mudança permitirá aos militares receber aumentos salariais diferenciados do restante do funcionalismo.

Um adendo à emenda incluiu as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros nesse conceito de carreira especial de Estado, permitindo que tenham, igualmente, tratamento salarial à parte.

Moção

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovou moção de congratulações à direção e à equipe de **cadernos do terceiro mundo**, por ocasião da edição nº 200 da revista. A iniciativa foi do vereador Lysâneas Maciel, que destacou "os relevantes serviços prestados à causa dos povos do Terceiro Mundo" pela publicação surgida em 1974. "Na África, a revista apoiou todas as guerras de independência, o que ocorreu também no Oriente Médio. Apoiou o processo de reconstrução do Vietnã, e na América Latina a tônica foi o combate às ditaduras e o apoio aos movimentos revolucionários que enfrentavam a repressão na Guatemala, Honduras, Colômbia, El Salvador, Venezuela e sobretudo na Nicarágua, onde desenvolveu um relacionamento fraterno com os dirigentes sandinistas", assinalou Lysâneas Maciel. "É uma revista engajada e não ser neutra, ou isenta, significa assumir a justiça de todas as causas, informando, denunciando, estimulando o debate, sempre na luta pela soberania dos povos, por uma democracia verdadeira em favor dos excluídos, fossem nações ou pessoas".

Apontando a importância de **cadernos do terceiro mundo** também na época atual, a moção aprovada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro define que, hoje, "mudou apenas o estilo de luta, enfrentando não



Lysâneas Maciel, um dos mais combativos deputados federais contra a ditadura militar, empresta hoje sua experiência à Câmara carioca

mais ditadura, intervenções militares, porém o neoliberalismo, o domínio pela tecnologia, a globalização do mercado e, neste contexto, mais do que nunca, **cadernos do terceiro mundo** se impõe, pois, no século XXI que se aproxima o domínio será do conhecimento, e para isto esta revista certamente terá um papel importantíssimo a cumprir com a equipe de cérebros privilegiados que assinam seus artigos e reportagens, inspirando as novas gerações, contribuindo para a formação do cidadão do século XXI".

A direção e a equipe de **cadernos do terceiro mundo** agradecem e recebem, com alegria e como estímulo, a *Moção de Congratulações*, proposta pelo vereador Lysâneas Maciel e aprovada pela Câmara carioca.

Indústria e meio ambiente

Na primeira semana de abril, o desenvolvimento sustentável estará em debate, em S. Paulo. A conferência Sistema de Gestão Ambiental e ISO 14.001, organizado pelo Institute for International Research, reunirá, no Hotel Intercontinental, especialistas e industriais, para discutir capacitação ambiental por parte do setor produtivo. As normas do ISO 14.001 se referem especificamente à qualificação ambiental, hoje um item cada

vez mais importante no comércio internacional, uma vez que muitos países já restringem produtos sem certidão ambiental.

O interesse da SGA vai além da ecologia, pois leva à avaliação e racionalização de processos, redução de custos, economia de suprimentos, reciclagem e produtividade. Sob o ponto de vista empresarial, representa a formação de imagem positiva no mercado e junto à comunidade.

Integrar para o sucesso

A programação neurolinguística é cada vez mais difundida como instrumento de aperfeiçoamento pessoal e organizacional. Segundo a especialista Arline Davis, bióloga pela Universidade da Califórnia, Master Trainer, consultora de Programação Neurolinguística e instrutora do Sistema Rio Aberto de Desenvolvimento Humano, no caso de uma empresa é fundamental uma identidade organizacional com clareza de valores e princípios.

"Uma organização nasce quando um grupo de indivíduos junta-se para executar processos para realizar um propósito, no caso da escola, o da educação. Quando a diretoria contrata professores e funcionários, ela está aproximando pessoas que ficarão influenciadas por sua liderança. Para a escola conseguir alcançar êxito em seus objetivos, é necessário conseguir o comprometimento das pessoas", exemplifica Arline. "Há fatores que motivam as pessoas a criar um compromisso com uma organização: a sintonia entre os indivíduos que a compõem; a possibilidade do indivíduo crescer através da sua participação, a possibilidade de dar uma contribuição que seja reconhecida e a convicção de que a comunidade beneficia-se através da atuação da organização."

Cem milhões para a tecnologia

Até 20 de maio, os interessados podem apresentar projetos de desenvolvimento tecnológico para obter financiamento junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

O ministério está destinando R\$ 100 milhões, no correr dos próximos cinco anos, dentro do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT). O edital deste ano envolve R\$ 17,4 milhões e destina-se a dois tipos de projetos: as plataformas tecnológicas e os projetos cooperativos.

As plataformas tecnológicas, segundo o ministério, pretendem estimular um determinado setor econômico ou cadeia produtiva a identificar seus gargalos tecnológicos e levá-lo a inventar as soluções necessárias.

Já os projetos cooperativos envolvem parceria entre o setor acadêmico e o setor produtivo e nestes o PADCT poderá ajudar cada pesquisa no total máximo de R\$ 750 mil.

O edital pode ser analisado pelos interessados, via Internet, no seguinte endereço eletrônico:

<http://reaact.cesar.org.br/cdt/edital>.



No barril de pólvora de desemprego em que se transformou o coração econômico do país, a camelotagem é uma das sofridas saídas que restam ao trabalhador paulistano. Há cerca de 1,5 milhão de desempregados na grande São Paulo, mas o combate aos camelôs virou atividade de rotina da prefeitura, sob a alegação de que perturba a cidade. Na foto, uma represália bem humorada dos camelôs paulistanos: faxina simbólica na porta da prefeitura, no início de fevereiro

Vaticano contra o latifúndio brasileiro



As injustiças da terra voltam a incomodar o Vaticano. Foi o que deixou claro o documento do Conselho Pontifício de Justiça e Paz, divulgado pela Igreja em meados de janeiro.

É uma mudança significativa no papado de Karol Wojtyla, que, aos 77 anos, enfrenta problemas de

saúde cada vez mais frequentes. Após um longo período em que cultivou com esmero uma ação contrária ao discurso social que caracterizou os pontificados de João XXIII e Paulo VI, o Papa João Paulo II parece estar dando espaço aos setores eclesiásticos mais progressistas.

O Conselho Pontifício de Justiça e Paz lançou um documento dedicado à questão da propriedade da terra, "Para uma melhor distribuição da terra - o desafio da reforma agrária", que define o latifúndio improdutivo como uma aberração.

O Brasil é apontado pelo Vaticano como um exemplo de injustiça agrária, pois somente 1% da população detém o controle de 44% das terras agricultáveis. Os pequenos lavradores vivem perdendo suas terras para latifundiários ou bancos, aos quais devem empréstimos que não conseguem pagar - enfrentando, em consequência, a miséria absoluta no campo ou nas favelas dos centros maiores.

"Quem se encontra em extrema necessidade tem direito a tomar aquilo de que necessita das riquezas dos outros", diz o mais recente documento social da Igreja, o qual deve produzir conse-

quências no mundo eclesiástico de países, como o Brasil, que enfrentam um sério desafio agro-social.

A manifestação do governo brasileiro foi a de considerar o documento da Igreja como teoricamente apropriado, mas não se julgou atingido: nele não identificou qualquer condenação à política agrária oficial.

O porta-voz presidencial Sérgio Amaral afirmou que o governo está realizando o maior programa de reforma agrária do mundo, no momento, e reafirma que foram realizados já 180 mil assentamentos.

"O governo diz ter feito 180 mil assentamentos, mas esquece que outros dois milhões de lavradores deixaram o campo e foram inchar as favelas, e 400 mil pequenos agricultores perderam as terras hipotecadas a bancos", criticou o coordenador nacional do Movimento dos Sem Terra, Gilmar Mauro.

Festa da Uva movimentando o Sul

Do final de fevereiro a 15 de março, mais de 400 mil pessoas estarão movimentando a Festa da Uva, em Caxias do Sul, uma tradição de 70 anos. Além de eventos artísticos, os visitantes serão brindados com a distribuição gratuita de 250 toneladas da fruta, que ficarão à disposição no Palácio das Uvas.

Os festejos marcam

uma colheita de 350 mil toneladas na região da Serra Gaúcha, onde se cultivam 75 variedades de uva. Esta produção representa 80% da safra total colhida no país.

Na feira agro-industrial que ocorrerá nos dias da Festa, toda a produção regional estará sendo mostrada, prevendo-se a realização de grande

número de negócios. Segundo Valter Gomes Pinto, vice-presidente da comissão da Feira da Uva, o evento vem se tornando, ao longo do tempo, uma grande ocasião de negócios, motivo pelo qual os estandes da exposição agro-industrial estão vendidos desde o início do segundo semestre do ano passado.

Com o crescente aperfeiçoamento das técnicas de cultivo, a indústria vinícola gaúcha experimenta crescente desenvolvimento, inclusive com a produção de vinhos finos, a partir de castas européias, como a Berbera, Itália, Cabernet, Franc, Merlot, Gewurztraminer, Riesling, Trebbiano, Sémillon e Moscato, entre outras.

Trabalho temporário

Apesar do otimismo do governo FHC, poucos partilham da idéia de que o contrato temporário de trabalho, aprovado no dia 13 de janeiro pelo Senado, será eficaz contra o desemprego. Dirigentes empresariais do nível de Carlos Eduardo Gouvêa Vieira, da Firjan, e Carlos Eduardo Moreira Ferreira, da Fiesp, consideram que a desregulamentação do trabalho não cria emprego. Novos postos de trabalho só surgem numa economia em crescimento, numa faixa de expansão anual em torno dos 5%, lembraram. Não citaram, mas provavelmente tinham em mente os casos da Argentina e da Espanha, que adotaram o contrato temporário com o mesmo argumento neoliberal de que o desemprego desapareceria, mas continuam

amargando taxas de desocupação de 17% e 22%.

Nos meios sindicais, Vicentinho, da CUT, condenou a mudança. Considerou que as garantias retiradas (menor FGTS, menos direitos nas demissões) estimulará a rotatividade da mão-de-obra, entre outros males. Já o vice-presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, considerado o principal defensor da idéia, disse que se regularizará muita situação hoje ilegal, embora reconheça que a alteração não representa uma arma imediata contra o desemprego.

A área jurídica, entretanto, aguarda grandes contendas, pois enxerga ilegalidade e inconstitucionalidade no novo tipo de contrato.

O presidente em exercício do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Almir Paz-



zianoto, considera fatal que surjam inúmeras reclamações judiciais contra a mudança, pelos conflitos que ela suscita, como a quebra de isonomia, um princípio constitucional.

Em artigo em *O Globo*, a juíza Aurora Coentro, presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (RJ), foi dura: "A ênfase que vem sendo dada aos contratos temporários chega perto da propaganda enganosa. Foi assim com a legislação do FGTS. Dizia-se

que iria garantir o tempo de serviço do empregado. O resultado prático foi a rotatividade da mão-de-obra e o financiamento fácil, para que empreiteiras construíssem prédios de luxo. (...) o nível de emprego não se alterará e institutos como contrato temporário, banco de horas, cooperativas e terceirização, todos legítimos como formas alternativas da atividade laboral, servirão de manto legal para a superexploração do trabalhador, com garantia de impunidade".

Light, serviço deficiente

Privatizada para a estatal Electricité de France em 1996, a ex-estatal Light, do Rio, está em pleno declínio, segundo reclamam os consumidores. Cortes frequentes de luz, demora no atendimento, preços mais caros - este é o novo panorama na empresa que, tão logo passou às novas mãos, demitiu mais de 3 mil empregados.

No verão carioca, onde o extremo calor coincide com aguaceiros, os prejuízos são grandes. Na Procuradoria de Defesa do Consumidor crescem as

queixas contra a Light, que está se tornando a campeã do mau atendimento. Há quem tenha perdido vários eletrodomésticos, como o acende-apaga da rede.

A mesma situação se repete na área atendida pela Cerj, que cobre a maioria dos municípios fluminenses. Privatizada em 1996 para chilenos e portugueses, os apagões estão levando os consumidores ao desespero. Já há quem pense em iniciar um movimento pela reestatização da companhia. Foi,

aliás, a intervenção estatal que recuperou as antigamente privadas Light e Cerj (e também as telecomunicações), as quais, uma vez recompostas, sucumbiram à onda privatizante.

Curiosamente, o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, coincide com a avaliação crítica dos usuários fluminenses. Ele admitiu, em fins de janeiro, que "a Light e a Cerj são uma vergonha para o programa de privatizações." Pegou de surpresa o ministro das Minas e Energia, Raimundo

Britto, responsável pelo setor, que reagiu, chamando-o de "falastrão", Motta lembrou que privatização não é venda, é concessão e que está prevista a cassação, além de multas, quando o serviço é ruim.

Uma pena que Sérgio Motta reconheça os maus efeitos da privatização no setor elétrico - efeitos que já eram previstos -, mas insista em retalhar e privatizar as telecomunicações, um serviço que só pôde se desenvolver quando o Estado o assumiu. E as previsões negativas da projetada desestatização das telecomunicações não são poucas.



Bra

Uma das maiores e mais rentáveis operadoras mundiais de telecomunicações, a menos endividada e a caminho de se tornar, na virada do século, a segunda maior rede do mundo, a Telebrás renderá, com sua privatização, os US\$ 120 bilhões de que o governo precisa para sustentar sua política monetária e garantir a reeleição. Já o país perderá mais uma empresa estratégica, exatamente na área que será a mola-mestra do século XXI. Por que privatizar uma empresa que é um sucesso reconhecido mundialmente?

Brasil Telecom

como evitar hipotecar o futuro para salvar o real em 98

Procópio Mineiro

Setores técnicos estão empenhados em demonstrar que o plano de privatização das telecomunicações, engendrado pelo governo FHC, está na contramão da modernidade e dos interesses nacionais. Prejudicará o contribuinte brasileiro e beneficiará apenas grupos capitaneados pelas grandes operadoras internacionais, quase todas rigidamente estatais. Os argentinos já fizeram a experiência: sob os argumentos de que o empresário privado administra melhor, que é preciso estabelecer a competição e que é politicamente correto extinguir o monopólio estatal, considerado ineficiente e prejudicial por definição, "privatizaram" sua empresa nacional de telecomunicações, a Entel, para as estatais da França e da Espanha. A desnacionalização não criou competição e não aperfeiçoou o serviço: apenas provocou forte aumento de tarifas. No setor que está na espinha dorsal do futuro, os argentinos dependem agora do que venha a interessar a franceses e espanhóis fazer em prol das telecomunicações no país.

A idéia da Brasil Telecom é uma proposta que visa a impedir que o país sofra as más consequências registradas na Argentina, no México e em outros países do

Terceiro Mundo que aderiram à onda de desmantelamento de estruturas industriais e de serviços que floresceram sob a filosofia do interesse nacional. Com a proposta da Brasil Telecom, oferecem seus autores uma oportunidade de evitar que o país regreda tecnologicamente e se torne dependente num dos setores mais vitais do futuro imediato.

Entre as entidades ligadas à defesa do projeto da Brasil Telecom, está o Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa do Estado de São Paulo (SinTPq), baseado em Campinas, onde se localiza o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Telebrás (CPqD).

Pesquisador da Telebrás e diretor do SinTPq, Enylson Camolesi expõe, a seguir, a idéia da Brasil Telecom, sua importância para o desenvolvimento brasileiro, e as previsíveis consequências negativas que envolvem a desestatização - ou provável simples desnacionalização - do Sistema Telebrás, hoje um dos mais avançados do mundo.



Empresa pública, sem monopólio "Argumentar em favor da Brasil Telecom significa colocar em discussão o que queremos para o Brasil e onde o queremos no cenário mundial", define Enylson Camolesi.

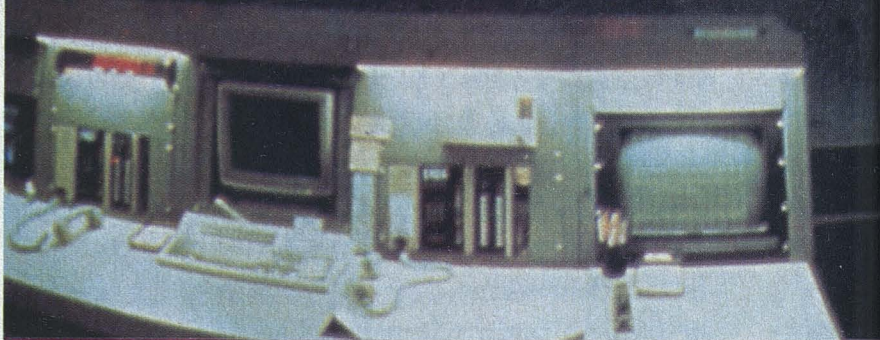
"Brasil Telecom seria a operadora nacional pública de serviços de telecomunicações, num cenário de fim de monopólio, onde outras empresas poderiam estar competindo. A Brasil Telecom acabaria com o conceito das Teles Estaduais (Telerj, Telemig, Telepar, Embratel...). Todas seriam incorporadas em uma única empresa, uma empresa com faturamento anual acima de US\$ 20 bilhões, com um lucro líquido da ordem de US\$ 4 bilhões em 97, a empresa mais lucrativa da América Latina, operando um sistema de telecomunicações tecnologicamente atual, que já possui mais celulares do que a França, ou seja, uma empresa capaz de competir em qualquer mercado interno ou externo", descreve o diretor do SintPq.

Camolesi chama a atenção para a realidade dos países desenvolvidos, onde o modelo preferido é o das grandes estatais de telecomunicações. "Nos países da Europa, podemos ver que suas maiores operadoras são nacionais e estatais, como por exemplo na França (France Telecom) e Alemanha (Deutsch Telecom). O mercado é aberto, mas elas dominam grande parte dele, e participaram de várias desnacionalizações na América Latina, inclusive no Brasil."

"Por que não termos a Brasil Telecom, que promoveria a geração de empregos, que serviria de alavanca tecnológica e industrial para o setor no país e promoveria a universalização do acesso?"

Do ponto de vista do desenvolvimento da nação, uma operadora nacional se faz imprescindível. Num momento em que cada vez mais se fala em sociedade da informação, o acesso a ela será cada vez mais um diferenciador social. Não podemos correr o risco de termos parcelas

As telecomunicações são instrumento do desenvolvimento econômico e social. Seu controle é cada vez mais estratégico



significativas do território e da população nacional vivendo em uma situação de isolamento, pelo simples fato de viverem em localidades onde operar serviços de telecomunicações não dá lucro. Esse risco é muito real. Com uma operadora nacional, isso não acontecerá, pois um de seus papéis fundamentais será promover a universalização do acesso e a integração nacional", destaca Camolesi.

Privatização encarece serviços

"O termo competição em telecomunicações é bastante promovido, mas ele é muito relativo. Existem certos setores em que, muitas vezes, a competição não é viável comercialmente. Se tomarmos o exemplo das empresas distribuidoras de energia, por mais que se tenha falado em competição na privatização do setor, o usuário final não tem a opção, por exemplo, de abrir mão dos serviços da Light para fazer uso dos serviços de outra empresa, por uma razão bastante óbvia: não existe outra empresa nem irá existir, pois é inviável comercialmente que duas empresas instalem redes, fios, postes para concorrerem em uma mesma área. Isto se dá também com empresas de água e esgoto."

"O setor de telecomunicações é muito pare-



Capa



O min. Sérgio Motta, das Comunicações, comanda o mais chamativo projeto de privatização do setor no mundo e quer arrecadar US\$ 130 bilhões com o negócio, que pretende lançar no meio do ano

O projeto privatista do ministro Sérgio Motta cria três 'holdings' regionais de telefonia fixa (Tele-Centro-Sul; Telesp; Tele-Norte-Nordeste-Leste) e nove de celulares, além da Embratel

cido com isso, pois dificilmente mais de uma operadora estaria atuando em uma mesma área, devido ao custo de uma nova rede."

"Sendo assim, o usuário de telecomunicações estaria nas mãos de um único fornecedor. A exceção se faz para serviços de comunicação de dados e telefonia celular, onde os meios e tecnologias utilizados são outros", explica.

"O modelo proposto pelo governo - continua Camolesi - não gera competição na telefonia fixa e em muitos outros serviços: quem ganhar a concessão de uma área irá explorá-la em regime de monopólio, e estará visando simplesmente ao lucro - e isso não vai ao encontro do tão propagandeado barateamento dos serviços."

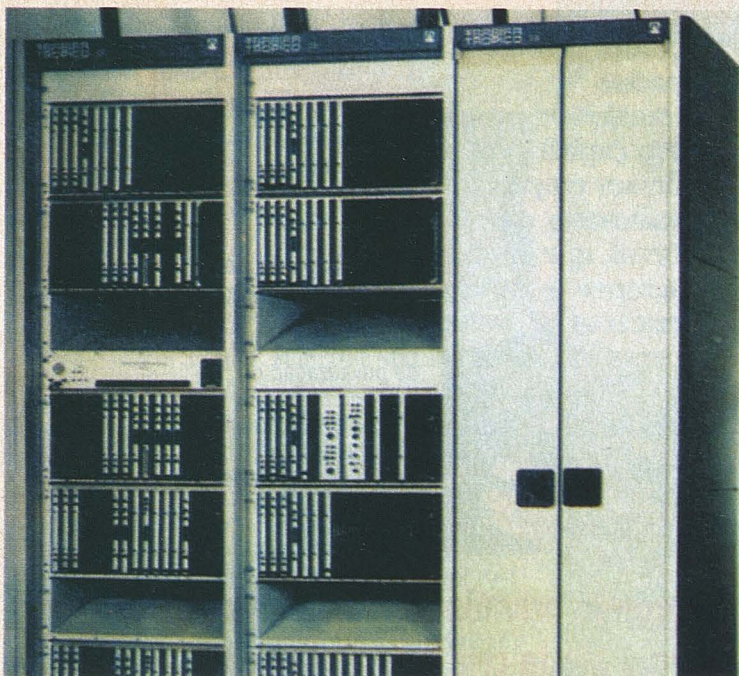
Camolesi adverte que "baratear serviços e tarifas não tem sido, evidentemente, objeto das políticas do governo Fernando Henrique Cardoso. No setor de telecomunicações, o 'ajuste' tarifário, já como preparativo para as privatizações do setor, chegou à ordem de 2.800% na assinatura básica (de R\$ 0,67 passou para R\$ 13,00). Hoje, o Brasil, apesar de ainda possuir tarifas mais baratas, se aproxima de patamares tarifários internacionais."

Fazer lucro é o centro das preocupações das companhias privadas, aponta o pesquisador da

Telebrás, que chama a atenção para as características brasileiras, com imensas regiões pobres, incapazes de dar aos setores beneficiários da desestatização o nível de lucro desejado. Estas áreas ficarão relegadas, prevê Camolesi.

"Se pegarmos a Lei Geral das Telecomunicações, aprovada pelo governo FHC, poderemos observar que a questão das obrigações de universalização do acesso é muito ruim. O artigo 81 da lei joga as responsabilidades sobre a universalização do acesso, que hoje é dever da operadora, no caso a Telebrás, para estados e municípios, após a privatização. Ou seja, quando o filão a ser explorado é lucrativo, como telefonia celular, internacional e comunicação de dados em regiões metropolitanas ou desenvolvidas, a responsabilidade de operação será das empresas privadas que ganharem as concessões. Quando os serviços a serem explorados não forem lucrativos, como, por exemplo, fornecer telefonia pública a localidades distantes e pequenas, pode passar para responsabilidade de estados e municípios, cujos recursos deverão estar previstos em orçamento."

"Ora, se sabemos que a grande maioria das localidades brasileiras são cidades pequenas ou



A central Trópico, de comutação digital, é um dos produtos avançados criados pelos técnicos do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) da Telebrás, em Campinas, e suporta até 36 mil linhas telefônicas

se encontram distantes dos grandes centros, e, ainda, que estados e municípios não estão dando conta de suas obrigações constitucionais de saúde e educação, não será agora que terão condições de suprir as necessidades de universalização do acesso. Quando muito, fornecerão sem a qualidade desejada. Essa realidade já pode ser observada nas concessões da Banda B da telefonia celular. Quando da abertura das proposta para a Região Norte, nenhuma empresa se habilitou para tal, por uma simples razão: não é lucrativo.

Processo desnacionalizante

"O que pode vir a ocorrer com a implantação do modelo aprovado pelo Governo é a reedição do Tratado de Tordesilhas no país, que teria boa parte de seu território e população descriminados no que se refere a acesso e qualidade de serviços de telecomunicações. Não bastando isso, estaremos caminhando para um oligopólio privado, num curto espaço de tempo", assinala o técnico.

"Um dos pontos que mais depõem contra as privatizações implementadas pelo governo FHC é o simples fato de muitas delas não existirem, na prática. Se observarmos o que ocorreu no Rio, nos casos da Light e da Cerj, podemos ver que o que aconteceu foi, na realidade, uma desnacionalização sem sentido, pois as empresas compradoras são empresas estatais em seus

países. Fundos de pensões brasileiros, bem como o BNDES, entraram com recursos razoáveis para viabilização do negócio. No setor de telecomunicações, não será diferente. No Rio Grande do Sul, uma empresa estatal espanhola é que foi vencedora do leilão de "privatização", com a participação de fundos de pensão nacionais", recorda.

"Na argentina, quem comprou a estatal de telefonia Entel foi a estatal francesa France Telecom, com a também estatal Telefônica de Espanha. A consequência imediata foi a criação de monopólios regionais, onde não há competição, bem como o aumento absurdo de tarifas e o corte de postos de trabalho. No México, o quadro também é bastante parecido. No Uruguai, houve um plebiscito junto à população: a proposta de privatização foi derrotada."

"Grandes países capitalistas colocam a ação de suas empresas de telecomunicação a serviço de um projeto de nação, sendo responsáveis, inclusive, por estar levando infra-estrutura em telecomunicação para outros setores produtivos, nos mais diversos países. Por exemplo, a France Telecom dará preferência à compra de veículos da Renault ou Peugeot, comprará equipamentos e tecnologia da Alcatel e poderá fazer acordos vantajosos de fornecimento de serviços para essas empresas. No fundo, essas empresas têm um papel importantíssimo na geração de empregos e divisas para seus países de origem. Ao possibilitar isso, o modelo apresentado pelo governo FHC permitirá, entre outras coisas, o comprometimento do parque industrial do setor, o atraso tecnológico nacional, bem como o fechamento de postos de trabalhos, notadamente na área técnica", reclama Camolesi.

Uma empresa de sucesso

"Se observarmos o crescimento da planta de telecomunicações brasileira, veremos que ela se deu conjuntamente com o aparecimento de um número muito grande de empresas fornecedoras de produtos, serviços e tecnologia, formando um verdadeiro network produtivo no setor. Hoje, podemos afirmar que a nossa planta de telecomunicações é uma das maiores e mais atualizadas tecnologicamente do mundo, pois sua

implantação se deu em cima de tecnologias emergentes, permitindo que hoje mais de 60% das centrais telefônicas sejam digitais, grande parte com tecnologia nacional. Possuímos hoje algo em torno de 2 milhões de km de fibra ótica instalados no país, fibra de tecnologia nacional, desenvolvida no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) da Telebrás, desde o início dos anos 80", argumenta o sindicalista.

Ele dá o exemplo do sistema celular, como uma prova da capacidade da Telebrás. "Se partirmos do pressuposto de que, no início de 94, não tínhamos telefonia celular no país e hoje temos um número de celulares superior ao existente na França (perto de 4 milhões de linhas), e se observarmos as taxas de crescimento da planta de telecomunicações, veremos que são as maiores do mundo. Igualmente, os indicadores econômicos da Telebrás a colocam como uma das maiores empresas do setor no mundo e a menos endividada."

Estes indicadores, segundo Camolesi, se tornaram possíveis devido a vários fatores, entre eles o aumento significativo de linhas operadas, com conseqüente aumento de receitas, o que possibilitou uma maior taxa de inversão de capitais (hoje temos em torno de 20 milhões de assinantes). Além disso, o barateamento dos equipamentos e sistemas necessários para a expansão da rede: "Só para termos uma idéia do que isso significa, citaremos o exemplo da central telefônica Trópico (CPA digital), totalmente desenvolvida

no CPqD e que permitiu, no momento de seu lançamento, em 1990, a queda do valor do terminal comprado pela Telebrás de US\$ 900 para US\$ 200, possibilitando economia da ordem de bilhões de dólares para a Telebrás, bem como de divisas para o país, e o conseqüente aumento na compra e disponibilidade de acessos."

O técnico aponta ainda como aspectos benéficos para a empresa o ajuste tarifário a valores praticados no mercado internacional, a política de autofinanciamento por parte do usuário, através dos planos de expansão e a compra de



A história de 25 anos da Telebrás comprova a eficiência do modelo estatal nos serviços básicos destinados a uma população incapaz, em sua grande maioria, de sustentar a exploração lucrativa dessas atividades. Em apenas 25 anos, a Telebrás modernizou e ampliou os serviços, que, nos tempos da telefonia privada e dominada por empresas estrangeiras, eram um tormento de verdade: esperava-se, durante horas, por uma ligação interurbana e obter linha para uma ligação local era um exercício de paciência. Partindo praticamente do nada, a Telebrás revolucionou as comunicações e tornou-se uma das grandes empresas do setor, em âmbito mundial

Telecomunicações: *poder, ganância e desinformação*

Esta análise, produzida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa e Tecnologia de São Paulo, demonstra como o desempenho das telecomunicações brasileiras, considerado um dos melhores do mundo, aguça o interesse privatista

O governo anunciou para a sociedade o modelo de reestruturação do Sistema Telebrás (STB) visando à implementação do seu projeto de privatização das empresas de telecomunicações. Processo este que se iniciou dois anos atrás, com a quebra do monopólio do setor e, segundo o ministro Sérgio Motta, se estenderá até junho deste ano, quando se planeja efetuar a privatização.

O referido ministro anuncia aos quatro cantos como sendo a maior privatização em bloco já realizada no mundo: US\$ 130 bilhões. O último setor das comunicações ainda fora do segmento privado, pois TV, TV a cabo, revistas, jornais, rádios, etc. já são controlados pela iniciativa privada.

Nas concessões da Banda-B Celular e na privatização da empresa estadual de telecomunicações do Rio Grande do Sul, já vimos quem se interessou: fortes empresas de telecomu-

nações dos Estados Unidos e da Europa, associadas a um banco, a uma construtora e a uma empresa brasileira que já monopoliza outras fatias do setor de comunicações.

Infelizmente, mais uma vez, vemos o país ser transformado num balcão de negócios internacionais, ajudados por alguns sócios minoritários locais. Vêm para ganhar dinheiro, para ampliar seus negócios. Querem a infra-estrutura já montada de telecomunicações do país. Querem os serviços lucrativos, como os de celular, que é altamente rentável e de baixo investimento, de comunicação de dados, de telefonia de longa distância e os de serviços de redes corporativas para grandes grupos privados. Mesmo para o serviço celular em região de baixa densidade populacional, como a Região Norte do país, não apareceu nenhum grupo interessado. O governo passa a falar em um leilão sem licitação, para, a todo custo, fazer a concessão da exploração a algum grupo privado.

Esse é um típico caso que mostra a verdadeira face da ganância especulativa. Mas, para as regiões ricas e com alta densidade populacional, como São Paulo, Minas Gerais ou Rio de Janeiro, vários grupos internacionais se apresentaram como interessados.

Política tecnológica ameaçada

Vemos o poder sobre o Planeta cada vez mais concentrado, colocando em risco a democracia. Sabemos muito bem da força que tem a mídia: de formar opinião, de eleger e destituir um presidente, de incutir um senso comum na opinião pública, em especial numa sociedade de escolaridade média, infelizmente, de apenas três anos. Neste final de século, mais de 40% do PIB mundial já estão no setor de comunicações, embora 2/3 da população mundial nunca tenha realizado uma ligação telefônica e mais de 50% dessa mesma po-

ações por estes, além da colocação em operação de serviços de valor agregado, como a telefonia celular, canais de satélite e infovias ópticas.

Telefone pode ser grátis

Com estes indicadores, foi possível à Telebras reformular a forma de financiamento de linhas. "O que antes era feito através dos planos de expansão, em que o usuário adquiria a linha e ações da Telebrás (o que os usuários pagavam no plano de expansão eram, na realidade, as ações), agora está sendo alardeado que o mesmo usuário poderá obter a linha por R\$ 50,00. Sobre isso, alguns pontos precisam ser esclarecidos", destaca Camolesi.

O pesquisador do CPqD explica que, com a privatização alardeada pelo governo, não há interesse por parte dele em pulverizar ainda mais as ações do Sistema Telebrás (STB). Hoje, a união detém apenas 21,45% do capital total da empresa - o restante está na mão de assinantes e de grandes investidores internacionais e nacionais. Hoje, a empresa possui receita suficiente para mudar a forma de financiamento da expansão da rede, podendo autofinanciá-la, e lucrando em cima de tarifas.

"O que podemos afirmar é que este fato está sendo utilizado de uma forma populista, por parte do ministro Sérgio Motta. Com o fim do fornecimento de ações para quem adquirir li-



As comunicações representam o futuro e seu domínio determina poder político

pulação estejam a pelo menos um dia de caminhada do acesso telefônico mais próximo.

A política industrial e tecnológica do setor ficará comprometida, se esse modelo privatizante for implementado. Também o fabuloso lucro do STB aumenta a ganância de grandes grupos econômicos. Este ano, o STB deverá estar tendo um lucro líquido supe-

rior a R\$ 4,5 bilhões, muito superior a qualquer outra empresa privada ou estatal, entre as quais, em 1996, a Eletrobrás lucrou R\$ 2,4 bilhões, a Petrobras R\$ 670 milhões e a Vale do Rio Doce R\$ 632 milhões. O STB está investindo R\$ 7,5 bilhões.

E tudo isto sem retirar um centavo do Tesouro: a Telebrás é auto-suficiente em recursos, desde a sua criação em 1972. Muito pelo contrário, a Telebrás sempre colaborou com parte de seus fabulosos faturamentos para o equilíbrio das contas do governo.

Brasil Telecom

A Telebrás, até o final de 1997 contará com 22 milhões de terminais telefônicos em funcionamento. A quinta maior operadora do mundo, a estatal France Telecom, possui 28 milhões de terminais. Em número de celulares, já temos o mesmo número da França. Em 1996, o Brasil foi o quarto país do mundo em ativação de terminais, superado apenas pela China, Estados Unidos e Alemanha. O número de acessos móveis celulares em serviço no STB, no período 95-98, crescerá à taxa de 85% ao ano, devendo alcançar 6,4 milhões de acessos em dezembro de 1998. Falar do STB é falar de um gigante, que cresce acima de quaisquer outras taxas de crescimento do país e, até mesmo, do mundo.

Os trabalhadores em telecomunicações têm outra proposta para o setor: transformar o STB na Brasil Telecom, a operadora nacional, uma empresa com faturamento de US\$ 20 bilhões com um potencial de crescimento gigantesco e capaz de fazer uma inserção soberana do Brasil no mercado internacional. Com capacidade de competição, vantagem de escala, possibilidade de parcerias e agressividade mercadológica nacional e internacional. Caminho já adotado pelas grandes potências: a Alemanha tem a Deutsche Telekom, a Inglaterra tem a British Telecom, a Itália tem a Itália Telecom, a França tem a France Telecom...

Seguir os caminhos do governo de retalhar o STB em cerca de 30 empresas pequenas e "doá-las" a grandes operadoras globais de telecomunicações é um crime e vai na contramão da história. O Brasil tem uma empresa com recursos humanos altamente qualificados, uma planta instalada tecnologicamente atualizada e financeiramente muito forte. Não construir a Brasil Telecom é perder a locomotiva para o resgate da cidadania do país e dar provas de nossa insanidade, quanto à capacidade de inserção do país no bloco dos socialmente mais justos.

*Antonio Albuquerque - presidente do SinTPq
Enylson Camolesi - diretor do SinTPq*

nhas telefônicas, poderíamos estar fornecendo estas linhas por valores ainda menores do que os R\$ 80. Hoje, a empresa apresenta condições econômicas e técnicas para isso."

Então, por que privatizar?

Enylson Camolesi enumera diversas razões que tornam ainda mais estranho o processo de privatização da Telebrás. "Observamos que o Sistema Telebrás é extremamente lucrativo, possui uma planta de telecomunicações instalada atual, tecnologicamente falando, e crescendo acima dos índices internacionais. Apesar de operar uma planta de dimensões continentais, possui menos empregados que a France

Telecom. Suas ações são responsáveis por mais de 60% do movimento da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e são as que obtiveram a maior valorização durante o ano de 1997. Prevê lucros fabulosos para os próximos anos, bem como o Plano de Ampliação do Sistema de Telecomunicações (Paste) projeta, para o início do ano 2000, mais de 40 milhões de acessos telefônicos fixos e mais 20 milhões de celulares (dados do próprio Ministério das Comunicações). Ou seja, estamos falando da segunda rede de telecomunicações do mundo, só perdendo para os Estados Unidos, o que, com certeza, permitirá ampliar em muito a receita da empresa e seus investimentos. Em outras palavras, nós

estamos falando do melhor "negócio" do mundo, pois é uma oportunidade ímpar de se adquirir uma empresa com essas potencialidades", diz Canmolesi.

"Então, se é tão bom, por que privatizar?", espanta-se, antes de insinuar a resposta: "Possivelmente, por isso mesmo. O governo, na realidade, vem ao longo dos últimos dois anos tecendo elogios ao crescimento da Telebrás, promovendo um grande leilão internacional antecipado. No fundo, o setor de telecomunicações é o mais estratégico e o que mais interessa ao capital transnacional, por ser, entre outras coisas, peça fundamental num mundo transnacionalizado/globalizado", define o técnico.

"O negócio, entre concessões e privatizações, deverá movimentar algo em torno de US\$ 120 bilhões, segundo palavras do próprio ministro. Ora, quando tomamos conhecimento das cifras, fica claro o porquê da privatização: o governo precisa fazer caixa para sustentar sua política econômica e monetária. Não basta mais garantir os bancos, com a injeção de bilhões de dólares em instituições falidas, temos também que abrir mão de um projeto de nação para garantirmos a banda cambial", critica Camolesi.

Ele analisa a crise do real, para explicar a



O desenvolvimento tecnológico é o grande diferenciador e agregador de valor no setor das telecomunicações

insistência do governo FHC em subtrair à nação o controle de mais uma empresa estratégica e financeiramente pujante.

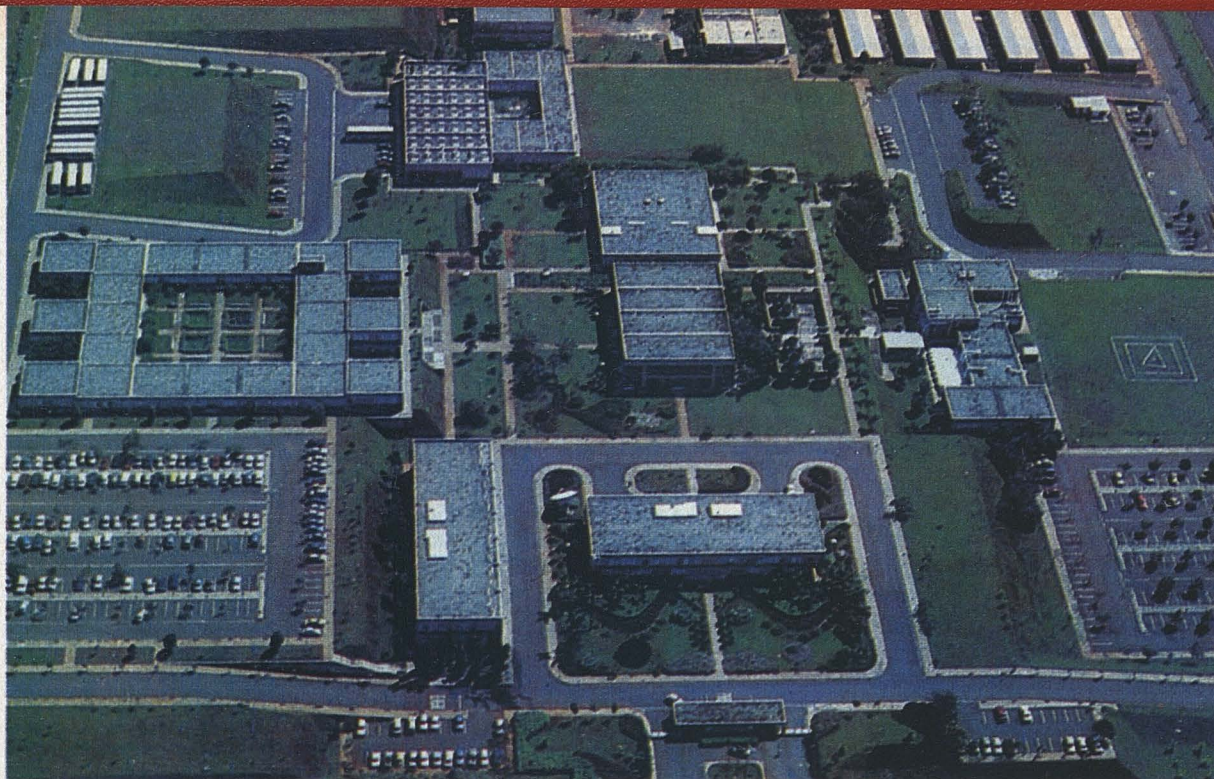
"As medidas assumidas pelo governo FHC após a crise das bolsas asiáticas, com o aumento astronômico dos juros, bem como as mudanças fiscais, não serão suficientes para evitar a fuga de capitais especulativos. Todas as análises econômicas apontam para o meio do ano de 98 como a data em que os efeitos das medidas recessivas de aumento de juros terão chegado ao seu limite. Os bilhões de dólares necessários para honrar seus compromissos com a dívida pública, bem como o capital necessário para melhorar nossas transações correntes e reservas, viriam da venda do setor de telecomunicações", explica Camolesi.

"Em outras palavras - continua - estaremos abrindo mão de uma empresa estratégica para tentar salvar a política monetária, mola-mestre da reeleição, de mais especulação - um absurdo, quando sabemos que a linha adotada pelo governo para ela nos deixa cada vez mais reféns das ondas especulativas internacionais."

Anatel, para facilitar

Enylson Calolesi diz que o governo, dentro da linha de tentar importar para o Brasil modelos já existentes, e também com o intuito de mostrar que o modelo proposto será regulado, trouxe para a discussão, na Lei Geral, a agência reguladora, no caso a Anatel. "Os trabalhadores e parte significativa da sociedade civil já vinham discutindo sobre a necessidade de um órgão regulador, com a participação democrática de vários setores, que atuaria na fiscalização do cumprimento das obrigações de universalização, no acompanhamento e fiscalização das políticas tecnológicas e industriais para o setor e, evidentemente, na fiscalização tarifária e de qualidade dos serviços prestados pelas operadoras.

Infelizmente, o que pudemos observar foi uma indicação eminentemente política para o conselho da Anatel. O ministro Sérgio Motta tratou de colocar pessoas de sua extrema confiança, para garantir a implementação de sua política de interesses, no caso principalmente as privatizações."



O Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico da Telebrás (CPqD), em Campinas, representa domínio científico

Ele lamenta que "no fundo, um órgão que deveria ser independente e representativo de setores da sociedade se caracteriza exatamente pelo oposto: dependente e a serviço de interesses de setores restritos".

Risco tecnológico

"Não existe nenhuma grande operadora de telecomunicações que não possua seu centro de pesquisa e seus parceiros industriais. Nos Estados Unidos, a AT&T possui o Bell Labs, assim como operadoras regionais o Bell Core. A France Telecom possui o seu centro de pesquisa, por uma razão bem simples: o desenvolvimento tecnológico é o grande diferenciador e agregador de valor no setor. Quem possui tecnologia de ponta sempre terá vantagens concorrenciais, e aí está a razão dos grandes investimentos", descreve.

A Telebrás possui hoje um dos maiores centros de pesquisa e desenvolvimento na área de telecomunicações do mundo. É sustentado com recursos vindos das receitas das empresas operadoras e de royalties, o que permitiu a ela ser uma das poucas detentoras da tecnologia de centrais digitais, que países como a Inglaterra ainda não possuem.

Camolesi enumera: "A central Trópico, a tecnologia de produção de fibras e dispositivos óticos, antenas, cartão indutivo, dezenas de sistemas para gerenciamento e suporte para redes

de telecomunicação foram alguns dos produtos desenvolvidos pelo CPqD e que permitiram ao Brasil deter tecnologia de ponta para o setor e, conseqüentemente, alavancar seu crescimento."

Assinala que dezenas de empresas foram formadas para produzir equipamentos e sistemas com tecnologia CPqD. Um parque produtivo foi criado por conta da política tecnológica montada no setor, que permitia a transferência tecnológica a custo zero, baseada numa interação CPqD-universidade-indústrias. Milhares de profissionais foram formados assim e milhares de empregos, gerados.

"Ao privatizar, o governo poderá estar jogando uma pá de cal na produção tecnológica brasileira, assim como na indústria nacional do setor. Pois, como já afirmamos, as grandes empresas transnacionais, que estarão se habilitando para comprar o setor, trarão com elas seus parceiros industriais."

"A falta de uma política industrial e tecnológica e a falta de definição sobre o futuro do CPqD levarão o Brasil a perder o bonde tecnológico, pois a dinâmica da tecnologia do setor é muito grande. Quem não investir em pesquisa e desenvolvimento, certamente estará submetido a uma relação de total dependência. Por isso, dentro do projeto da Brasil Telecom, o CPqD deverá ter um local de destaque, como agente de viabilização dos projetos para o setor", finaliza Enylson Camolesi.





Fernando Henrique



Itamar Franco



Ciro Gomes



Roberto Requião



Dirigentes do PDT e PT, Neiva Moreira, Leonel Brizola, Luís Inácio Lula da Silva e José Dirceu discutem a aliança popular

Sucessão à vista

Vai-se definindo o quadro de candidatos

O quadro da sucessão presidencial começa a definir-se. Além da candidatura do presidente Fernando Henrique Cardoso, considera-se definida a do ex-governador do Ceará, Ciro Gomes, lançada pelo PPS, com apoio em correntes do centro político.

O problema mais complicado é o do PMDB. O partido está dividido entre o grupo governista, que quer apoiar a candidatura de Fernando Henrique, e a corrente liderada pelo deputado Paes de Andrade, que luta pelo candidato próprio. O deputado Paes de Andrade e outros líderes asseguram contar com a maioria dos 718 delegados, que, em nome da tradição do partido e dos seus interesses eleitorais, reivindicam candidatura própria.

A decisão de Itamar Franco de apresentar sua candidatura ao Partido e a carta de apoio de José Sarney criaram uma nova realidade

no quadro sucessório e fortaleceram a luta dos que defendem a presença do PMDB na disputa. Outro pré-candidato peemedebista é o senador paranaense Roberto Requião.

No campo da esquerda, o processo de escolha avançou.

Depois de uma reunião no Rio de Janeiro, os presidentes do PT e do PDT, José Dirceu e Leonel Brizola, do líder da bancada do PDT na Câmara, Neiva Moreira, e de Luís Inácio Lula da Silva, o nome deste foi indicado para a presidência, cabendo ao PDT escolher o candidato a vice, no seu Quarto Congresso, em março.

Mais recentemente, PT e PDT lançaram um manifesto conjunto, assinado pelos presidentes José Dirceu e Leonel Brizola, sob o título "Oposição unida para o povo vencer" (leia ao lado), no qual expõem as bases do entendimento oposicionista e esboçam um programa de ação.

O manifesto oposicionista

"O Partido dos Trabalhadores e o Partido Democrático Trabalhista, PT e PDT, fiéis a seus compromissos com o povo brasileiro e com os trabalhadores, coerentes com suas lutas em defesa de nossa soberania e irmanados no dever de oferecer à Nação uma alternativa realista e concreta diante deste quadro de incertezas, sofrimentos e ameaças - que o atual governo vem impondo ao país - reunidos no Rio de Janeiro, manifestam à Nação seu propósito inabalável de:

1 - Reunir, em uma grande frente de oposição, todos os partidos, instituições, organizações sociais, cidadãos e cidadãs sinceramente preocupados com esta situação que ameaça submergir o Brasil, em consequência da política chamada neoliberal do atual Governo, com seu caráter autoritário, que vem erodindo a soberania nacional e a própria democracia, ao anular o papel do Estado como seu guardião e promotor do bem-estar coletivo e nos transforma, assim, em presas do capitalismo especulativo, e do controle de grupos e interesses internacionais;

2 - Defender, acima e além de qualquer questão ou interesse partidário ou pessoal, por mais

legítimo que seja, a unidade destas forças, como único instrumento do povo capaz de barrar o casuísmo e as manipulações continuístas do atual Governo;

3 - Afirmar a sua solidariedade aos demais partidos - especialmente o PC do B, já integrado à aliança, e o PSB, com quem avançam os entendimentos - e às personalidades e correntes de opinião que resistem às pressões e mecanismos de aliciamento e corrupção política com que o governo tenta impor a continuidade de sua política de aniquilamento da Nação;

4 - Expressar, através da candidatura à Presidência da República de Luís Inácio Lula da Silva, coadjuvado por um vice-presidente a ser indicado pelo PDT, em seu IV Congresso, uma alternativa legítima, pacífica e democrática, capaz de viabilizar mudanças profundas e generosas na vida brasileira, apoiadas na nossa realidade e, essencialmente, na capacidade de trabalhar e produzir de nosso povo;

5 - Elaborar um programa coerente, voltado para os problemas básicos da nossa população: trabalho e emprego para todos; igualdade de acesso à educação

e aos serviços de saúde para todos os brasileiros; dignificação e salários compatíveis para o professorado e o funcionalismo; respeito e proteção aos aposentados; ampla assistência aos produtores e desenvolvimento da agricultura e da indústria; ensinar, como urgência nacional, a todas as famílias brasileiras, terra, lotes e moradias para viver ou produzir, no contexto de uma verdadeira reforma agrária. Tudo isso só será possível numa situação de estabilidade econômica com redução drástica dos juros, sem privilégios aos grupos especuladores e sem a alienação irresponsável das riquezas nacionais. Desenvolvimento é inseparável da justiça social, da soberania e de um quadro de liberdades públicas, de respeito à cidadania e de reformas políticas que façam da democracia uma realidade, sem o poder corruptor do dinheiro nas eleições e nos negócios públicos, com ampla participação popular, uma reforma eleitoral e partidária, do Judiciário e da Segurança Pública.

Inspirados por estes compromissos, PDT e PT, desde já, mobilizam todos os seus melhores esforços para consolidar esta aliança com cada ponto do País, reunindo todos os que não se conformam em ver o Brasil e o povo brasileiro privados dos destinos de felicidade e do respeito que merecem."

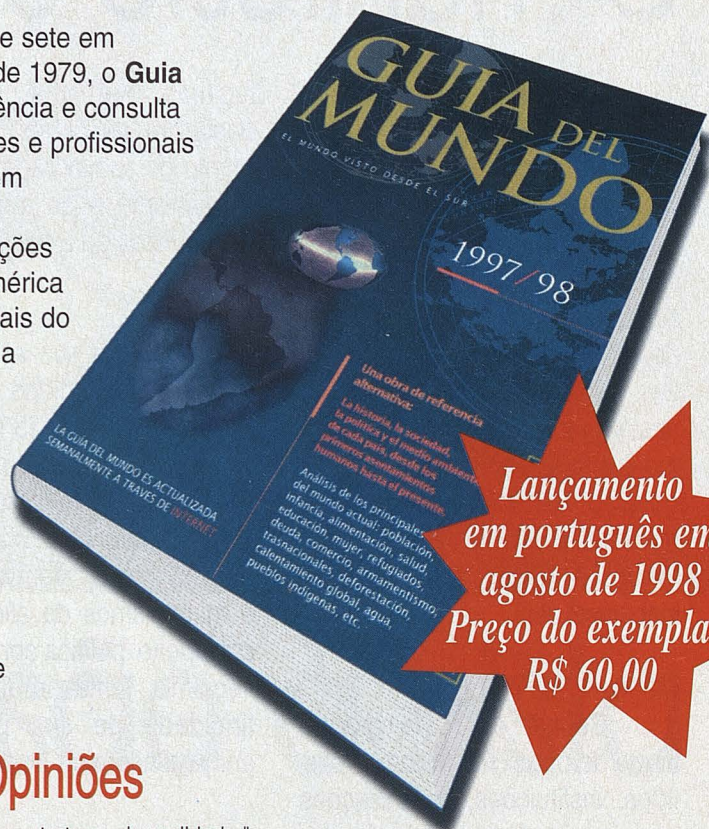
O mundo em suas mãos

Com 10 edições em espanhol, oito em inglês e sete em português, atualizada a cada dois anos desde 1979, o **Guia do Mundo** transformou-se em livro de referência e consulta obrigatória tanto para estudantes, professores e profissionais liberais como para os demais leitores preocupados em acompanhar os acontecimentos mundiais.

A publicação destaca-se por apresentar informações completas sobre a vida e a cultura dos povos da América Latina e do Caribe, África e Ásia e fornecer muito mais do que se encontra normalmente em livros de referência convencionais.

Na suas mais de 600 páginas e 5 milhões de caracteres, o **Guia do Mundo** inclui textos, dados estatísticos e mapas de mais de 200 países, com a correspondente localização regional, além de gráficos e 10 mil referências.

Para facilitar o acesso à obra, um índice geral explica em profundidade as características das duas principais seções, a de temas vinculados à atualidade e a dos países.



**Lançamento
em português em
agosto de 1998
Preço do exemplar:
R\$ 60,00**

Descubra

Informação atualizada de todos os países do nosso Planeta

■ com tabelas, estatísticas, dados históricos, políticos, econômicos, e informação sobre o sistema social e o meio ambiente.

E uma parte temática, com informação sobre:

- Demografia ■ Trabalho ■ Infância ■ Saúde
- Educação ■ Habitat ■ Dívida Externa ■ Comunicações
- Mulher ■ Comércio ■ Desenvolvimento Social
- Refugiados ■ Povos Indígenas

Opiniões

"Um retrato nu da realidade."

Eduardo Galeano

Autor do clássico *As veias abertas da América Latina* e da trilogia *Memórias do fogo*

"Um livro de referência indispensável para todos aqueles que estão preocupados com as relações Norte-Sul."

Willy Brandt, ex-chanceler alemão

"Ao oferecer uma perspectiva terceiro-mundista, este assombroso livro de referência, de mais de 600 páginas, vai desempenhar um bom papel nas bibliotecas e colégios. Tanta diversidade de opiniões e tanta riqueza informativa devem ser consideradas uma grande contribuição.

Uma leitura que pode demorar horas!"

Suplemento Educativo do Times, de Londres

Cupom de reserva de exemplares

Para fazer seu pedido, preencha o formulário e envie-o pelo correio, junto com o cheque ou comprovante de depósito bancário

Solicito a reserva de _____ exemplares do **Guia do Mundo 1999/2000**

Nome: _____

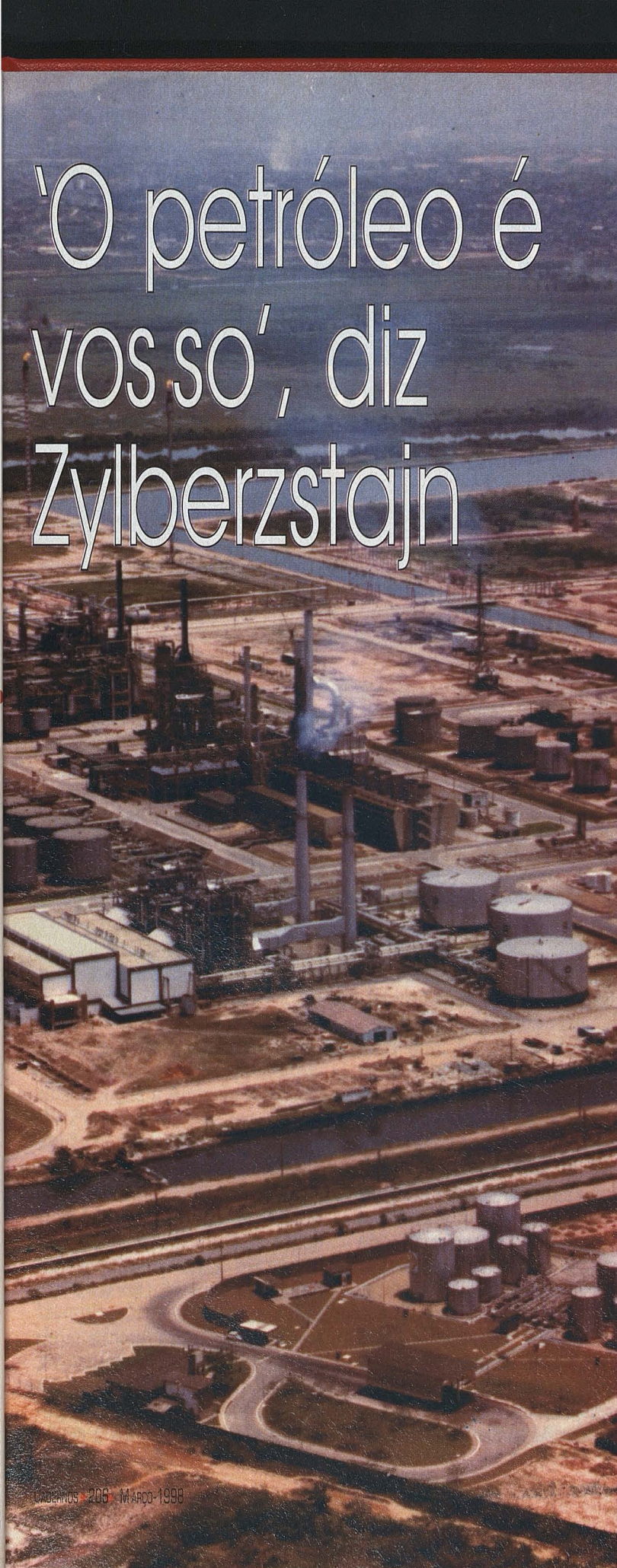
Endereço: _____ Cep: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____

E-mail: _____ Telefone: _____ Fax: _____

Assinatura _____

Não mande dinheiro agora!



'O petróleo é vosso', diz Zylberzstajn

ECONOMIA **Petróleo**

Fase de transição no setor petrolífero comandado pela nova agência causa apreensão na sociedade, apesar das garantias do governo

Desde 16 de janeiro - um mês após a Petrobras passar a produzir um milhão de barris de óleo por dia -, está em atuação a Agência Nacional do Petróleo (ANP), o órgão que supervisionará o setor, no qual a estatal enfrentará a concorrência das multinacionais. Estas deverão receber áreas hoje pertencentes à empresa nacional.

Credenciado pelo parentesco com o presidente Fernando Henrique Cardoso, do qual é genro, e pela eficiência com que conduziu a desnacionalização do setor elétrico paulista, David Zylberzstajn, diretor-geral da ANP, tornou histórico o discurso de posse, ao cunhar um novo lema para o setor petrolífero no Brasil: "O petróleo é vosso", disse ele, ironizando o lema que sacudi corações e mentes dos brasileiros na histórica campanha "O petróleo é nosso", que criou a indústria petrolífera nacional - o que muitos pregavam ser impossível.

O ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, também desmereceu a atuação da Petrobras, afirmando que só agora "a União vai comandar a política petrolífera".

Zylberzstajn pretende definir até abril as áreas que continuarão com a Petrobras - que descobriu reservas de óleo e gás correspondentes a 15 bilhões de barris no país -, e ofertará em leilão, o mais rápido possível, as demais. O Brasil tem 29 bacias sedimentares conhecidas através das pesquisas da Petrobras, que atua em 133 pontos dessas áreas e pode reivindicar outros em que demonstre capacidade financeira para investir. A estatal já manifestou interesse em expandir-se em outros 260 pontos com

altos indícios de óleo e gás, mas a previsão é de que dificilmente terá sua reivindicação integralmente atendida.

"Prevê-se que, além da Petrobras e de seus atuais parceiros, logo teremos outros grupos, nacionais e estrangeiros, participando de futuras licitações. Todas essas empresas atuarão em condições de igualdade", assinalou Zylberzstajn, negando privilégio à Petrobras.

Em sabatina no Senado, um dos diretores da ANP, Giovanni Toniatti, secretário de Minas e Metalurgia, do Ministério de Minas e Energia, adiantou que dois dos blocos a serem inicialmente licitados ficam nos extremos da Amazônia: um na foz do Amazonas e o outro no oeste do Acre, na divisa com o Peru.

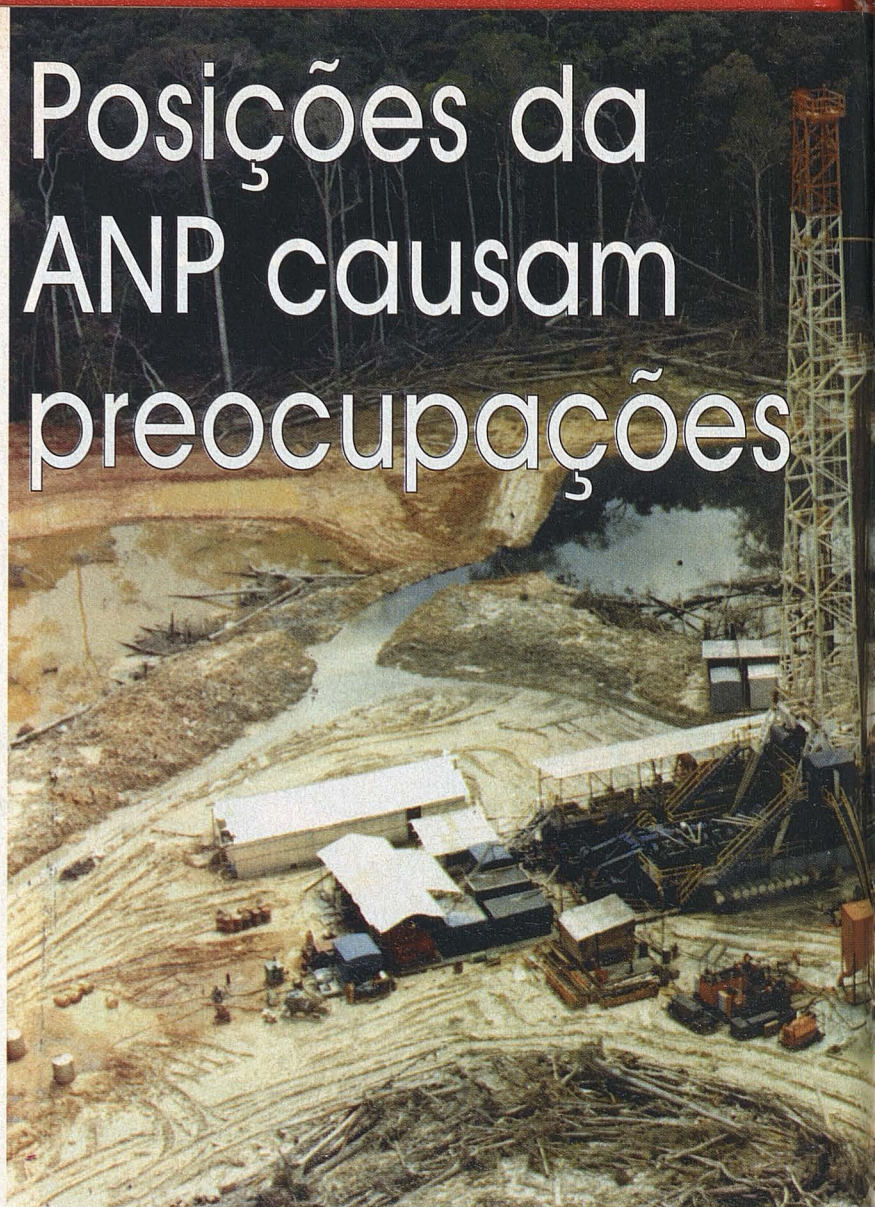
Segundo a Petrobras, já estão se instalando no Rio, onde ficará a sede da ANP, 18 multinacionais do óleo e outras 50 se preparam para chegar. Acenam com a criação de 50 mil empregos diretos nos próximos anos e uma média de investimentos anuais de R\$ 9 bilhões.

O BNDES já anunciou que financiará empresas nacionais e estrangeiras, e estimula o surgimento de parceiros que queiram se associar à Petrobras na exploração das jazidas gigantes de Marlim (2,4 bilhões de barris), Barracuda e Roncador, na bacia de Campos, nas quais a estatal já está investindo cerca de US\$ 3 bilhões.

Cerca de 45 empresas buscam sociedade nos negócios da Petrobras, em sua maioria (23) originárias dos Estados Unidos, entre elas a Mobil, Esso, Amoco, Coastal, Texaco e Pennzoil. Há ainda duas japonesas; quatro inglesas, entre elas a British Petroleum; uma australiana; as francesas Total e Elf; quatro argentinas; uma espanhola; três canadenses; a holandesa Shell e uma norueguesa.

Várias delas têm sócios brasileiros, como a Odebrecht, Perbras, Opportunity, Sotep, Queiroz Galvão e Azevedo Travassos. (P.M.)

Posições da ANP causam preocupações

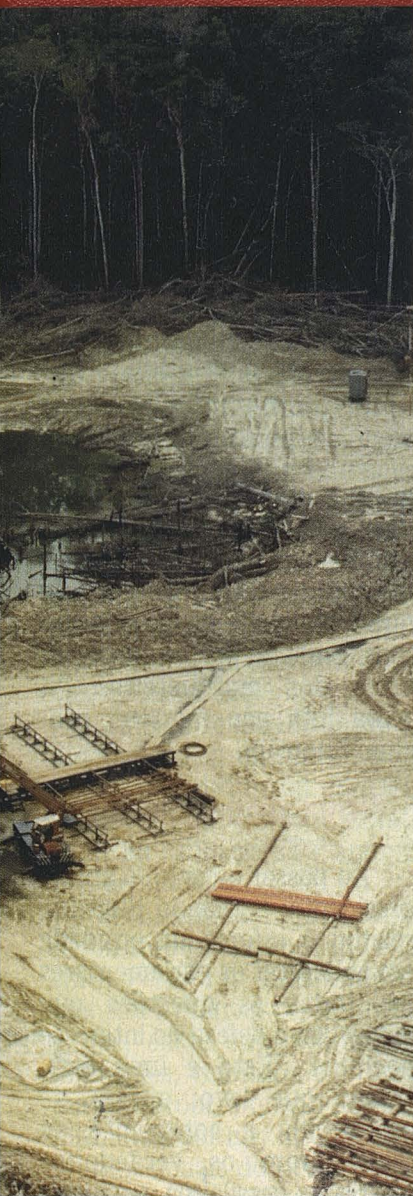


Afirmações do diretor-geral do órgão revelam preconceito contra a Petrobras

Em entrevista a **cadernos do terceiro mundo**, o novo presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), Ricardo Maranhão, expressou preocupação com o futuro do setor petrolífero nacional, a partir das afirmações iniciais do diretor-geral da Agência Nacional do

Petróleo (ANP), David Zylberzstajn. Maranhão diz perceber nas afirmações de Zylberzstajn uma predisposição contrária aos interesses da Petrobras.

"Vamos agora seguir com atenção esta fase de transição, na qual se vai implantar o novo modelo de exploração do petróleo no Brasil. Temos a regis-



mação de Zylberzstajn de que agora o petróleo é vosso - dita numa assembléia onde predominavam representantes de multinacionais. Além de outras frases, como a de que o povo tem pressa de óleo e quer menos monopólio. "Como alguém pode afirmar estas coisas, olhando para a história da Petrobras? Desde quando o petróleo não pertenceu ao povo brasileiro? Tais afirmações revelam o despreparo do diretor-geral", aponta Maranhão.

"Estamos preocupados, ainda, pois ele deu indicações de que não pretende atender o pleito da Petrobras de ficar com áreas que a lei prevê que ela escolha. Achamos que a lei vale para todos, inclusive para o genro do presidente."

O presidente da Aepet considera um risco a questão de uso da rede de dutos da Petrobras pelas outras empresas. "Ficou estabelecido que a Petrobras cobrará um preço pelo uso do sistema, mas, caso haja desacordo, caberá à ANP fixar a tarifa. Seja qual for o preço cobrado pela Petrobras, haverá sempre protesto das multinacionais para que a ANP determine um preço sempre menor", prevê.

"Outra exigência injusta é de que a empresa libere todos os dados das áreas que pesquisou, para que a ANP monte as licitações dos blocos que pretende passar a outras empresas. E o direito do segredo industrial? Por que obrigar a Petrobras a dar de graça o que pesquisou com grandes gastos?", reclama Ricardo Maranhão. **(Procópio Mineiro)**

Para lembrar

Em 1977, o presidente Ernesto Geisel criou os contratos de risco. As multinacionais podiam se candidatar a prospectar óleo no país e, em caso de êxito, explorar os campos em parceria ou receber um pagamento pelo êxito. Muitas se candidataram.

Mas ninguém achou ou disse ter achado qualquer coisa. O país continuou a depender exclusivamente dos continuados sucessos da Petrobras. O governo Collor de Mello retomou a campanha anti-Petrobras, destinada a retalhar e privatizar a companhia brasileira. Ante a impossibilidade da empreitada, chegou-se à solução agora alcançada: reduzir a velocidade da Petrobras e abrir campo às multinacionais, sob o argumento de que se produzirá mais óleo - como se dizia em 1977.

O governo afirma que haverá US\$ 2,5 bilhões em investimentos por parte das multinacionais, nos próximos dois anos, e que o país virará o milênio com 1,8 milhão de barris por dia - 75% do consumo.

A tendência das multinacionais no Brasil, porém, tem sido a de explorar setores considerados filés, como a distribuição de combustíveis. Se preferirem mesmo apenas virar parceiras nas jazidas que a Petrobras descobriu e explora, dificilmente se alcançarão os objetivos propalados pelo governo, mesmo com financiamentos do BNDES.

trar que o monopólio foi quebrado por métodos estranhos.

Estamos muito preocupados, porque a Agência Nacional do Petróleo deveria ser preenchida por especialistas do setor. Mas vimos que David Zylberzstajn, genro do presidente que o nomeou para a diretoria-geral do órgão, mostra-se despreparado. Não é um técnico na área e começou fazendo afirmações descabidas, de quem não entende o setor petrolífero", diz o novo presidente da Aepet.

Segundo Ricardo Maranhão, causou estranheza a afir-

Um encontro nacionalista

Posse na Aepet reúne defensores do patrimônio nacional

A Associação de Engenheiros da Petrobras (Aepet) deu posse a sua nova diretoria, no dia 26 de janeiro, no Clube de Engenharia, no Rio, em solenidade que se transformou num encontro nacionalista. Em torno da entidade, que há muito se distingue por expressiva participação em defesa da Petrobras e das causas nacionais, reuniram-se personalidades políticas e militares, como o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, o ex-vice-presidente da República Aureliano Chaves, os brigadeiros Ivan Frota e Rui Moreira Lima e o general Hélio Lemos, o presidente do PMDB, Paes de Andrade, o líder do PDT na Câmara, Neiva Moreira, o senador Roberto Requião e outros parlamentares. Lula, Leonel Brizola e Itamar Franco enviaram representantes.

Na abertura da solenidade, Barbosa Lima Sobrinho frisou que "defender a Petrobras é defender a dignidade do Brasil", enquanto o presidente do PMDB, Paes de Andrade, lamentou que o Brasil esteja vivendo "uma hora de agonia, de vilipêndio, de desmonte do Estado Nacional."

O pronunciamento do senador Roberto Requião foi ataque contundente aos "tecnocratas medíocres" que não le-



Maranhão: 'O projeto do governo compromete a soberania nacional'

vam em conta os interesses do país. "Esta reunião será criticada pelos cínicos, porque o sentimento nacional encabula os canalhas". Condenou os que "confundem modernização com a entrega do país." Lamentou que esteja ocorrendo a aliança entre "um presidente que esqueceu o que já disse um dia e os interesses internacionais que dominam a mídia do país", para impor à população um programa antinacional. O senador pemedebista citou o pensador John Kenneth Galbraith, para

quem a globalização é apenas uma palavra inventada pelos norte-americanos para invadir mercados, e disse ter certeza de que a realidade da miséria das ruas acabará por se impor às artes dos marqueteiros. "A velha luta não morreu", concluiu Requião.

Nova dependência

Ao passar o cargo, o antigo presidente, Fernando Siqueira, relatou o esforço da entidade em esclarecer os parlamentares em todas as questões que envolviam a defesa do interesse nacional. "Esta é uma frustração que levo: apesar de esclarecida e consciente de quais eram os verdadeiros interesses brasileiros, a maioria dos parlamentares se compôs com o governo e votou por outros interesses."

Siqueira lembrou derrotas



impostas ao país pela maioria parlamentar: os US\$ 10 trilhões em reservas minerais que passarão às mãos estrangeiras; a abertura descabida na cabotagem, permitindo a livre navegação interior a frotas estrangeiras - que atuarão sem controle na retirada das riquezas nacionais; a quebra do monopólio do petróleo, a desestatização do setor energético e da Vale do Rio Doce.

"Saímos de uma situação de independência energética para a dependência", frisou. "Em três anos, a Petrobras será privatizada, ao estilo da YPF argentina", denunciou.

Fernando Siqueira considerou sórdida a campanha contra a Petrobras, uma empresa que cria 3 milhões de empregos e que, entre outros inúmeros destaques, viabilizou o Programa do Alcool, o qual o governo desmonta por não interessar às multinacionais do petróleo que chegam. Considerou esse conjunto de ações antinacionais como crime de lesa-pátria.

Em seu discurso de despedida, Fernando Siqueira identi-

ficou, ainda, em David Zylberztajn, genro de FHC, e Benjamin Steinbruch, do qual o filho de FHC, Paulo Henrique, é hoje um assessor especial, um eixo da ação destinada a transferir às multinacionais estruturas econômicas estratégicas, como a área do petróleo. Enquanto Zylberztajn preside a ANP, Steinbruch (CSN, Light, Vale do Rio Doce) já tem assento no Conselho da Petrobras.

Ao assumir a presidência da Aepet, Ricardo Maranhão frisou que o povo brasileiro vive conjuntura grave, dominada por um "projeto que quer aprofundar as dificuldades, compromete a soberania nacional e que, se não for detido pelo povo, fará de nosso país uma colônia." Condenou a abertura desmedida e citou alguns resultados das privatizações: 30 mil desempregados só na Rede Ferroviária Federal, qualidade dos serviços privatizados em queda, dilapidação do patrimônio público, consolidação de monopólios e oligopólios privados.

Ricardo Maranhão criticou

a política econômica que estabilizou a moeda, mas elevou a US\$ 400 bilhões as dívidas externa e interna, impôs recessão e desemprego, pratica juros altíssimos e que "classifica de corporativismo a defesa do emprego, que é um direito fundamental de cada pessoa".

Patrimônio

Com relação à Petrobras, Ricardo Maranhão lembrou que, em apenas 44 anos, a empresa tornou-se a 15ª mais importante do mundo.

No mesmo período, a estatal já investiu no país mais de que o conjunto de todas as multinacionais instaladas aqui em um século.

A Petrobras é ainda a maior investidora em pesquisa e tecnologia, com US\$ 200 milhões aplicados nessas atividades, a cada ano.

"Querem agora entregar tudo a empresas estrangeiras, que sempre negaram que houvesse petróleo no país e nada fizeram para achá-lo", disse Ricardo Maranhão. (P.M.)

"Lamento que o Brasil esteja vivendo uma hora de agonia, vilipêndio e desmonte do Estado Nacional"

Paes de Andrade

"Defender a Petrobras é defender a dignidade do nosso país"

Barbosa Lima Sobrinho



O Brasil precisa dar o salto educacional

Presidente do Conselho Nacional de Educação mostra os pontos de estrangulamento que tornam o sistema educacional incapaz de responder às necessidades da população



Angela Rocha e Marcelo Monteiro

Nunca foi tão discutida a questão da educação. Enquanto a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) escolheu o assunto como tema da Campanha da Fraternidade deste ano, o "provão", organizado pelo Ministério da Educação em todo o país, colocou em xeque a qualidade do ensino de universidades e faculdades, principalmente as particulares. Ao mesmo tempo, pressiona-se contra o ensino gratuito e público, mas milhares de pais dormem ao relento, na porta de

escolas, na tentativa de garantir vaga para os filhos em unidades públicas, que, apesar dos problemas de falta de verbas, conseguem se destacar.

Todos esses problemas, de alguma forma, entram no exame do Conselho Nacional de Educação, órgão presidido, desde 1996, pelo professor Hésio Cordeiro, ex-reitor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Eleito para o cargo, embora não fosse o candidato do governo federal, Hésio apresentava, na bagagem educacional, sua administração como reitor, quando se destacou pela expansão dos cursos de pós-graduação e pesquisa,

descentralização da execução orçamentária, expansão do número de professores visitantes doutores, aprovação da dedicação exclusiva, expansão da universidade para o interior do estado, com destaque para o trabalho realizado no *campus* de Resende, e a manutenção dos níveis salariais dos funcionários e docentes, acima das taxas de inflação.

Nesta entrevista exclusiva a **cadernos do terceiro mundo**, o educador fala sobre a polêmica do provão e a responsabilidade que o Conselho terá, este ano, no credenciamento das instituições de ensino superior brasileiras. Hésio Cordeiro lamenta

o preconceito cultural e político criado em torno dos Centros Integrados de Ensino Público (Cieps) e enfatiza a necessidade de se reverem antigos critérios educacionais para mudar o triste quadro, que coloca o Brasil como um dos últimos colocados nas estatísticas de acesso à universidade no continente. Da população brasileira de 18 a 24 anos, só 12% chegam ao ensino superior.

O que é o Conselho Nacional de Educação e como funciona? Quais as suas atribuições?

HC - As atribuições são basicamente consultivas e normativas em relação à legislação e à política nacional de educação, tanto na área básica como na área da educação superior. E têm o caráter também de assessorar, sugerir propostas técnicas no campo educacional. Mais especificamente, logo após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Conselho ficou com a atribuição de órgão normatizador da LDB. Todas as dúvidas em relação à LDB devem ser resolvidas pelo Conselho.

É o Conselho que faz o credenciamento ou credenciamento de entidades de ensino superior?

HC - Sim. O Conselho faz o credenciamento e credenciamento de faculdades isoladas, particulares ou vinculadas à área federal. E atua também como órgão maior de recurso. Quando um órgão ou entidade de ensino está insatisfeito com

uma resolução qualquer, pode recorrer ao Conselho Federal de Educação. É também uma instância de recurso dos Conselhos Estaduais de Educação. Fixa jurisprudência de normas federais para os estados e municípios.

Existem universidades que deveriam ser descredenciadas?

HC - O que está previsto na LDB é que, a partir deste ano de 1998, as universidades terão que se submeter a um processo de credenciamento. É objeto de atuação do Conselho definir níveis de avaliação para uma universidade ser credenciada sem restrições ou com certas

“A universidade que não cumprir as exigências estabelecidas pelo Conselho corre o risco de não ser credenciada”

exigências, a serem cumpridas dentro de um determinado prazo. Como, por exemplo, promover alterações na sua estrutura de ensino. A universidade que não cumprir as exigências estabelecidas corre o risco de descredenciamento. Isto é novidade. É a primeira vez que se vai claramente enfrentar essa situação. Criam-se universi-

dades e faculdades, mas nunca se tem notícia do fechamento de nenhuma. A LDB fixou o princípio de que a universidade deve ter 33% de mestres e doutores entre seus professores, e deve ter também 33% de professores em horário integral. Este critério passou então a ser utilizado para avaliar qualquer curso novo isolado.

Diante do resultado do provão, como fica o posicionamento do Conselho?

HC - Este é um assunto bastante controverso dentro do Conselho Nacional de Educação. Há conselheiros favoráveis ao provão, outros são contrários. Outros, ainda, atribuem ao provão méritos, mas questionam seu resultado isoladamente. O Conselho não chegou a adotar uma posição fechada. Mas alguns fatos ficaram claros: é importante estabelecer vários critérios de avaliação de qualidade para universidades e faculdades. É preciso, também, que haja empenho das várias instituições educacionais no sentido de aprimorar a qualidade do ensino superior.

O provão pode ser um instrumento para esse aprimoramento?

HC - Pode. Mas não pode ser o único, nem isolado. Deve sempre ser combinado com outros critérios. Como o provão é feito já no final do curso, é sempre uma avaliação *a posteriori*, em que os estudantes são submetidos a um teste que é indicativo e tem certa utilidade

para apontar como está o ensino. Eu acredito que o provão, da maneira como foi feito, tomou uma dimensão política maior do que as outras. Ele acabou se transformando num embate entre o Ministério da Educação e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Esta queda de braço deu ao provão uma projeção maior. Mas, com certeza, não é atitude do Conselho Nacional de Educação dar toda essa relevância ao provão e sim a uma combinação de instrumentos de avaliação.

Quais são essas outras avaliações? Elas já estão sendo feitas?

HC - Sim. Só não estão tendo a projeção pública que cercou o provão. O destaque que o provão alcançou é que levou para a sociedade a discussão da qualidade do ensino. Hoje, o estudante de vestibular se orienta pelos resultados do provão, para escolher a universidade que pretende frequentar. Por exemplo: qual foi o resultado do provão de Direito? Todo mundo sabe que o curso de Direito da Uerj é muito bom, e na última avaliação do provão ele tirou três conceitos A - no teste, na qualificação do corpo docente e nas instalações físicas. No caso da Uerj, o provão só veio comprovar uma coisa já sabida.

Quais são, então, esses outros instrumentos destinados à avaliação?

HC - Um deles é o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, o

Paiub, um programa do MEC elaborado no Governo Itamar Franco. Outro instrumento, que já é usado há muitos anos, é o que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) executa nos cursos de pós-graduação. Ela avalia o desempenho dos cursos, das teses concluídas, das pesquisas em andamento e cadastradas. É dessa bateria de indicadores que resulta um conceito do curso, que varia de A a E. Existe ainda a auto-avaliação

“Não é atitude do Conselho Nacional de Educação dar toda essa relevância ao provão e sim a uma combinação de instrumentos de avaliação”

institucional das universidades, feita pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub). A combinação dos critérios de avaliação do provão com os da Capes, Paiub e do Crub, com outros que ainda fossem propostos pelo MEC, permitiria um quadro real.

Há pontos polêmicos na nova LDB...

HC - Por exemplo, a autonomia universitária. O que é que se entende por autonomia universitária? Na parte das univer-

sidades públicas, a grande questão sempre é como definir o orçamento e como definir a liberação desses recursos para utilização pelas universidades. Essas regras nunca foram bem estabelecidas e elas são variáveis, flutuantes. Muitas vezes as universidades enfrentam condições adversas de funcionamento, porque estão sem recursos ou porque os que existem não foram liberados pelo Tesouro federal ou estadual.

Qual o saldo do Governo Fernando Henrique em relação à educação?

HC - É meio complicado fazer uma avaliação desse tipo. Existe uma série de pontos de estrangulamento que não estão resolvidos ainda. Por exemplo: o número de alunos que sai do primeiro grau e vai para o ensino médio foi se ampliando nos últimos anos, em função do estabelecimento de critério mais positivo, de fazer com que o primeiro grau não fosse de reprovação em massa. Este aumento não foi absorvido pela rede escolar.

E a questão da remuneração do professor?

HC - Este é outro ponto que o governo Fernando Henrique não conseguiu resolver. Nem o governo federal, nem os estaduais. Em alguns estados do Nordeste, ainda temos professor ganhando 30 ou 40 reais por mês. E isso se reflete também no segundo grau. O problema do primeiro grau é a evasão de alunos, e o do segundo grau é a evasão de professores. O pri-

meiro foi atenuado pela progressão contínua, mas o segundo, não. O professor mal remunerado troca a profissão pelo comércio ou atividade técnica. Por outro lado, as licenciaturas nas universidades não tiveram nenhuma nova proposta de reformulação. Ficaram muito conservadoras, muito tradicionais e não contribuíram para despertar novas vocações, novas motivações.

Isto tudo somado à queda do poder aquisitivo da classe média resultou em enormes filas nas portas de escolas públicas?

HC - Certamente. O encarecimento das mensalidades escolares na rede particular fez com que certos segmentos da classe média buscassem o retorno à escola pública. De um lado, é bom, porque vai fortalecer o nível de exigência da sociedade pela qualidade do ensino. Mas, por outro, é arriscado, porque pode aumentar a exclusão social das camadas mais pobres da sociedade. Populações, que já estão excluídas social ou economicamente, correm o risco de ficar ainda mais excluídas do sistema educacional. Na hora da disputa pela vaga na rede pública, a classe média sempre tem maior acesso.

O ensino técnico também está sofrendo modificações a partir deste ano...

HC - Esta é outra controvérsia, longe ainda de ser resolvida. O Conselho está realizando uma coisa nova, que é a dis-

cussão de temas polêmicos em audiências públicas. Já fizemos isso duas vezes e faremos uma terceira agora, exatamente sobre ensino médio e ensino técnico. Vai ser na PUC do Rio, no mês de fevereiro. Deverão participar entidades ligadas ao ensino médio. A grande discussão é se o ensino médio deve ser dirigido à formação geral do aluno, deixando para mais tarde uma definição profissional. Outra vertente acredita que deve ser oferecido,

“Em países mais desenvolvidos, a área técnica tem grande prestígio social. Porém isso não se cria por decreto. É um fator cultural”

junto com o ensino médio, uma opção tecnológica de imediato, pois, assim, se estariam formando técnicos e dando uma opção a quem não vai ter acesso a uma universidade. Chegar à universidade não é o único caminho. Em países mais desenvolvidos, a área técnica tem grande prestígio social. Mas isso não se cria por decreto. É um fator cultural. O aluno teria que fazer uma opção técnica com uma clareza que ele ainda não tem. Minha opinião pessoal é que o ensino médio

deve ser um ensino de formação geral e ter opções de cursos eletivos, que possam preparar o aluno com conhecimentos técnicos para sua formação profissional.

O ministro da Educação tem estado sempre na mídia e é considerado dos mais ativos pela imprensa. O que existe de verdade nisso?

HC - A atuação do MEC é muito ativa, num panorama de muitos ministérios quase imobilizados. O Paulo Renato é um dos ministros mais atuantes. Ele toma iniciativas, às vezes ouvindo a opinião da comunidade educacional, e outras vezes, não. Agora, os problemas na educação são muito grandes e certamente um dos mais complicados não está sendo tratado de forma efetiva. Trata-se da questão de propiciar a estados e municípios que desenvolvam planos de remuneração dos professores, condiscentes com a qualidade do ensino. Este é o grande ponto de estrangulamento que ainda não foi resolvido. Sob o ponto de vista do MEC, há uma iniciativa que ainda não deu tempo de ser avaliada, porque praticamente só começa a ser aplicada neste ano - é o Fundo de Valorização do Magistério e da Educação Fundamental. É uma espécie de mecanismo de redistribuição de renda entre municípios e estados. A idéia é fazer com que o plano viabilize o ensino fundamental em termos financeiros. Uma parte desses recursos, algo em torno de 60%, seria então destinada a

pagamento dos professores, o que permitiria, teoricamente, que esses municípios com maior número de alunos de primeiro grau pagassem também melhor a seus professores. Vamos aguardar, para ver como funcionará na prática.

O Conselho tem poder de fiscalização desse fundo?

HC - O Conselho faz parte da comissão de acompanhamento do fundo. O Conselho tem assento, com várias outras instituições, como órgão de acompanhamento e fiscalização do funcionamento do fundo.

Volta a discussão de que se deveria cobrar mensalidade nas universidades públicas. O que acha disso?

HC - A universidade pública e gratuita é uma conquista da sociedade brasileira. Eu não creio que a sociedade como um todo esteja disposta a abrir mão disso. Mas há uma pressão muito grande nesse sentido, por parte das agências internacionais - recomendações do Banco Mundial, do BID, no sentido de se instituir o ensino universitário pago. Mas não há nenhuma evidência concreta de que se esteja preparando alguma coisa que acabe com a gratuidade da universidade pública. O que se observa, na prática, é que as universidades federais e as universidades estaduais públicas estão com seus orçamentos congelados e com grandes dificuldades de expansão. Não se expandiram as vagas públicas do ensino superior. Enquanto isso, nós te-

mos 2/3 das vagas de ensino de terceiro grau preenchidas na área particular. Grosso modo, a oferta de vagas públicas, hoje, corresponde a 1/3, e na área particular a 2/3.

O discurso que se trabalha hoje e que acaba alcançando respaldo na grande imprensa é que as universidades públicas vão continuar funcionando dessa mesma forma, porque não há condição de melhoria no orçamento, mas as particulares estão livres para crescer com as próprias pernas.

“Da população brasileira de 18 a 24 anos, só 12% estão na universidade. Na Argentina, essa cifra é de 20%”

Da população brasileira de 18 a 24 anos, só 12% estão na universidade, ao contrário da Argentina, onde 20% dessa faixa estão na universidade. Este é um indicador importante para se comparar o acesso ao ensino de terceiro grau nos diversos países. O Chile, a Colômbia e a Venezuela estão entre 30% e 40%. Abaixo do Brasil, na América Latina, só estão o Paraguai, a Bolívia, o Haiti e alguns países da América Central, como Honduras e

Nicarágua. Países com renda *per capita* ligeiramente menor que a do Brasil estão em situação melhor, sob o ponto de vista de acesso à educação superior.

Acaba ficando assim uma espécie de estratégia não-declarada de expansão do ensino superior pela área privada. Sob o ponto de vista político, eu acredito que o governo não vai querer se desgastar, sobretudo num ano eleitoral, trabalhando numa proposta que não teria respaldo na sociedade, que é a instituição de pagamento na universidade gratuita.

A proposta do ensino integral é uma opção que morreu ou ainda existe?

HC - Em primeiro lugar, a proposta do ensino integral foi consolidada na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Ela considera e coloca o ensino integral como uma meta prioritária, pelo menos na área do ensino fundamental. Diz, textualmente, que nas áreas mais carentes e nas áreas dos grandes centros urbanos, o ensino deve ser preferencialmente de horário integral. O que existe em torno do tema é um grande embate ideológico, porque a proposta ficou como uma marca do governo Brizola e do professor Darcy Ribeiro. Em função disso, houve um total descaso, no sentido até de extinguir os Cieps. Muitos deles, hoje, estão até abandonados, principalmente os que pertencem ao governo estadual do Rio de Janeiro. Questão política à parte, a escola em horário

integral deve ser uma aspiração dos educadores e da sociedade em geral. É fundamental dar um ensino de qualidade, que permita bom atendimento às crianças, principalmente às mais pobres, que não recebem boa alimentação em casa e não têm quem estude com elas para fazer um dever em casa.

O horário integral, porém, é utilizado em algumas escolas famosas.

HC - Certamente. A Escola Americana, a Escola Alemã e outras também funcionam em horário integral. A proposta é semelhante à do Ciep - que é conjugar atividade educacional com atividade cultural e esportiva. Acredito que, em tudo isso, venha embutida a idéia de se manter a classe mais pobre num grau ainda de dominação. Dominação pela educação e pela cultura. Por isso, não foi estimulado o êxito das escolas de horário integral. O argumento de que é muito caro não se sustenta. Muito caro é a criança sair da escola, voltar, sair e voltar de novo, prolongar muito o seu tempo de escolaridade. A nossa taxa de evasão é uma das maiores do mundo. A escola de horário integral é a solução e deveria ser o projeto educacional central da sociedade brasileira, independentemente dos governos.

No governo, ou mais especificamente, no Ministério da Educação e Cultura, essa proposta de ensino integral não está consolidada?

HC - Não. E o que é pior:

acho que, em relação ao Projeto Especial de Educação, idealizado por Darcy Ribeiro, o conceito acabou sendo muito deturpado. Foi visto como assistencialismo. É lógico que é preciso dar comida a crianças de baixa renda que chegam à escola sem o café da manhã. Precisam ter noções de higiene, tomar banho. Um projeto que junte a atividade educacional com a cultural e esportiva, como parte da vida dentro da escola. Na proposta de Darcy, havia a prestação de serviço

“A escola de horário integral é a solução e deveria ser o projeto educacional central da sociedade brasileira, independentemente dos governos”

por parte da escola às crianças, os irmãos e até para as mães, vinculado a um projeto de saúde maior.

Houve, ainda, um outro problema, independente da questão partidária: o preconceito. Criou-se, em alguns municípios, a idéia de que a escola em horário integral era para crianças-problema, que não se comportam bem. Eu ouvi isso numa escola em São Pedro d'Aldeia. Esta idéia estava presente até em família de baixa

renda, na zona rural. O governo local pode ter até contribuído de certa forma, espalhando essa mensagem, mas creio que isso é um problema cultural, que se enraizou na sociedade brasileira e que acha normal pobre não ter conhecimento, não freqüentar a escola, que o pobre tem que sair logo da escola para trabalhar e ganhar a vida. Tudo isso criou um estigma em relação ao Ciep, um preconceito odioso e inaceitável.

Como avalia a participação do professor Darcy Ribeiro na tramitação e aprovação da LDB?

HC - Darcy Ribeiro foi o grande motor propulsor da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Darcy liderou todas as articulações dentro do Senado e no Congresso Nacional. A LDB vinha de um processo complicado de negociação na Câmara Federal e estava sendo discutida há cerca de oito anos. No Senado, ela foi reexaminada, aprovada e devolvida com modificações à Câmara dos Deputados.

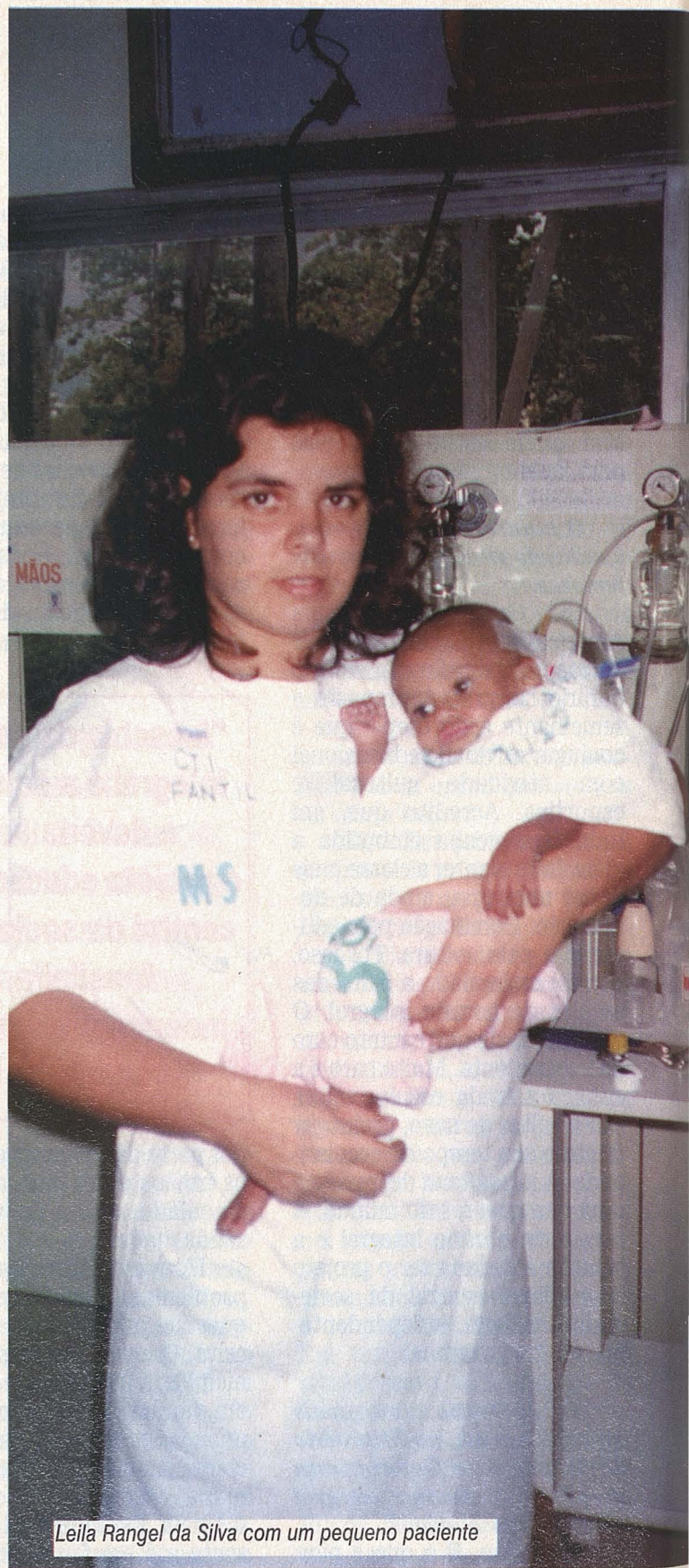
Com isso, o professor Darcy Ribeiro viabilizou, com grande competência política, a aprovação daquela lei. Ele também realizou uma grande negociação com o Ministério da Educação e Cultura e os educadores em geral, a fim de levar adiante a sua proposta. Evidentemente, há uma série de concessões. A LDB não é uma lei perfeita, já que reflete um pouco a heterogeneidade da nossa sociedade. ■

Internações sem medo

Manual criado por enfermeira ajuda a criança a enfrentar o estresse de uma intervenção cirúrgica

Paulo Marinho

Cada vez mais freqüente entre os médicos, as pesquisas sobre o estresse dos profissionais de saúde ainda não se debruçaram sobre o dia a dia dos enfermeiros, o elo da cadeia mais próximo do paciente e por isso mais envolvido emocionalmente com o processo. Convivendo o tempo todo com situações-limite e o mito segundo o qual não criam vínculos com o paciente, o pessoal de enfermagem da Universidade do Estado do Rio (Uni-Rio) vem abordando o tema desde o início da década. A abordagem acontece com mais freqüência entre



Leila Rangel da Silva com um pequeno paciente

alunos, professores e mestrandos que lidam com crianças - e acabam produzindo soluções práticas para melhorar o atendimento e a formação dos futuros profissionais.

Atuando no setor de Recuperação Pós-Operatória em Cirurgia Cardíaca do Hospital da Lagoa, na Zona Sul do Rio de Janeiro, a então estudante de enfermagem Leila Rangel da Silva percebeu que as crianças não recebiam cuidados adequados para enfrentar as tensões traumáticas decorrentes de uma internação hospital seguida de intervenção cirúrgica.

Capaz de levar um adulto ao desequilíbrio emocional, a permanência num leito hospitalar "com certeza agia muito mais gravemente sobre uma criança em idade escolar".

Preocupada com a dificuldade de ajustamento da criança a uma situação nova e desconhecida, Leila Rangel notou ser muito difícil disfarçar sentimentos, atitudes e ansiedades ao se relacionar com pacientes em idade escolar.

Ao tratar de meninos e meninas cardiopatas (em sua maioria com internações anteriores), a profissional viu sua preocupação transformar-se em angústia e "sem saber, comecei a colher as experiências que acabariam nortear minha formação profissional daí em diante".

Manual

Matriculada anos mais tarde no curso de mestrado em Enfermagem da UNI-Rio, a en-

fermeira definiu como tema de sua tese a elaboração de um Modelo de Orientação à Criança em Idade Escolar, que será submetida a uma cirurgia cardíaca.

À luz dos conflitos-chave que marcam a socialização das crianças (segurança, intimidade, autonomia), Leila Rangel trabalhou o lado lúdico de pacientes entre 7 e 14 anos, internados num hospital estadual na cidade de São Paulo. "Aproveitei a capacidade que a criança tem de utilizar qualquer meio a sua disposição, seja real ou fantasia, para transferir situações exteriores ao mundo da brincadeira", explicou.

Apresentado à banca exa-

"Ao aprender detalhes sobre a hospitalização e a operação por que passaria, a criança criou coragem e parou de chorar com frequência"



Maria Filomena Lancellote: a dificuldade de lidar com a morte

minadora, o trabalho descreve passo a passo todos os procedimentos adotados durante a permanência da criança no hospital. Atual professora-assistente do curso de Enfermagem da UNI-Rio, Leila Rangel experimentou o manual junto a crianças (e seus pais) que iam se submeter a cirurgias cardíacas no Instituto Dante Pazzaretti, em São Paulo. A utilização da técnica reverteu quadros como o da menina Patrícia (11 anos) e sua mãe - cujo baixo nível sócioeconômico a princípio dificultou a aceitação das atividades lúdicas contidas no manual.

"Ao aprender detalhes sobre a hospitalização e a operação por que passaria, a criança criou coragem, parou de chorar com frequência e a própria mãe, antes reticente, compreendeu a importância de desenhar, colorir e participar das atividades com a filha", assinalou a especialista.

A professora-adjunta da UNI-Rio Maria Filomena Lancellote é outra profissional que também tirou de sua vivência material para suprir uma lacuna no setor. Ela passou boa parte da vida lidando com crianças em fase terminal, e ainda hoje convive com a mais forte contradição enfrentada por médicos e enfermeiras. Quando começou a trabalhar no Hospital Jesus, no Rio, em 1982, "tinha muita dificuldade de lidar com a morte e sequer conseguia verbalizar a questão com os familiares dos pacientes", lembrou.

Ser enfermeira

Mestra em Enfermagem, Maria Filomena vê o despreparo para lidar com situações extremas intimamente ligado às carências existentes na formação profissional de médicos e enfermeiros.

Os agentes da saúde - alerta - só recebem orientação voltada para a vida, já que o único objetivo delineado é a cura e, quando esta meta não é alcançada, sobrevém o sentimento do fracasso. "Quando o paciente é terminal, a convivência com a frustração é permanente, e a angústia, inevitável."

A dissertação de Maria Filomena esteve centrada no tema do grande mito que envolve o desempenho do pessoal de enfermagem: o suposto distanciamento entre a vida pessoal e a profissional. A especialista usou as categorias do pensador alemão Martin Heidegger para demonstrar que o profissional sente a dor do "outro", sofre e chora.

"A maioria das pessoas vê na enfermeira um ser frio, capaz de enfrentar com facilidade o drama alheio, mas, na verdade, as faltas ao serviço ocorrem com mais frequência quando o profissional somatiza as situações mais difíceis do dia a dia."

Transformada em livro com a participação da professora titular da UNI-Rio, Josete Luzia Leite, a tese *Um mergulho no cotidiano do ser-enfermeira-com-a-criança-em-fase-terminal* contém depoimentos como o da enfermeira Mariana, do Hospital Jesus:



Maria Aparecida de Luca: a necessidade de novas abordagens



“É difícil tentar fazer com que uma criança melhore e constatar que nada adianta. A gente fica impotente, chora, se deprime... é muito triste.” Filomena assinalou que a publicação, lançada naquele hospital, “foi muito procurada pelos médicos”.

Trabalhando o estresse

Incluída pela primeira vez no curso de mestrado da Escola Alfredo Pinto (UNI-Rio) uma disciplina eletiva destinada a combater o estresse dos profissionais de enfermagem atraiu 20 alunos, entre mestrandos, professores e chefes de departamento.

Idealizada pela professora-adjunta do Departamento de Enfermagem Materno-Infantil, Maria Aparecida de Luca, a matéria usa conceitos de bio-energia para reduzir a tensão da jornada de trabalho.

Utilizam-se exercícios respiratórios, emissão de sons, descontração da coluna e de outros pontos básicos do corpo.

À luz da premissa “cuidar do profissional para que ele cuide melhor do paciente”, Maria Aparecida apresentou no 49º Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em Belo Horizonte, o trabalho *Uma criança no meu caminho*.

Elaborado com a colaboração das professoras Maria Filomena Vancellote, Leila Rangel e Angelina Alves, o texto é uma síntese das inquietações do Departamento de Enfermagem da UNI-Rio.

O estudo relata a experiên-

cia das professoras de Enfermagem Pediátrica, que observaram a falta de envolvimento dos alunos com as crianças durante o ensino clínico. Com base em pesquisa feita junto a estudantes que cursaram a disciplina, ministrada no último período do curso, os profissionais constataram que a criança representa um desafio à pretensa estabilidade emocional dos formandos.

Vivenciada às vésperas da formatura, a experiência surge como uma pedra no caminho do estudante e pode levar o novo profissional a não optar pela Enfermagem Pediátrica no futuro.

Por esse motivo - sustenta Aparecida Luca - os professores devem repensar a disciplina e adotar novas abordagens. ■

PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA

Gestão de Progresso em Talentos Humanos

Consultoria, Cursos e Formação Profissionalizante

Palestra Gratuita - 5/3
Master Pract. - início 7 e 8/3

Comunicação - 9,10,11 e 12/3
Intro. Rio de Janeiro - 14 e 15/3

Intro. em Natal, RN - 21 e 22/3
Master Practitioner
(formação básica) - início 28 e 29/3

Jornada de Evolução Pessoal / abril



Tel/Fax: (021) 511-1869
e-mail: NPA @ mtec. Com. Br

ESPAÇO DO LIVRO

VIAGEM NO TEXTO

A, B, C, D, Escravidão

As raízes africanas da sociedade brasileira são mostradas num trabalho pioneiro que, sob a forma de dicionário, descreve a escravidão e a sua época

Adriana Lasmar

Desde a abolição, a escravidão é tema de livros, filmes, novelas e sambas-enredo dos nossos carnavais. Agora é também tema de um importante dicionário. Durante quatrocentos anos, os negros foram considerados no Brasil uma raça inferior e subjugados aos brancos, através do trabalho escravo. Trazidos em condições subumanas da África, eram utilizados no serviço doméstico, na lavoura, em atividades pastoris e na mineração.

Embora sempre em condição subalterna, a escravidão assumiu aspectos distintos, de acordo com a sociedade e a época. Segundo a Antropologia Moderna, não se encontram vestígios da instituição em diversas sociedades primitivas contemporâneas. Nem existiu entre os povos coletores e caçadores, tendo sido a sua presença muito pouco significativa nas sociedades pescadoras.

E, no caso da Índia, os escravos das castas superiores gozavam de maiores direitos do que os homens livres das castas inferiores.

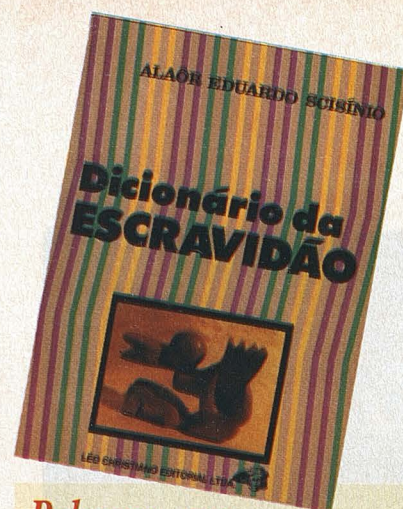
Até os séculos XVIII-XIX, a escravidão foi a mais difundida forma de organização do trabalho. A primeira referência escrita à escravidão está numa tábua suméria - "O pecado do jardineiro" - que pode ser vista no Museu de Antiguidades Orientais, em Is-

tambul. Os escravos eram excluídos da cidadania, da vida política e do serviço militar, exceto em crises. E, no caso da mulher, a escravidão foi uma das mais importantes fontes de recrutamento de prostitutas.

No Brasil, a Lei Áurea acabou com a escravidão, mas as marcas deixadas por tamanha violência levarão ainda muito tempo para serem apagadas. Embora em muitos casos velada, a discriminação racial continua viva, gerando injustiças e constrangimentos.

Pioneiro neste tipo de pesquisa, *O dicionário da escravidão* é um trabalho elaborado pelo advogado e historiador Alaor Eduardo Scisínio, 70 anos, professor da UFRJ e da UFF. Bisneto de uma escrava, Alaor possui um grande acervo de informações sobre a cultura da bisavó. Considerando-se devedor de contribuição para a memória do escravo, a confecção do livro foi a forma encontrada por Alaor - que além de escritor é também poeta, escultor e contista - para honrar a memória de seus antepassados.

Depois de escrever, em 1988, *A escravidão e a saga de Manoel Congo*, o autor se deparou com uma quantidade de informações que não foram aproveitadas naquele livro. Surgiu, então, a vontade de aprofundar o resgate da memória social do negro brasileiro. Alguns anos e muita pesquisa depois, a confecção do



Palavras que decifram uma época

Abada - tambor utilizado na seita africana chamada babaquê, existente em Belém do Pará.

Besteiro - escravo que usava a besta, arma antiga formada em arco, cabo e corda, com a qual se disparavam setas ou pelouros (bolas esféricas de ferro).

Estanco - monopólio comercial concedido pelo Estado para o tráfico de escravos, às companhias de navegação.

Mãozinha-preta - assombração a que a superstição popular atribui forma de mãozinha negra, solta no ar, capaz de fazer rapidamente todos os trabalhos da casa e de castigar a quem lhe for ordenado.

Passo-de-cegonha - movimento da capoeira, que consiste num andar gingado com finalidade de despistamento.

Patíbulo - lugar onde os condenados sofriam pena capital (cadafalso, forca). Um aviso, de 21-11-1834, determinava a demolição da forca após a execução da pena de morte.

dicionário virou realidade. Nele, o autor aborda todos os aspectos da escravidão, sob forma de verbetes, explicando e situando cada termo em seu tempo e espaço.

ESPAÇO DO LIVRO

COM A PALAVRA O AUTOR

Olhar feminino dos anos 60

Educadora analisa o papel da mulher em uma década marcante nos campos da cultura, da política e do comportamento



Aristóteles Brito

A década mais rica da nossa história, vista pelos olhos femininos, atentos e críticos de uma educadora. O resultado dessa análise se transformou no livro *Ideologia e utopia nos anos 60 - um olhar feminino*, de Lia Faria. A obra é uma verdadeira viagem pela década de 60. Indispensável para os eternos saudosistas de uma época onde o amor livre, sem Aids, era vivido com ingenuidade e muitos sonhos. Sonho, aliás, é o que não faltou a uma geração que fez música, cinema e arte como nunca foi feito no Brasil. Lia viveu intensamente toda essa fase e relata no livro essa experiência. "Retornar aos anos 60 pode nos dar pistas para sair um pouco dessa encruzilhada em que vivemos." (Angela Rocha)

Como surgiu a idéia do livro?

Ela nasceu de uma tese de mestrado, que foi crescendo muito em função da riqueza cultural, política e social da década de 60. Foi feita uma pesquisa de campo ouvindo o depoimento de várias mulheres. Foram analisados filmes e letras de música da época, com abordagens femininas. O livro trabalha pontos importantes, como drogas, amor, música e poesia, além da relação

da mulher com a sociedade e a dificuldade que ela encontra para se firmar como tal. É um olhar feminino sobre esse passado tão próximo.

O trabalho tem uma preocupação com a educação?

O pano de fundo de toda a minha pesquisa é a educação. Acredito que a função da educação é transformar o mundo. Ela poderia tornar as pessoas mais felizes. Vejo a educação como o aspecto formador. O que mexe com minha cabeça é justamente esse questionamento. Nos anos 60, sonhamos muito com essa transformação do mundo. As mulheres sonharam e reproduziram isso no livro. Todo o movimento de transformação da mulher começou na década de 60.

O prefácio do livro é de Darcy Ribeiro. Como foi seu trabalho com ele?

Depois que conheci Darcy, minha vida mudou para nunca mais ser normal. Foram 13 anos trabalhando juntos. Ele dizia que mesmo morto ia nos deixar muito trabalho. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação vai nos obrigar a falar de Darcy Ribeiro pelos próximos 10 anos. Ele deixou um dever de casa, bem ao seu estilo.

Como está sendo a receptividade ao livro?

O livro me deu duas grandes alegrias. A primeira há muitos anos atrás, quando ainda era uma tese de mestrado. O Darcy leu e disse na apresentação da tese que não entendia nada de mulher até ler o texto. A outra foi há pouco tempo, quando o Carlinhos Lyra falou sobre o livro em um show e disse que duas mulheres fizeram a sua cabeça: Simone de Beauvoir e Lia Faria. Fiquei muito metida.

Quais as diferenças entre a geração dos anos 60 e a atual?

Nossa geração podia tudo. Reinventamos o mundo. A atual não pode nada. Até o sexo, o prazer deles, é com muito medo. É um medo muito mais cruel do que o que eu tinha do meu pai.

O mundo de repente ficou cinza. Ficou feio. A nossa geração precisa utilizar o conhecimento de vida que adquiriu para ajudar a geração atual. O livro é importante porque ele volta no tempo e nos dá oportunidade de ver onde a gente se equivocou. Quisemos romper com todos os sistemas e não colocamos nada no lugar. Os jovens da década de 60 tiveram uma formação escolar, uma formação política, familiar. O discurso hoje mudou. (A.R.)

MATSUSHITA

John P. Kotter

Lições de liderança para o próximo Milênio relata a história de sucesso do fundador da General Electric japonesa: a Matsushita Electric Corporation.

Uma biografia que é uma verdadeira lição para profissionais voltados para o século XXI. Um líder empresarial que não se deixou abater e liderou o milagre econômico de seu próprio país. Uma nova visão na arte de gerenciar.

Cod. 536

R\$ 43,00



RUMO À SIERRA MAESTRA

Che Guevara e Raúl Castro

Os diários inéditos da guerrilha cubana finalmente são revelados ao público os diários inéditos de Che Guevara e Raúl Castro com todos os bastidores da revolução cubana. O livro reproduz documentos, fotos e anotações que revelam detalhes nunca divulgados. O prof. Emir Sader (UERJ/USP), um estudioso do tema, faz a apresentação do livro.

Cod. 517

R\$ 30,00



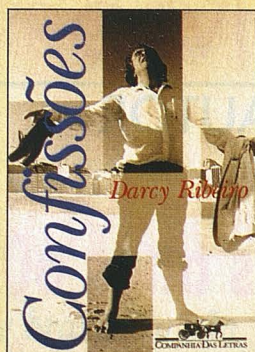
O FUTURO DO CAPITALISMO

Lester Thurow

Em seu livro anterior, Cabeça a cabeça, o autor mostrou como a economia mundial ficou dividida em três grandes blocos - Estados Unidos, Europa e Japão. Agora, em O futuro do capitalismo, ele analisa as forças econômicas, políticas e sociais que determinam as grandes mudanças que ocorrem no mundo atual. O sistema capitalista está em cheque, acredita Lester Thurow, que visualiza o surgimento de um novo sistema capitalista, tendo como ativo estratégico as habilidades humanas, em vez do capital financeiro.

Cód. 538

R\$ 36,50



CONFISSÕES

Darcy Ribeiro

Mais interessante que um livro de Darcy Ribeiro só a história de sua vida revelada por ele mesmo em CONFISSÕES. Todas as grandes emoções, amores, desafios e projetos, relatados da forma inteligente e bem humorada que só ele sabia fazer. Um livro imperdível para quem o admirava como escritor, intelectual, homem público e ser humano peculiar.

Cod. 518

R\$ 33,00

O FUTURO DA MEGAMIDIA

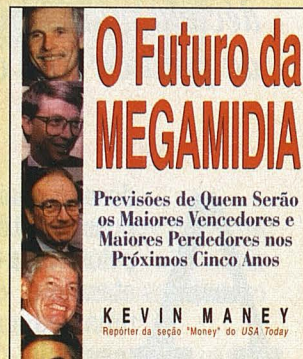
Kevin Maney

A Megamídia é revelada pelo autor de forma realista e sensata. Ele desmistifica toda essa explosão de novas tecnologias e negócios, nos apresenta as grandes personalidades do mundo da mídia e arrisca previsões polêmicas. Um tema fascinante revelado por um observador veterano.

Vale a pena conferir.

Cod. 528

R\$ 43,00



UMA HISTÓRIA DA LEITURA - Alberto Manguel

O leitor e o prazer da leitura é a tônica do livro de Manguel que viajou no tempo para descobrir as diversas formas de existência do leitor. Ele consegue unir a clareza ao entusiasmo dos apaixonados, escolhendo uma forma de escrita muito próxima a do narrador. Um livro escrito para "os amantes da leitura", segundo o próprio autor.

Cod. 516

R\$ 33,00



PLANO REAL - Para ou continua?

Entrevistas reveladoras com 20 economistas (por vocação ou profissão): Antônio Lacerda, João Sayad, Antônio Lanzana, José Guilherme dos Reis, Antônio Heermann, José Júlio Senna, Carlos Fagundes, Mailson da Nóbrega, Cláudio Contador, Milton Assumpção, Delfim Neto, Paulo Nogueira, Edmar Bacha, Paul Singer, Eduardo Suplicy, Paulo Yokota, Gilson Schwartz, Robert Appy, Heron do Carmo e Roberto Macedo

Cód. 507

R\$ 24,90

ERA DOS EXTREMOS O breve século XX

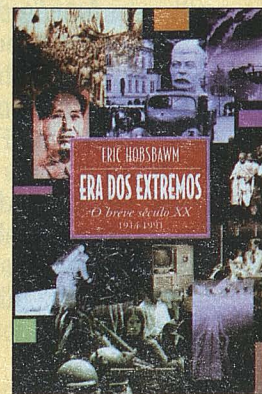
Eric Hobsbawm

Somente Hobsbawm conseguiria sintetizar toda a história de um século em três "eras". A primeira, "da catástrofe", marcada por guerras. A segunda, os anos dourados, de uma paz congelada. E a terceira, do "desmoronamento", dos sistemas institucionais e das incertezas.

O livro é um roteiro fundamental para quem quer compreender os últimos cem anos da humanidade e se preparar, através do conhecimento, para enfrentar o "futuro das incertezas". Um livro fundamental.

Cód. 497

R\$ 41,00



BINÔMIO
José Maria Rabêlo

O livro conta toda a história de um jornal que foi um dos mais influentes e respeitados da imprensa brasileira. A aventura do Binômio desde seu aparecimento como simples brincadeira de estudantes até tornar-se a maior tiragem de Minas e das maiores do Brasil. O autor que foi também seu diretor na época, reuniu o relato da experiência de seus principais redatores, repórteres, fotógrafos e chargistas, como Ziraldo, Borjalo, Raf e outros.

Cód. 561

R\$ 34,00



SINAL FECHADO

A MÚSICA POPULAR BRASILEIRA SOB CENSURA

Alberto Moby

Sinal Fechado é um estudo da relação da música popular brasileira com os dois períodos de ditadura da nossa história. A

música como manifestação cultural de maior penetração junto à população, seu papel fundamental na formação de uma identidade nacional e, justamente por isso, a preocupação dos governos em censurar, para manter uma hegemonia de pensamento das classes dominantes. O livro cita, ainda, situações e músicas que ficaram famosas pelos cortes ou proibições que receberam na época.

Cód. 469

R\$ 23,90



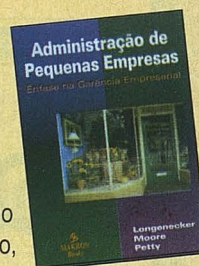
ADMINISTRAÇÃO DE PEQUENAS EMPRESAS

Ênfase na Gerência Empresarial
Longenecker, Moore, Petty

Um livro importante para ser usado como material de estudo acadêmico de administração, marketing e finanças. Os autores conseguem incorporar as teorias e práticas mais usadas, para que o leitor possa iniciar e administrar pequenas empresas. Muitos exemplos do mundo real são usados para facilitar a compreensão dos conceitos. Gráficos, tabelas e ilustrações comunicam os conceitos-chaves. Exercícios de aplicação no final de cada capítulo tornam o livro mais didático.

Cód. 509

R\$ 94,00



INVESTIMENTO À PROVA DE PÂNICO

Lições de investimentos lucrativos
por um expert do Mercado

Thomas F. Basso

São dezoito capítulos, onde o autor, de forma simples e objetiva, fornece todos os caminhos que um investidor deve seguir para conseguir bons resultados no mercado. E é ainda com bom humor que Thomas Basso, no último capítulo do livro, dá dicas importantes, sugere livros como fonte de leitura e deixa o recado: "Aprecie o processo de investir melhor! É bom para sua saúde financeira".

Cód. 508

R\$ 24,90

Nome:

Endereco:

Bairro:

Cidade:

Estado:

CEP:

Profissão:

Tel.:

Fax:

E-mail:

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:

() Cheque (s) nominal (is) à Editora Terceiro Mundo Ltda. em anexo

() Autorizo débito no meu cartão pelo valor de R\$

Cartão Nº Validade até /

[illegible]

ACEITAMOS TODOS OS CARTOES DE CREDITO

Data: / /

Assinatura do comprador

[illegible]

VALIDADE: ate durar o estoque **EDICÃO 208**

Preencha o cupom em letra de forma e o envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória, 122 / 105 e 106
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-180 - Tel.: (021) 221-7511 - FAX: (021) 252-8455 E-mail: caderno@ax.app.org

Gravadoras, uma nova aliada

A gravadora Rob Digital dá o exemplo de competência, respeito e idealismo

Marcos Souza

Tudo começou com a Rob Filmes, uma produtora que faz sonorização e edição de filmes: dublagem, edição de imagens e música, onde idéias de serem registradas as trilhas sonoras iam surgindo. "Ao mesmo tempo, outros CDs estavam sendo masterizados também na Rob Filmes, já que temos toda a infra-estrutura de limpar, colocar na ordem certa e tirar os possíveis ruídos das músicas", diz Roberto (dono da Rob Filmes) e sua esposa-sócia-cúmplice, Clandinha (dona da Rob Digital).

O Museu da Imagem e do Som (MIS) tem uma importância tamanha. Lá está registrado um dos mais preciosos acervos culturais brasileiros. Entre as feras: Jacob do Bandolim, Dolores Duran, Waldir Azevedo, partituras, depoimentos e um concerto comemorativo dos 70 anos de um dos maiores gênios da nossa música, Pixinguinha, realizado no Teatro Municipal no Rio de Janeiro em 1968, que foi justamente masterizado na então Rob Filmes, quando Claudia e Roberto resolveram entrar com idealismo na luta de uma cultura tão rica, lançando o primeiro CD da estreante gravadora Rob Digital, *Pixinguinha/70* com Época de Ouro, Jacob do Bandolim, Radamés Gnattali, Orques-

tra do Theatro Municipal, entre outros. A partir daí, o entusiasmo da pequena grande gravadora começa a tomar conta do mercado de boa qualidade.

Depois de trabalharem juntos na edição do filme *Faca de dois gumes*, Victor Biglione e a Rob gravaram a trilha sonora de *Como nascem os anjos*, surgindo então o segundo CD no catálogo da Rob Digital. Quando estava na fase de dublagem do filme *Ed Mort*, vem aquela idéia: por que não lançar o filme junto com a trilha? Dito e feito, Arrigo Barnabé tem sua



trilha registrada em CD. No processo de masterização do ótimo CD de David Chew, um dos maiores *cellistas* residentes no Brasil e o violonista Nicolas de Souza Barros, nasce o quarto CD: *Fantasia Carioca*, do Duo Folia. O lindo filme *A ostra e o vento* merecia uma música à altura. Wagner Tiso, parceiro de Milton Nascimento em *Coração de Estudante*, *Caso de Amor*, entre outras, dá conta do recado. O quinto CD faz jus à exce-

lente fase do cinema nacional. Elisa Lucinda, a rainha da poesia, tem seu belíssimo CD *O Semelhante* com um projeto gráfico primoroso e a companhia do mestre Leandro Braga como sexto no catálogo. O premiado *Conversa de Cordas* sem dinheiro para fazer mais CDs *Vou vivendo de folia*, depois de duas mil cópias vendidas, foi salvo pela Rob, já que muitos pedidos, inclusive da Mesbla, não estavam podendo ser atendidos. Os meninos da esperança, quatro adolescentes dando um banho nos violões, o quarteto Maogani vem com Leila Pinheiro, Jane Duboc e Guinga no seu primeiro CD arrasando, com direito a apresentação do poeta Aldir Blanc. E, finalmente, a mais nova aquisição da Rob Digital, Anna Lemgruber, que entra no estúdio em fevereiro com o grupo Pijama de Seda. Promete ser a nova revelação da voz feminina carioca.

Acreditando na cultura do nosso país, respeitando os músicos, desde o atendimento ao carinho, furando bloqueios de monopólio, distribuindo os CDs em livrarias, lojas, mala direta, investindo e com sorriso de um lado ao outro, a Rob Digital dá exemplo de resistência e viabilidade, mediante o mercado cada vez mais segmentado, mostrando uma cultura brasileira eterna e como bom negócio.

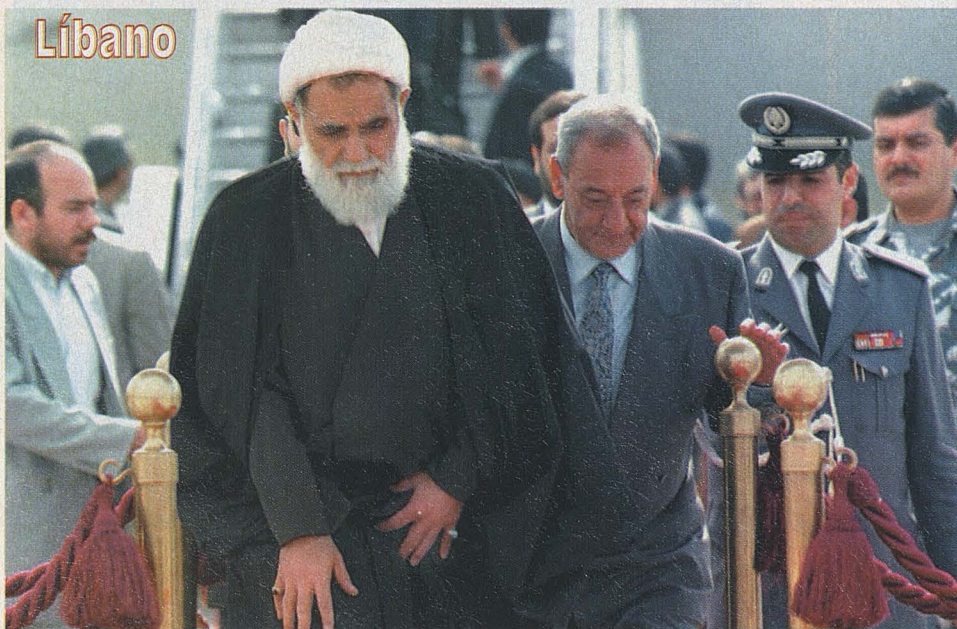
Contato: Rob Digital (021) 539-1248

Irã



O secretário-geral da Organização da Conferência Islâmica, Ezzedine Laraki (E), conversa com o presidente do Irã, Mohammad Khatami. O encontro ocorreu no dia 5 de fevereiro, no palácio presidencial, e o tema dominante foi a crise iraquiana e as crescentes ameaças norte-americanas de bombardear Bagdá. Khatami posicionou-se contra qualquer intervenção militar no Iraque, posição semelhante à adotada pela Conferência Islâmica

Líbano



O presidente do Parlamento do Irã foi recebido por seu colega libanês, em Beirute. O aiatolá Ali Akbar Nateq-Nuri (E) conversou assuntos de interesse regional com Nabi Berri (D) no dia 5 de fevereiro, depois de passar três dias na Síria. Antes de deixar Damasco em direção a Beirute, Nateq-Nuri comentou a crise do Oriente Médio e o papel que nela desempenham os Estados Unidos. O aiatolá, considerado da linha radical, disse que rejeita o diálogo com a Casa Branca, pois considera que Washington não merece crédito

Petróleo

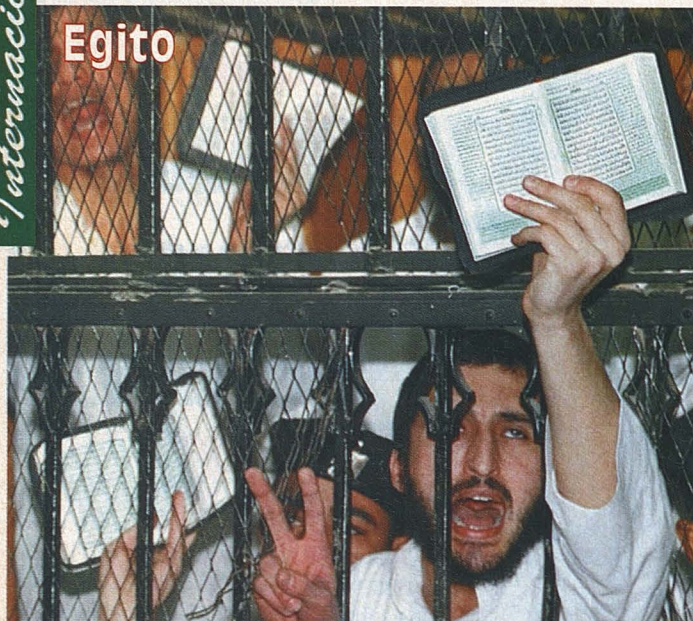
Ano bom para produtor

As previsões de comercialização de petróleo e gás em 1998 são boas. Segundo o especialista Roy Jordan, num artigo publicado pela revista dos Emirados Árabes Unidos, este ano será estimulante para a Companhia Nacional de Petróleo de Abu Dhabi.

Jordan calcula que a demanda mundial do petróleo aumentará de cerca de 1,5 milhões de barris por dia até 75 milhões. E, resolvidos os problemas econômicos que afetam a Ásia, o restante do mundo não sofrerá mais com as consequências dessa questão. Vários fatores podem sustentar os preços do petróleo. A crise financeira que afeta a economia do Sudeste da Ásia pode durar menos do que se espera e a demanda por petróleo poderá aumentar mais do que se calcula, diz o especialista.

"As exportações do Iraque podem cair novamente, o que provocará uma oferta de petróleo menor do que a esperada pelo mercado", acrescentou Jordan.

Egito



Militantes do grupo Jamaa Islâmica fazem o V da vitória com uma mão e exibem o Alcorão com a outra, atrás das grades, na prisão do Cairo. A alta corte militar egípcia condenou os 15 presos do grupo a sentenças que variaram de cinco a 25 anos de detenção. O grupo radical é responsável por diversos atentados com mortes no Egito

Argélia



O mês sagrado do Ramadã não impediu que os massacres continuassem surpreendendo a Argélia e o mundo. Os crimes, atribuídos a radicais islâmicos, descontentes com o regime do general Liamin Zerual, representam uma situação de guerra civil que o governo não demonstra condições de conter. Na foto, um homem contempla um cemitério em Sehanine, localidade nas montanhas a 270 km de Argel, na conflagrada região de Relizane. A população do lugar foi dizimada. Centenas de mortes aconteceram durante o Ramadã, quando se esperava que os radicais reduzissem os ataques

Afeganistão



Um tanque da milícia islâmica talibã guarnece uma posição na paisagem deslumbrante da Cordilheira do Hindu Kush coberta de neve, no Afeganistão. A posição na frente de batalha do norte de Cabul pretende impedir o avanço das forças antitalibãs, que recomeçaram movimentos e ataques no final de janeiro, a apenas 25 quilômetros da capital afegã. Fundamentalistas, os talibãs controlam Cabul há mais de um ano e reintroduziram, nas áreas que dominam, práticas rígidas do figurino xiita, limitando sobretudo os direitos femininos

Camboja Sem dinheiro

Se a violência não chegar ao fim, o Camboja perderá a ajuda externa este ano. Segundo analistas, as pressões de entidades de defesa dos direitos humanos serão decisivas, encerrando os conflitos políticos no país.

As eleições serão em julho e já contam com apoio financeiro da União Européia (US\$ 10,4 milhões), que não vê com bons olhos a falta de respeito à liberdade de imprensa, de punição para os violadores de direitos humanos e a ausência de uma comissão eleitoral neutra para apurar os resultados das urnas.

Em julho do ano passa-

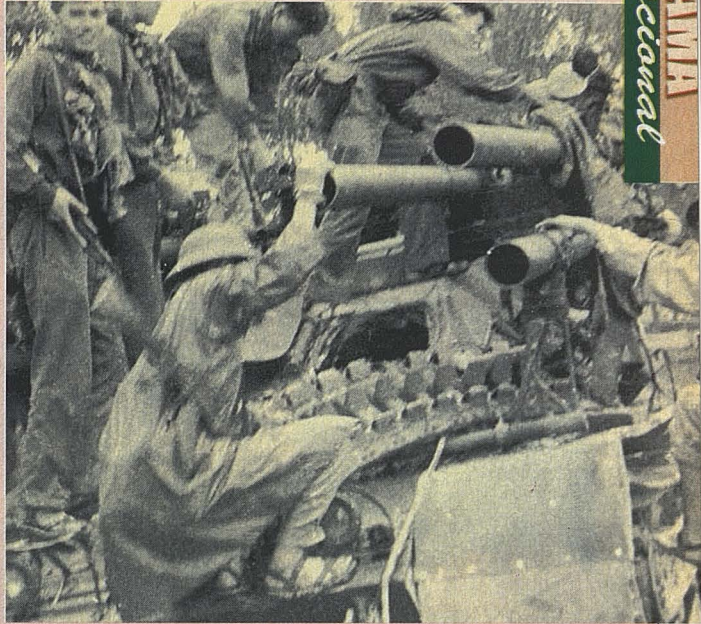
do, depois de crescente tensão e atentados contra lideranças políticas, o príncipe e primeiro-ministro Norodom Ranariddh, aliado à direita e também em entendimentos com o proscrito Khmer Vermelho, foi deposto pelo co-primeiro-ministro Hun Sen, do esquerdista Partido do Povo Cambojano. Nos confrontos militares que se seguiram, Hun Sen levou a melhor. A meses das eleições que podem sedimentar nova estabilidade, Hun Sen enfrenta críticas sobre direitos humanos. A ONU vem intermediando negociações para salvar o acordo de paz rompido há oito meses.

Coréia do Sul



O presidente eleito sul-coreano Kim Dae-Jung reuniu-se com o presidente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus. Derrotado diversas vezes para a presidência, Kim só chegou à vitória no momento em que o propagandeado sistema econômico sul-coreano afundava. Governará sob os compromissos já assumidos com o FMI pelo governo que sai, envolvendo ainda empréstimos em torno de US\$ 50 bilhões para enfrentar dívidas de curto prazo

Vietnã



A foto histórica relembra a grande ofensiva vietnamita do Tet, no início de 1968. Os 30 anos da surpreendente operação foram lembrados com imagens como esta, que mostra um grupo de guerrilheiros vietnamitas encapitados num supertanque dos Estados Unidos conquistado logo no início da ofensiva, nos arredores de Hué, no então Vietnã do Sul, e ponto de concentração de forças norte-americanas.

A ofensiva do Tet constou de ataques simultâneos a uma centena de alvos militares e permitiu ao vietcong chegar às portas de Saigon, pela primeira vez. A guerra iria durar ainda mais sete anos, mas, depois do Tet, ficou demonstrado que uma vitória militar norte-americana era improvável. Isto tornou ainda mais encarniçada a agressão de Washington, que logo ampliaria a guerra para os países vizinhos, como o Camboja, sem, contudo, conseguir deter a luta vietnamita pela reintegração e libertação completa do país. As derrotas francesa, em 1954, e dos Estados Unidos, em 1975, representaram o coroamento de secular campanha nacional contra o colonialismo na Indochina, uma meta que muitos consideravam impossível, quando mediam as forças em confronto. De um lado, potências, como a França e ainda mais os EUA, com a mais formidável máquina bélica de destruição de massa. Do outro, o povo de um país pequeno, com soldados de sandálias nos campos de batalha, como se pode ver nesta foto de Hué.

O refinanciamento

A Coréia do Sul firmou acordo com bancos credores para rolar US\$ 25 bilhões que vencem no final deste ano, para período de mais um a três anos, com juros iniciais em torno de 5,6%.

O ministro de Finanças e Economia, Lim Chang-Yuei, anunciou oficialmente que as negociações com a banca

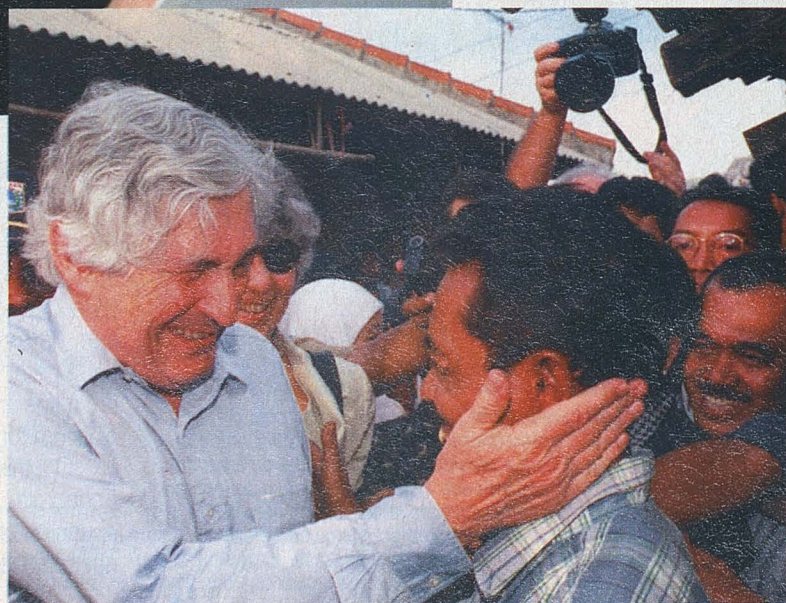
internacional foram completadas em janeiro, em Nova Iorque.

Desde a quebra das bolsas asiáticas, em outubro, a Coréia do Sul vive o tormento de se readaptar a uma situação na qual deixou de ser um destaque invejado para se tornar dependente de recursos externos.

Indonésia



O presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, cumprimenta um popular, durante visita a um bairro pobre do norte da capital indonésia, Jacarta, no início de fevereiro. Wolfensohn manteve entendimentos financeiros com as autoridades do país e ofereceu projetos destinados a reduzir a onda de desemprego, que ameaça crescer ainda mais como consequência da crise financeira que atingiu a economia da Indonésia e abalou o regime do general Suharto. Tradicional aliado dos Estados Unidos, Suharto está sendo levado a moderar projetos de desenvolvimento autônomo e a enquadrar-se nos termos da globalização que interessa aos países ricos. Com o flanco exposto pela violência do regime, pelo alto nível de corrupção, que beneficia seus familiares e auxiliares mais próximos, além do caso escandaloso da invasão do Timor Leste, onde as tropas indonésias cometem atrocidades, Suharto anunciou submissão às ordens ocidentais e ao receituário imposto pelas agências financeiras internacionais



A crise indonésia chegou ao bolso da população e ameaça um modelo que o Ocidente sustentou sob a guarda da ditadura do general Suharto. Na foto, manifestantes fazem um pronunciamento diante do parlamento, em Jacarta. Protestam contra o aumento de preços de produtos da cesta básica e condenam mais uma reeleição de Suharto para a presidência do país. O velho general, de 76 anos, terá mais sete anos de poder, período que começa em março em meio aos abalos provocados pela instabilidade financeira que o obrigou a recorrer ao Fundo Monetário Internacional e a aceitar conselhos, como o de reduzir o poder de sua família na vida econômica. A crise indonésia aprofundou-se em meados de janeiro, com desvalorização de 70% da rúpia, levando o FMI a emprestar US\$ 40 bilhões ao governo Suharto, que recebeu mensagens de apoio de Bill Clinton. Além das visitas de representantes do FMI e do Banco Mundial, o ditador indonésio recebeu o vice-secretário de Finanças dos EUA, Larry Summers, e o secretário de Defesa, William Cohen. No temário deste, a imposição do cancelamento dos grandes negócios de rearmamento que Suharto estava fechando com a Rússia, o que vinha incomodando Washington e a indústria bélica norte-americana, que deverá ganhar os contratos

Paraguai

Lixo tóxico provoca temor na região

As suspeitas do ingresso irregular de resíduos contaminados no Paraguai, através de uma zona franca no Uruguai, reavivaram o temor de que o Cone Sul se tenha transformado, desde o final dos anos 80, em um dos depósitos de rejeitos tóxicos. De acordo com a organização Greenpeace, a América Latina continua sendo receptora de cargas tóxicas provenientes da Europa e dos Estados Unidos, e há provas sólidas sobre vários projetos de traslados desses materiais perigosos.

Quase 1.100 tambores foram encontrados no porto de Assunção e o conteúdo, possivelmente tóxico, está sendo analisado na Alemanha por uma equipe dirigida por um técnico da secretaria da Convenção de Basileia.

Desde a entrada em vigor do Convênio de Basileia, em 1992, os países latino-americanos adotaram

leis restritivas a este tipo de material. Dessa forma, houve redução no envio de rejeitos tóxicos, mas se presume que continuam entrando na região.

O governo paraguaio pretende procurar outros lugares onde possam ser encontrados mais barris com lixo tóxico e não descarta a possibilidade de haver material radiativo. Se for comprovada a existência de depósitos clandestinos, as consequências para o meio ambiente e para a saúde da população serão nefastas.

Rejeitos perigosos à saúde e ao meio ambiente são às vezes importados para reprocessamento de componentes no Terceiro Mundo.

Na primeira conferência das partes, no Uruguai, os países em desenvolvimento exigiram a proibição das exportações de resíduos tóxicos dos países ricos para o Terceiro Mundo.

Privatização

Consumidor quer respeito

A I Conferência Regional de Consumidores de Serviços Públicos da América Latina reuniu-se no Chile, para debater maior intervenção na gestão, regulamentação e fiscalização dessas atividades, que, na maioria dos países, estão deixando de ser públicas e passando a mãos particulares. Em muitos casos, como ocorre no Brasil, a privatização se faz em termos que atendem apenas a interesses empresariais. Os monopólios públicos foram substituídos por monopólios privados e sem controle, reclamaram os participantes.

Indústria

Asiáticos mandam na América Central

Elas contratam mão-de-obra barata, desrespeitam direitos trabalhistas e entram com pedido de falência tão logo se sentem na iminência de arcar com algum compromisso econômico mais sério. Este é o perfil da indústria têxtil na América Central, que só encontra paralelo nas empresas norte-americanas que plantaram bananas e governos títeres nas últimas décadas na região.

Ostentando atrativo de peso para as combatidas economias da região (250 mil empregos gerados), as grandes empresas do setor, de origem asiática, perseguem lideranças sindicais e chegam a deslocar unidades de produção para países onde o custo da mão-

de-obra é menor. Elas também conseguiram modificar leis trabalhistas, derrubando vantagens como o décimo-terceiro salário, férias e indenizações.

Por outro lado, as vendas vão de vento em popa. Somente para os EUA, entre janeiro e outubro de 97, elas aumentaram em US\$ 125 milhões, quando a comparação é feita com igual período do ano anterior.

Se 1998 se anuncia catastrófico para os empregados, com a remuneração da hora trabalhada ficando abaixo de US\$ 2 em Honduras, El Salvador, Guatemala e Panamá, para as empresas, ao contrário, apresentará um crescimento de lucro, que variará entre 20% e 25%.

Acordo

Equador x Peru: paz à vista

Com a decisão do presidente Fabián Alarcón de descartar um referendo para negociações com o Peru, os meios políticos equatorianos estão mais otimistas quanto a um desfecho rápido para a crise que se arrasta há anos na região.

O presidente do parlamento, Heinz Moeller, considerou a escolha acertada. "Ela contribuirá para selar um acordo definitivo entre as duas nações", disse e acrescentou que uma consulta popular só complicaria a

marcha do processo de paz que já dura três anos. De acordo com a recente rodada de negociações em Brasília, Equador e Peru têm até 30 de maio para assinar o tratado.

O antagonismo entre ambas nações explodiu em 1995 e levou a uma guerra não declarada. O Equador nunca aceitou as restrições à sua presença na região amazônica impostas pelo acordo de 1942, assinado logo depois de guerra vencida pelo Peru. Agora ganhará acesso ao Amazonas, mas sem soberania.



Os cinco dias que abalaram a ilha

João Paulo II e Fidel Castro, considerados dois dos maiores líderes do século, deram exemplo de tolerância e busca das coincidências em prol dos anseios comuns

nas cidades de Santa Clara, Camaguey, Santiago de Cuba e Havana, diante de um milhão de pessoas, ainda que todos os cubanos pudessem vê-las pela televisão. Se reuniu, também, com intelectuais, líderes de outras religiões e crenças estabelecidas no país e com representantes da igreja local, desde arcebispos até seminaristas.

Em cinco oportunidades teve contatos com Fidel Castro, que, além de recebê-lo e dele se despedir na pista do aeroporto, o acompanhou na homenagem ao padre Felix Varela¹ na Universidade de Havana, e conversou reservadamente com o Sumo Pontífice durante 45 minutos no Palácio da Revolução.

Em um gesto classificado de incomum por fontes eclesásticas, ao concluir a cerimônia religiosa na emblemática Praça da Revolução, Karol Wojtyla saudou o presidente cubano, que havia presenciado a missa na primeira fila.

Esse encontro - com Fidel Castro e João Paulo II estendendo as mãos, e entre ambos uma gigantesca imagem de Cristo e uma "cubaníssima" palma real -, foi um símbolo para as centenas de milhares de pessoas que assistiram à liturgia em suas casas.

Era uma atitude muito diferente da esperada por parte dos exilados cubanos radicados em Miami e alguns ultraconservadores do governo dos Estados Unidos, que desejavam fortemente ver o sumo pontífice convertido em anunciador divino da queda "do último



O Papa afirmou que 'o povo cubano não pode ver-se privado dos vínculos com outros povos'

bastião do comunismo".

Mas, na verdade, já na sua chegada e em outras duas oportunidades, João Paulo II assegurou que "Cuba está chamada a vencer o isolamento, há de abrir-se ao mundo e o mundo deve abrir-se a Cuba, ao seu povo e seus filhos, que são sem dúvida sua maior riqueza".

Ainda que sem mencionar diretamente os Estados Unidos, ao despedir-se, o Sumo Pontífice foi mais direto ainda, ao condenar como desumano e inaceitável o bloqueio norte-americano à ilha.

"Atualmente, nenhuma nação pode viver sozinha. Por isso, o povo cubano não pode ver-se privado dos vínculos com os outros povos, que são necessários para o desenvolvi-

*Rafael Calcines/Prela**

João Paulo II comoveu os cubanos. Longe de anunciar a queda apocalíptica do socialismo na ilha, a visita do Papa evidenciou a solidez de um governo capaz de abrir praças e meios de comunicação a um homem nada complacente com o comunismo.

Pela primeira vez um Papa pôs os pés em Cuba, e entre 21 e 25 de janeiro realizou missas



O pontífice com Fidel e ovacionado pelo povo: condenação ao neoliberalismo e ao bloqueio

mento econômico, social e cultural, especialmente quando o isolamento provocado repercutiu de maneira indiscriminada entre a população, aumentando as dificuldades dos mais débeis", disse o Papa.

E mais, em algumas homilias repudiou fortemente as políticas neoliberais, o capitalismo selvagem, a prostituição, as desigualdades, a miséria e outros maus, causas ou consequências da grande "crise de valores que sacode o mundo".

A alienação e a perda de raízes

Em uma mensagem aos jovens cubanos, na missa realizada em Camaguey, o Papa criticou a quem tem "a tentação de render-se aos ídolos da sociedade de consumo fascinados por seu brilho fugaz. Inclusive tudo o que vem de fora do país e que parece deslum-

brar". E até criticou aqueles que se deixam levar pelo "anseio da fuga e emigração, fugindo do compromisso e da responsabilidade para refugiar-se em um mundo falso cuja base é a alienação e a perda de raízes", em um país cujos inimigos têm esgrimido o fenômeno da emigração como arma política para desacreditá-lo.

As declarações do Papa foram recebidas com satisfação pelas autoridades cubanas, ainda que, sem dúvida, o propósito de Sua Santidade não era lisonjear Fidel Castro. Mas, segundo alguns observadores, ante os problemas que hoje afetam o mundo, a Igreja tem mais posições coincidentes com Cuba do que com os Estados Unidos.

Tampouco era de esperar que tudo o que foi dito pelo Papa soaria como música celestial nos ouvidos dos governantes da ilha, mas o próprio presidente cubano, ao despedir-se, manifestou um





sincero agradecimento, "por todas suas palavras, ainda aquelas com as quais possa estar em desacordo".

Entre os cerca de três mil jornalistas que cobriram com total liberdade todos os detalhes da visita, houve quem destacasse na mensagem papal críticas à prática do aborto, à prostituição, divisão das famílias por discrepâncias políticas, falta de certas liberdades, mais que também não são patrimônio exclusivo da sociedade cubana.

Em suas mensagens, João Paulo II insistiu em que a Igreja deve ter mais espaço em Cuba, mas em um encontro com os membros da Conferência dos Arcebispos Cubanos os advertiu sobre a necessidade de não procurar esse maior espaço "com o objetivo de alcançar o poder - o qual é alheio à missão da Igreja - sem acrescentar sua capacidade de serviço".

O Papa conclamou os arcebispos a procurarem "a santa cooperação das demais crenças cristãs" e a manter esses contatos, "tratando de ampliar sua extensão e profundidade, com um diálogo franco com as instituições do Estado e das organizações autônomas da sociedade civil".

Entendimento e cooperação

A julgar por palavras e fatos, esses pedidos não "foram palavras ao vento". O Papa abençoou em 25 de janeiro a pedra fundamental de um seminário onde se formarão sacerdotes a todas as dioceses da ilha.

Empresários contra o bloqueio

Membros de câmaras comerciais vinculadas aos Estados Unidos pediram a Washington que cesse o bloqueio econômico imposto à Cuba.

Antonio Herrera, vice-presidente da Câmara Venezuelano-Americana, informou que a posição oficial da Associação de Câmaras da América Latina é frontalmente oposta ao bloqueio promovido pelos norte-americanos. E acrescentou que o embargo tem se mostrado há mais de 30 anos um método claramente contraproducente.

Herrera disse também que a viagem do Papa à ilha sublinhou a incoerência do isolamento de Cuba e a necessidade de se buscar outras vias para promover a abertura política no país.

A Associação de Câmaras Regionais têm sido o fórum mais importante do empresariado da América Latina para questionar o boqueio à ilha, já denunciado por toda a comunidade internacional como um abuso de poder por parte do governo dos Estados Unidos.



As autoridades e o povo de Cuba receberam calorosamente o Papa João Paulo II

No mesmo dia, entrevistado pela emissora norte-americana CNN, o presidente do Parlamento, Ricardo Alarcón, disse que a viagem do sumo pontífice "iniciou um processo que continuará após sua partida", e que o governo cubano "sabia que com a visita (...) uma das consequências seria a ampliação do papel da Igreja".

Na véspera da chegada de Sua Santidade, o cardeal Jaime Ortega Alamino disse à imprensa estar seguro, após seu último encontro com Fidel Castro, que "o diálogo (da Igreja com as autoridades) começara".

E não era só retórica. Parece evidente a disposição do Estado de transitar a via do entendimento e da cooperação. Basta lembrar que de alguns anos para cá os crentes podem fazer parte do Partido Comunista, e até a Constituição foi alterada, no sentido de definir o país não mais como ateu, e sim como laico.

Além disso, o projeto social cubano, reafirmado no recente Congresso do Partido Comunista de Cuba, defende como garantia da sobrevivência do país a unidade daqueles que se sintam patriotas, e nesse empenho aglutinador considera os religiosos, católicos ou não,



como uma força nada desprezível. A visita de João Paulo II deve ser valorizada como um elemento a mais - sendo que de uma importância toda especial - dentro desse contexto.

O próprio Fidel Castro foi claro diante de Sua Santidade: "Creio que temos dado um bom exemplo ao mundo. O Papa, visitando o que alguns teimaram em chamar de último bastião do comunismo; nós, recebendo o chefe religioso ao que buscaram atribuir a responsabilidade de ter destruído o socialismo na Europa". ■

1 Felix Varela, pensador e filósofo cubano do século passado, está em processo de beatificação

Guatemala reata com Cuba

A visita de João Paulo II a Cuba teve repercussão política imediata na região. A Guatemala, por exemplo, não demorou em anunciar o restabelecimento de relações diplomáticas com a ilha, suspensas desde 1961. O gesto, anunciado em 27 de janeiro, foi definido pelo presidente guatemalteco Alvaro Arzú como resposta às declarações do Sumo Pontífice exortando pelo fim do embargo.

O chanceler da Guatemala, Eduardo Stein, declarou que a normalização das relações com Cuba, suspensas durante 37 anos, foi muito bem aceita no país e somente um pequeno setor empresarial manifestou reserva diante das possíveis sanções econômicas dos Estados Unidos.

"Dependemos do mercado norte-americano e retaliações da Casa Branca seriam desastrosas para a economia nacional. O governo deveria analisar as consequências dessa atitude", disse Humberto Pretti, dirigente da conservadora Câmara de Agricultores.

No entanto, Stein enfatizou que desde o início do seu mandato, em janeiro de 1996, o presidente Alvaro Arzú foi explícito no sentido de que o seu governo não iria acompanhar a política norte-americana de exclusão de Cuba. "A Guatemala tem sido vítima de políticas de exclusão. O descongelamento das relações com Havana permite

superarmos um pedaço bastante triste da nossa própria história recente", apontou Stein.

A Nicarágua normalizou plenamente as suas relações com Cuba em 1979, em consequência da derrocada da dinastia dos Somoza e do triunfo da revolução sandinista. Honduras estabeleceu um escritório em Havana em 1997. Já a Costa Rica e El Salvador indicaram, através de portavozes oficiais, que não pretendem seguir a Guatemala em sua decisão "até que Cuba não dê sinal firme de abertura política." O chanceler da Costa Rica, Fernando Naranjo, se mostrou surpreso diante da decisão do governo guatemalteco: "Existia um acordo dos presidentes centro-americanos de não restabelecer relações com o governo do presidente Fidel Castro se ele não promovesse mudanças políticas substanciais", argumentou.

Com a decisão do governo guatemalteco, Costa Rica, El Salvador, Honduras e Paraguai são os únicos países latino-americanos que mantêm suspensas as relações diplomáticas com o governo de Cuba. México foi o único que nunca as rompeu.

Muitos segmentos políticos da Guatemala se manifestaram a favor da decisão do presidente Arzú. Karen Fisher, membro da Aliança contra a impunidade, classificou a decisão como um gesto de dignidade contra o inadmissível isolamento da ilha.

Forças políticas exigem investigação de genocídio

Fórum convocado para iniciar o processo que conduzirá às eleições gerais acusa o governo deposto de crimes contra a Humanidade

A transição para restabelecer a democracia no Congo-Brazaville vai levar três anos. Esse foi o acordo ao qual chegaram as forças políticas representadas na reunião do Fórum para a Reconciliação Nacional, convocado pelo novo homem forte do país, o presidente Denis Sasu N'guesso.

Os mil delegados reunidos em Brazaville coincidiram, no entanto, em que esse prazo será flexível, e que o período de transição poderá ser encurtado ou prolongado, dependendo das exigências criadas pelas eleições que deverão acontecer ao final do processo.

Um projeto da Constituição será objeto de um "debate nacional" e depois submetido a um referendo.

Essa foi uma das formas encontradas pelos partici-

pantes da reunião para sarar as feridas deixadas por quatro meses de guerra civil - de 5 de junho a 15 de outubro do ano passado -, durante os quais grande parte do país foi devastada, causando um número de vítimas estimado entre quatro e quinze mil mortos, dependendo das fontes.

No Fórum, a maioria de representantes era de simpatizantes de Sasu N'guesso, mas, apesar disso, a reunião rejeitou a proposta de dissolução dos partidos políticos responsáveis pela guerra civil do passado.

Outra das resoluções da reunião foi criar as condições para a reconstrução da capital, que ficou totalmente destruída. "Levará uns 50 anos reconstruir tudo", assinalou um jornalista local.

Por outro lado, algumas organizações não-governamentais prometeram reunir US\$ 17

A guerra civil deixou milhares de refugiados



milhões em assistência para contribuir ao esforço de reconstrução.

Estopim

A guerra enfrentada no ano passado pelo exército e as milícias leais ao então presidente Pascal Lissouba e às milícias Cobra lideradas por Sassou N'guesso, teve por estopim a rejeição dos Cobra à prisão de um dos seus membros, acusado

de fomentar a intranquilidade no norte do país.

O Fórum "foi uma instância de consulta política nacional para criar condições para uma paz duradoura e um futuro que preencha as expectativas da nossa população", disse Firmin Ayessa, ministro responsável pela organização do evento.

Durante a reunião, Sasu N'guesso se comprometeu a pôr em prática a democracia e,

com esse fim, assegurar o pluralismo político, a separação e o equilíbrio de poderes e a criação de instituições democráticas estáveis, no marco da lei. Mas alguns analistas acreditam que a reconciliação é uma tarefa muito difícil, já que nem todos os protagonistas da crise foram convidados a participar do debate. As ausências mais notórias foram as de Lissouba e a do ex-prefeito de Brazzaville,



Bernard Kolelas, que permaneceu neutro durante a maior parte do conflito e se aliou ao derrocado presidente pouco antes do triunfo de Sasu N'guesso.

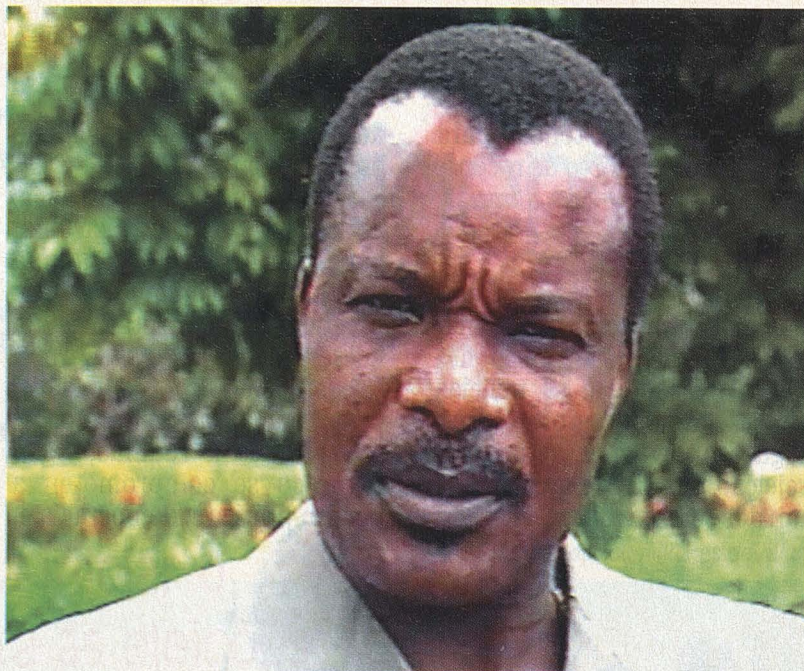
Apesar de Kolelas ter chamado seus aliados para boicotar o Fórum, muitos membros de seu Movimento Congolés para a Democracia e o Desenvolvimento Integral (MCDDI) e da União Pan-Africana para a Democracia e o Desenvolvimento Social (Upads), partido de Lissouba, romperam com essas forças e participaram na reunião.

"A reconciliação entre irmãos que se mataram uns aos outros não é fácil. É um trabalho de longo prazo", disse Benjamin Bounkoulou, que abandonou a Upads para fundar a União pela República (UR).

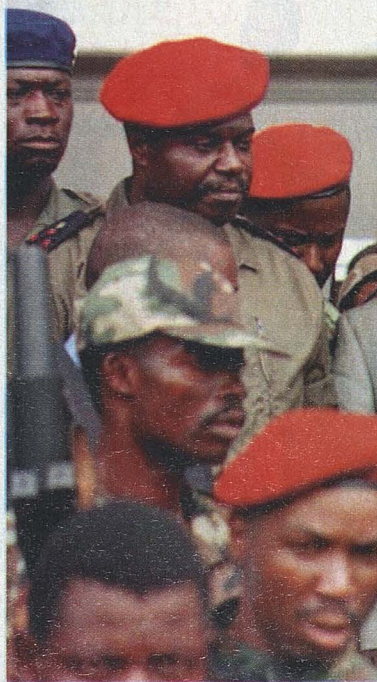
Ele defende a idéia da criação de uma Comissão Verdade, como a da África do Sul, pois "é necessário perdoar mesmo que seja impossível esquecer".

"Este é, com certeza, um momento de reconciliação, unidade e reconstrução. No entanto, isso não significa nada se não tivermos capacidade de responsabilizar e condenar os atos de genocídio e os crimes contra a Humanidade cometidos pelos tiranos do regime deposto", afirmou, por sua vez, Sasu N'guesso. E acrescentou: "Temos confiança em nossos juízes, aos quais devolveremos seu poder soberano. Eles vão decidir com toda independência."

Influenciados por esse discurso, os membros do Fórum



Sasu N'guesso, líder das milícias Cobra e presidente do país: "Este é um momento de reconciliação, unidade e reconstrução"



para a Reconciliação Nacional acusaram o governo deposto de genocídio, em particular contra os membros da etnia bangala. "O senhor Lissouba e o seu governo ordenaram o ataque contra os bangalas no norte de Brazzaville", afirma o documento oficial aprovado no Fórum.

As forças de Lissouba também foram acusadas pelos ataques, entre 1993 e 1994, contra a etnia lari-kongo, localizada ao sul de Brazzaville.

Mas nem todos os participantes do Fórum acreditam na hipótese das matanças étnicas. "Não cabe a nós determinar a natureza do genocídio."

"A qualificação desses atos corresponde a instituições legais internacionais que devemos convocar a fim de realizar a investigação", afirmou Moudileno Massengo, que fez parte da Comissão Legal da conferência. O Fórum propôs a organização de um tribunal internacional de crimes de guerra.

Independentemente dessas investigações, a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas vai celebrar uma reunião entre 16 de março e 24 de abril, para analisar as denúncias de genocídio no Congo. (Nana Rosine Ngangoue)

Secularismo ameaçado

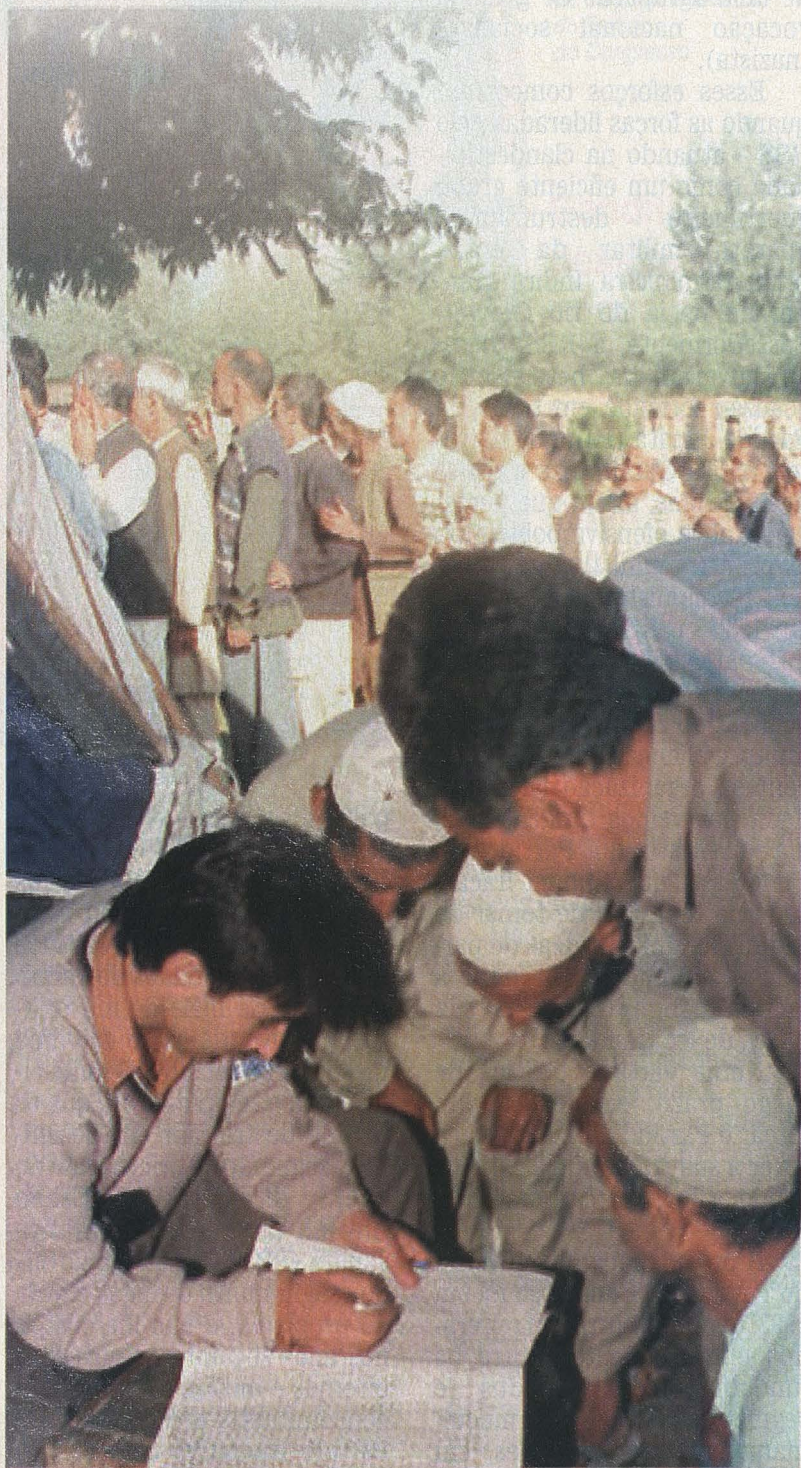
A maior democracia do mundo enfrenta uma eleição decisiva para devolver a confiança no falido sistema político

M. Venugopala Rao

Os indianos estão se preparando para votar em março na 12ª eleição em 50 anos de vida independente, completados em agosto do ano passado. Nunca uma consulta popular foi tão necessária quanto agora, num momento em que a Índia vive intensamente todos os problemas que foram objeto das preocupações de "Mahatma" Gandhi, o venerado pai da pátria: intolerância religiosa, miséria e discriminação das castas inferiores.

No entanto, todos os agrupamentos políticos buscaram desesperadamente evitar essa consulta, com medo que possa ser a última para a maioria deles. De fato, com quase um bilhão de habitantes, a Índia vive hoje um momento de grande desprestígio da classe política, comprometida em escândalos de corrupção.

Os políticos em geral perderam sua ligação e sua influência junto às bases, debilitados pelo encurtamento de seus mandatos por três eleições legislativas sucessivas nos últimos oito anos¹ - resultado da erosão acelerada do Partido do Congresso, fundado por Gandhi para lutar pela independência, e da emergência de classes médias conservadoras no sistema de poder regional e nacional.



O Partido do Congresso recebe a maior parte da culpa pela crise política geral em que o país mergulhou, e pode ser o mais afetado na nova eleição. Na última consulta, em 1996, já teve o pior desempenho da sua história, ficando em terceiro lugar. E, desta vez, ele está em uma posição mais frágil ainda, pois o partido não tem mais condições de manipular as facções políticas das classes mais reacionárias e as minorias étnicas e religiosas em seu favor.

O Partido do Congresso usou e traiu com tanta frequência estas classes, especialmente no passado recente, que muitos acham que poderá acabar como a mais solitária e anacrônica instituição no cenário nacional. E mais: as lideranças regionais que abandonaram o partido podem se transformar no eixo de uma insurgência reacionária, cuja inspiração viria de um grupo que atua na periferia do Congresso, e está aliado a forças que defendem o autoritarismo dinástico.

A extrema direita se organiza

Uma facção autoritária rival deve ser cuidadosamente observada. É a força conhecida popularmente como a Família Sangh (Sangh parivar), coordenada pela organização paramilitar Rashtriya Swayamsevak Sangh (RSS), que promove o renascimento do hinduísmo. A ela se atribuem numerosos atentados, em particular contra a comunidade muçulmana. A RSS tem se esforçado, em nível

nacional, em projetar a imagem de uma agrupação de genuína vocação nacional socialista (nazista).

Esses esforços começaram quando as forças lideradas pelo RSS - atuando na clandestinidade como um eficiente grupo guerrilheiro - destruíram o aparato militar da então primeira-ministra Indira Gandhi na bacia do rio Ganges. Posteriormente, a RSS aderiu ao governo da heterogênea coalizão formada em torno do Partido Janata (PJ), que derrotou Indira Gandhi nas eleições de 1977. Mas, assim que percebeu a nova ofensiva política da ex-primeira-ministra - que acabou reconquistando o governo em 1980 - o RSS se afastou do PJ, para evitar que a crise pudesse atingi-lo.

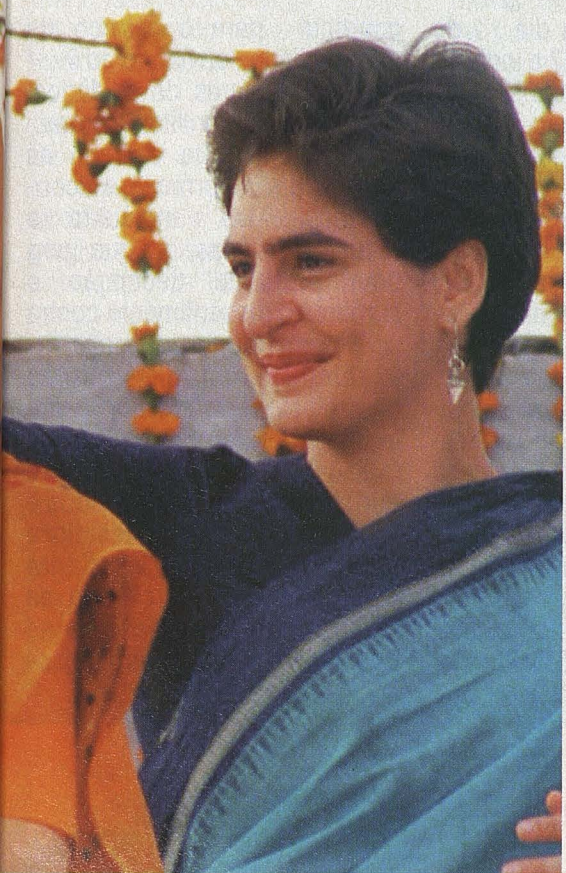
Mesmo sem ter durado muito, a aliança com o PJ - uma confusa organização laica fundada por velhos dirigentes da ala direitista do Partido do Congresso, que tinham fracassado na tentativa de tomar de Indira Gandhi as rédeas do partido - foi muito útil para a família Sangh (RSS) na sua busca de legitimidade.

Numa cartada política de longo prazo, eles esperavam forçar o Partido do Congresso a rever a sua trajetória laica, passando a jogar a cartada "hinduísta".

A prova de fogo do governo do Partido do Congresso foi em 1992, quando ocorreram reiterados enfrentamentos entre os fundamentalistas hindus e seguidores da religião muçulmana em várias cidades, em



particular em Ayodhya e Bombaim. Só na cidade de Ayodhya - onde os hindus acreditam ter nascido o deus Brahma - enfrentamentos entre as duas comunidades deixaram um saldo de mais de mil mortos. O pivô da crise foi uma mesquita do século XV, conhecida como o templo Babri, que os hindus destruíram em dezembro, seguindo a orientação do líder direitista Lalrishan Advani, do Partido Bharatiya Janata (BJP). De fato, o governo reagiu muito devagar diante do problema, o que lhe custou nos anos seguintes desavenças internas e muitas cisões, com o concomitante crescimento do Partido Bharatiya Janata. E o



Sonia Gandhi, viúva do ex-primeiro-ministro Rajiv Gandhi, e a sua filha Priyanka participaram intensamente da campanha eleitoral do Partido do Congresso

Gandhi desejava a igualdade de todas as religiões como alicerce da Índia moderna e defendia o pluralismo político e as reformas

RSS voltava ao cenário político com grande estardalhaço.

Atualmente os ideólogos do RSS e do BJP dizem que a demolição da mesquita e os seus desdobramentos serviram para "praticamente resolver o problema hindu-muçulmano". "Não há nada de espontâneo nas perseguições de muçulmanos em Bombaim", escreveu, na altura, o acadêmico visitante europeu Jan Breman. "A caçada aberta aos muçulmanos foi promovida e também parcialmente praticada pelos dirigentes e seguidores da direita hindu mais politizada", afirmava o intelectual, que chegou a comparar esses atos à "perseguição de judeus pelos nazis-

tas na Alemanha". Breman afirmou que a "glorificação da violência foi um dos princípios básicos do nacional socialismo".

Mas, "por razões de legitimidade, essas operações reacionárias foram mascaradas com uma retórica "pseudo-democrática divulgada através de uma eficiente rede".

A chave dessa charada está na formulação original da idéia de uma nação-estado hindu desenvolvida por V.D. Savarkar, líder do movimento nacionalista, que ridicularizou o caminho da não-violência de Mahatma Gandhi como "sem sentido e suicida". Savarkar defendia o uso de todos os meios para expulsar os colo-

nizadores britânicos e criou a palavra de ordem "Hinduizar toda a política e militarizar o hinduísmo".

Na opinião do eminente sociólogo Jeet Singh Uberoi, para os integralistas hindus, "a força, coesão e progresso da Índia dependem em última instância da Hindutva (ou Hinduísmo)", relegando as questões de caráter social e a procura da convivência harmoniosa entre hindus e muçulmanos. Para Singh Uberoi, os fundamentalistas hindus consideram que eles e só eles constituem os alicerces e a reserva moral do estado indiano.

Em contraposição à essa concepção ideológica, lembra o sociólogo, estavam as idéias de Gandhi (ver quadro), o mártir da "Swaraj" (autodeterminação). "Ele foi o principal defensor e ideólogo do pluralismo e das reformas. Gandhi desejava "a igualdade de todas as religiões como alicerce da Índia moderna".

Os herdeiros da cruzada de Savarkar temem agora que a linha dura dos defensores da Hindutva tenha afugentado amplos setores do eleitorado, especialmente as classes médias e as minorias étnicas e religiosas. Porém confiam em que, no dia que a Família RSS chegar ao poder, esses segmentos não terão outra saída senão aderir ao governo.

No entanto, as classes médias, cujo voto em geral tem um peso decisivo, para agir dessa maneira, necessitariam ter a certeza de que a "Hindutva" não lhes impediria

ascender social e economicamente.

Apesar de os seguidores da linha dura afirmarem que o Partido Bharatiya Janata (PBJ) será chamado a formar governo depois destas eleições, a banca parlamentar dessa aggrupação política busca minimizar diante de seus potenciais eleitores a importância das idéias da Hindutva e mesmo as seqüelas do episódio do templo Babri. "Essas questões estão fora da nossa agenda política e não terão relevância alguma nesta consulta", afirmam. "A nossa preocupação é com a estabilidade."

Num esforço especial para ganhar as classes médias, os coordenadores da campanha do RSS-PBJ estão insistindo na estratégia de enfatizar as preocupações sociais da coligação, procurando passar a idéia de que o governo promoverá uma era de harmonia social e uma ordem econômica e social justa.

Em concordância com essa estratégia, alguns dirigentes regionais do Partido do Congresso vinculados às castas superiores e avessos a qualquer conflito com as castas inferiores estão sendo convidados a abandonarem o velho e desgastado partido de Gandhi para unirem-se ao PBJ, autodenominado "a força do futuro".

Porém, mesmo estando o Congresso em visível processo de desintegração, não é muito diferente a situação interna do PBJ. À medida que as eleições se aproximam, ficam mais expostas as suas divergências internas.

A herança de Gandhi

A meia-noite do dia 15 de agosto de 1947 a Índia se libertava de dois séculos de colonialismo britânico. A presença inglesa remontava ao século XVIII, e com o tempo essa nação se tornaria a "jóia mais preciosa" do gigantesco império colonial inglês, aquele onde "o sol nunca se punha".

A partir do final do século XIX, uma parcela da elite indiana, educada nas melhores universidades britânicas, começa a aspirar à autonomia, encontrando seu canal de expressão no Partido do Congresso, fundado em 1885.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) a Índia

contribuiu para o esforço de guerra aliado, enviando ao front europeu milhares de soldados. Com o fim do conflito, a expectativa era de que viessem as esperadas reformas e concessões. Mas a Inglaterra se recusa a fazê-las, o que gera uma profunda decepção e aumenta o ressentimento contra a velha metrópole colonial.

Em 1919, uma manifestação de protesto, em Anrizar, é violentamente reprimida pelas forças inglesas, num massacre que deixa cerca de 400 mortos e 1.200 feridos. Antes restrito a uma minoria culta e letrada, a partir dos anos 20 o tema da independência começa a se popularizar. É também nessa

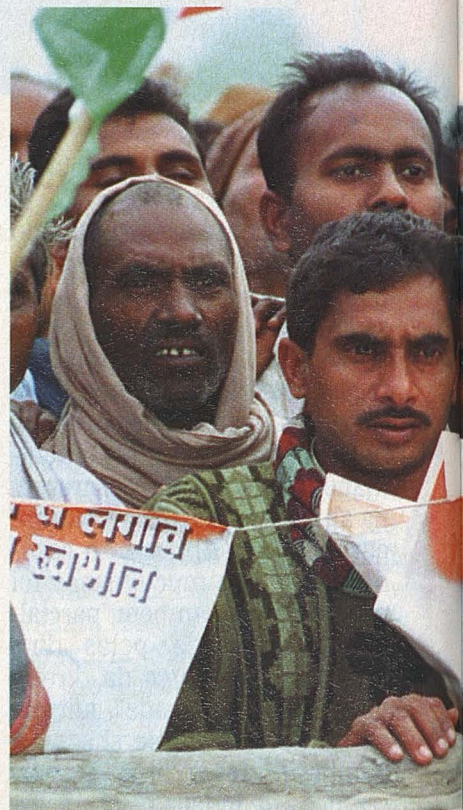
As perspectivas

Por tudo isso, não é um fato ainda que a contradição entre os seguidores da "Hindutva" e os defensores do pensamento pluralista tenha sido resolvida já em favor da Família Sangh e a linha dura.

Ainda há chance para os moderados, para aqueles que não estão interessados em ver a Índia transformada num Estado autoritário.

Os analistas políticos acham que há espaço no cenário atual para os políticos mais coerentes, que se mantêm firmes nas suas convicções democráticas, e procuram um novo alinhamento de idéias e de agendas.

Uma terceira força, que esteja muito melhor estruturada que a Frente Unida - a coligação de centro que reuniu os



época que começa a ganhar mais projeção a figura de Mohandas Karamchand Gandhi, mais conhecido como Mahatma (grande alma) Gandhi.

Apóstolo da não-violência, Gandhi lidera formas originais de protesto contra o colonialismo britânico, pregando a desobediência civil e o boicote aos produtos ingleses. Em diversas ocasiões, os líderes do movimento de independência (Gandhi, Nehru e outros) são presos pelas autoridades inglesas.

E somente dois anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1947, que o governo trabalhista inglês aceita conceder a independência à rica colônia. Mas esta sai dividida do processo, com a criação de dois Estados independentes, um de maioria muçulmana, o Pa-

quistão, e a Índia. A transferência de população entre os dois países resulta em centenas de milhares de mortos, com hindus e muçulmanos massacrando-se mutuamente.

Desde seu surgimento como Estados independentes, Índia e Paquistão já se enfrentaram em três guerras. O assassinato de Gandhi em 30 de janeiro de 1948, menos de um ano após a independência, por um fundamentalista hindu inconformado com a separação territorial e com o programa de tolerância a todos os credos e religiões parece ter sido um trágico presságio das dificuldades de convivência entre hindus e muçulmanos que ainda desafiam a Índia.

(Marco André Baloussier)



Mahatma Gandhi: vítima da intransigência



partidos Janata, Janata Dal, Lok Dal e organizações regionais - poderia se transformar no instrumento que começasse a resolver a contradição entre as castas mais baixas, as classes médias e os Dalits (antigamente conhecidos como "os intocáveis").

A maioria desses segmentos está dividida politicamente, já que a base para o surgimento de uma força coerente e autônoma não foi bem cimentada. Isso ainda necessita ser feito, para permitir que uma terceira força - que defenda o secularismo e o pluralismo como princípios básicos - possa desempenhar o seu papel de enfrentar os autoritarismos de todo tipo.

Para que isso ocorra, há a necessidade de se assegurar ao eleitorado que todas as tentativas de promover enfrenta-

mentos entre as comunidades será reprimida e que um novo consenso nacional deve ser criado na base da separação dos poderes e a introdução do pluralismo em todos os níveis.

O desafio básico para uma força como essa será reconciliar os diferentes segmentos da sociedade civil indiana, que, na visão do professor Uberoi, é o pré-requisito para a própria existência do pluralismo.

Uma terceira força construída sobre essas bases e com esse arcabouço político, que obtivesse o apoio de forças com representação nacional e de forças regionais, do movimento comunista - que está lutando para superar seus problemas de organização interna e seus sectarismos, poderia realmente representar uma esperança de futuro. ■

Vinte e seis jornalistas as



Assassinados em 1997

**Denúncias
contra policiais,
governantes e
traficantes
estão entre
as causas de
assassinatos de
repórteres**

Oue a profissão de jornalista é uma das mais arriscadas do mundo não é uma novidade. E os dados da violência contra profissionais da imprensa em 1997 não fazem senão confirmar essa constatação: vinte e seis jornalistas foram assassinados o ano passado, em todo o mundo. A denúncia, da Organização de Defesa da Liberdade de Imprensa, assinala que as mortes ocorreram enquanto os profissionais exer-

ciam suas funções ou foram retaliações pelo tipo de denúncia em que eles se empenhavam.

A maioria dos assassinatos ocorreu na Índia, onde sete jornalistas foram mortos, segundo relatório apresentado pelo Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ), em Nova Iorque, e pelos Repórteres sem Fronteiras (RSF), em Paris. Ambas instituições afirmaram que esses sete assassinatos refletem uma tendência de violência política crescente e risco para os redatores e fotógrafos desse país. Cinco das vítimas, integrantes de uma equipe de televisão, morreram quando seu veículo foi destruído por uma bomba terrorista em Hyderabad. A eles se somaram os jornalistas da província de Cachemira, Altaf Ahmed Faktoo e Saidan Shafi, assassinados, aparentemente, por vingança devido aos trabalhos que desempenharam para a televisão estatal. No total, oito pessoas morreram nesse território, cuja soberania é reivindicada pelo Paquistão desde o início da guerra civil em 1990. Aliás, no Paquistão também o exercício do jornalismo é extremamente arriscado. Z.A Shaid, fotógrafo do diário *Khabrain*, da cidade de Lahore, contribuiu para que o seu país estivesse incluído entre os que tiveram vítimas fatais em 1997; ele morreu em um atentado com explosivos contra vários líderes de um partido antixiita.

Outros quatro profissionais morreram na Colômbia, três no México e dois no Camboja. Houve, também, jornalistas mortos na Argentina, no Brasil,



A morte do fotógrafo José Luís Cabezas abalou

nas Filipinas, na Guatemala, Indonésia, no Irã, em Ruanda, Serra Leoa e na Ucrânia.

Apesar de vidas terem sido tiradas, apenas três dos criminosos foram julgados. Daí o documento do CPJ-RSF dedicar um significativo espaço à exigência aos respectivos governos de investigações sérias e da condenação dos responsáveis.

"O homicídio continua sendo, tragicamente, a principal causa das mortes vinculadas ao exercício do jornalismo em todo o mundo, e o motivo disso é a censura e a impunidade", sustentam ambas organizações. "Se os governos permitem que estes crimes continuem impunes, as garantias constitucionais de liberdade de imprensa deixam de ter significado", denunciam.

A Argélia foi uma surpresa. Apesar do banho de sangue em que essa nação árabe do norte africano está mergulhada, pela primeira vez em quatro anos nenhum jornalista foi assassinado em 1997 nesse país enquanto desempenhava suas funções. "Mas isso não quer dizer que o país respeite a liberdade de imprensa", diz Robert Menard, diretor da RSF. Desde 1993, no conflito entre governo e militantes islâmicos, que custou mais de 70 mil vidas, 60 jornalistas argelinos foram mortos. "Houve menos vítimas pois muitos comunicadores se esconderam, partiram para o exílio ou abandonaram a profissão. Os que continuam no exercício de suas funções tomam precauções de segurança extrema", explica Menard.



Pelo segundo ano, não houve notícia de mortes entre jornalistas que trabalhavam na antiga Iugoslávia, apesar das 50 mortes entre 1985 e 1995, período em que se firmaram os acordos de paz em Dayton, Estados Unidos. Na Ucrânia (antiga URSS), Borys Derevyanko, chefe de redação do diário *Vechernyaya Odessa*, foi morto a tiros em agosto, perto de seu emprego. As autoridades acreditam que os responsáveis por sua morte são assassinos de

aluguel. O jornal em que trabalhava se caracteriza por críticas ao prefeito de Odessa.

Na Colômbia, as quatro mortes de jornalistas no exercício da profissão em 1997 elevaram para 43 as que ocorreram no último decênio, a maioria vítima de narcotraficantes. Gerardo Bedoya Borrero, do *El País*, e Jairo Elías Márquez Gallego foram, ao que parece, assassinados por denunciarem o tráfico de drogas e a corrupção, segundo o CJP e RSF.

Freddy Elles Ahumada, fotógrafo independente de Cartagena, foi aparentemente morto devido à cobertura de violência policial. Francisco Castro Menco, presidente de uma fundação proprietária de uma rádio comunitária em Majagual, pode ter sido assassinado por guerrilheiros ou paramilitares locais.

No México, Jessy Abel Bueno León, do semanário regional *Siete Días*, e Víctor Hernández Martínez, da revista *Cómo*, foram assassinados provavelmente devido a revelações sobre a

os argentinos e contribuiu para a derrota do governo nas urnas em 1997

corrupção policial e os abusos do governo.

Benjamín Flores González, de *La Prensa*, do estado de Sonora, pode ter selado o seu destino quando começou a investigar o tráfico local de drogas.

Na Argentina, José Luís Cabezas, da revista *Notícias*, foi seqüestrado e assassinado em Piñamar, enquanto realizava uma pesquisa relacionada a Alfredo Yabrán, conhecido milionário com estreitos vínculos com funcionários do governo de Carlos Ménem. A investigação judicial do assassinato provocou, meses depois, a renúncia do ministro da Justiça, Elías Jassen, e a detenção de várias autoridades e agentes da polícia e do chefe dos guarda-costas de Yabrán.

A morte do fotógrafo abalou os argentinos, e segundo vários analistas foi um dos principais motivos para a derrota do governo nas urnas nas eleições legislativas do ano passado. Essa resposta do povo nas urnas prova que os argentinos, depois de 30 mil mortos no regime autoritário (1976 - 1983), exigem o respeito dos direitos humanos.

Na Guatemala, Jorge Luis Marroquín Sagastume, diretor da publicação mensal *Sol Chorti*, foi executado por dois assassinos que, segundo as versões recolhidas no relatório, foram contratados por um rival político, membro do governo local.

Chet Duong Daravuth, repórter do diário *Neak Prayuth*, de Camboja, foi assassinado em março com uma granada durante um ato político. O canadense Michael Senior, que

trabalha para o *Cambodia Daily*, foi executado por fotografar um saque cometido por soldados no mês de julho, depois do golpe de Estado do segundo primeiro-ministro Hun Sen.

Muhammad Sayuti Bochari, jornalista do diário indonésio *Pos Makasar*, foi golpeado até a morte por escrever reportagens sobre a corrupção de autoridades locais em Ujungpandang.

Nas Filipinas, Danny Hernández, editor de notícias de *People's Journal Tonight*, expulsou grupos de narcotraficantes e denunciou a corrupção policial. Devido a isso recebeu ameaças de morte e acabou sendo assassinado com um tiro, em junho passado.

No Irã, Ebrahim Zalzadeh, editor-chefe da publicação *Mayar*, de Teerã, foi encontrado

morto 35 dias após o seu desaparecimento, com múltiplas lesões corporais. Até seu fechamento, em 1995, a publicação foi uma vez crítica à política de censura à imprensa do governo.

Na África, Appolos Hakizimana, chefe de redação do diário independente *Umuravumba*, de Ruanda, foi assassinado com um disparo na sua própria residência, em Kigali. Em 1996, havia sido detido por uma suposta participação no genocídio de 1994 contra a minoria tutsi.

Em Serra Leoa, Ishmael Jalloh, que trabalha para vários diários independentes, foi assassinado em 3 de junho enquanto cobria uma batalha entre facções armadas de soldados nigerianos e a força regional de paz organizada no país africano.



Denúncias de violações aos direitos humanos provocam reações contra a imprensa

Brasil, o fantasma da impunidade

Ano a ano se
repetem no país
as violações ao
direito ao livre
exercício da
profissão, sem que
até hoje sequer um
dos responsáveis
desses atropelos
tenha sido punido



No Brasil da impunidade, os jornalistas não escapam à regra mundial de perseguição e violência no exercício da profissão. O coordenador de Direitos Humanos da Federação Nacional de Jornalistas do Brasil (Fenaj), Paulo Miranda, denuncia que até hoje nunca houve no nosso país prisão ou punição de qualquer pessoa envolvida na morte ou violência contra jornalistas.

Hoje a entidade abriga em Brasília a jornalista Marisa Romão, da TV Liberal, afiliada da Globo, que foi testemunha ocular do massacre dos sem-terra em Eldorado do Carajás, no sul do Pará, e passou a ser ameaçada de morte logo após o juiz ter condenado 153 policiais militares pelo bárbaro crime.

O caso mais grave ocorrido em 1997 foi o do radialista Ronaldo Santana Araújo, assassinado em Funápolis (BA), em outubro, quando se dirigia para o trabalho, uma rádio AM, em companhia de seu filho. O assunto foi o tema do seminário nacional "Mídia, Democracia e Direitos Humanos", realizado pela Fenaj no ano passado, em parceria com o Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Norte. Em três dias tratou-se da realidade social do país e das lutas levadas adiante em favor dos direitos humanos e a liberdade de imprensa. A oficina sobre programas de proteção aos profissionais da área, ministrada pela Unesco, foi um dos pontos altos das atividades, acompanhadas por mais de cem jor-

nalistas, estudantes de comunicação e especialistas da área, que avaliaram ameaças ao exercício de um jornalismo livre.

Crimes, atentados e ameaças à liberdade de imprensa ocorridos no Brasil de janeiro a novembro de 97 foram acompanhados caso a caso pela Fenaj, que procura dar toda a assistência possível aos comunicadores. Apesar de ter conseguido diminuir os problemas dos profissionais (como por exemplo com o ressarcimento de despesas médicas ou consertos de equipamento), a Fenaj reconhece que os culpados dos atos de violência contra os jornalistas brasileiros continuam protegidos pela impunidade.

Crimes e atentados

Foram ao todo 20 jornalistas vítimas de algum tipo de violência em 97. No mês de janeiro, o repórter Edmilson Ávila e o repórter-cinematográfico Sérgio Leite, da TV Globo (RJ) foram detidos e conduzidos a uma delegacia porque filmavam com uma microcâmera o julgamento do ator Guilherme de Pádua. Em Brasília, o repórter-cinematográfico Lawrence Sarkis, da Fundação III, foi espancado e roubado por seis policiais militares, quando registrava cenas de uma "revista" em um grupo de rapazes. Em Itajubá (MG) o editor do *Jornal da Região Sul*, jornalista Alair de Almeida, foi condenado a 12 meses em cela comum na cadeia da cidade, apesar do diploma de curso superior, por denúncias publicadas no jornal



Reiteradas denúncias mostram que a violência contra jornalistas é habitual no Brasil

sobre irregularidades praticadas pelo deputado estadual Ambrósio Pinto e pela ex-secretária de Educação Maria do Carmo Siqueira Rodrigues.

Mais três jornalistas foram agredidos no mês de fevereiro. Cláudio Alcântara, do *Diário do Vale*, em Volta Redonda (RJ) foi espancado por três homens, por ter denunciado a criação de 72 novos cargos de assessoria parlamentar na Câmara Municipal da cidade. José Ribamar Bessa de Freire, do *Jornal do Norte*, de Manaus, foi agredido em Niterói (RJ), recebendo dias depois um envelope com ameaças. Paulo Munhoz, do jornal *A Tarde*, de Salvador, foi agredido com socos e pauladas por seguranças da Prefeitura.

Em março, o jornalista Cláudio Alcântara foi novamente agredido, sendo seqüestrado por 23 horas e torturado para entregar uma fita na qual estariam gravados os nomes dos mandantes da agressão que havia sofrido no mês anterior. Ainda em março, a jornalista Edina Nunes Nogueira, presidente do *Jornal Estremo Sul*, em

Teixeira de Freitas (BA), foi ameaçada de morte após ter denunciado a existência de uma quadrilha especializada na venda de carteiras de habilitação na região.

O mês de abril foi repleto de violência contra jornalistas. Por fotografar o policial Francisco Soares Rocha torturando 23 jovens com palmatórias, o repórter-fotográfico José Alves Filho, do *Jornal Melo Norte* (PI), foi detido e sua família torturada por policiais do 8º DP da cidade. Francisco Stuckert, do *Jornal de Brasília*, e Emerson Soares, da TV Globo, foram agredidos com chutes por feirantes, na Feira do Paraguai (Brasília). No mesmo episódio outros jornalistas foram também agredidos, como a jornalista Maisa Moura, do *Correio Brasileiro*, ameaçada de morte.

Denúncias sobre o tráfico de drogas renderam ao jornalista Sérgio Heidrich, proprietário do *Jornal Univale*, de Portão (RS), um atentado a bomba (de fabricação caseira) ao seu carro, que ficou totalmente danificado. Em Pernambuco, o ex-

colunista político do *Diário de Pernambuco*, recebeu ameaças de morte. Sua esposa, a também jornalista Edna Nunes, teve seu carro fechado e foi agredida por dois homens.

Em maio, o repórter-fotográfico Carlos Wrede, do *JB*, foi agredido quando cobria o enterro de traficantes de drogas na favela do Jacarezinho (RJ). Por ter noticiado a quebra do sigilo bancário do delegado Jairo Kullmann, da Polícia Federal no Rio de Janeiro, o jornalista Marcelo Auler, de *O Dia*, foi indiciado por crime de desobediência pelo delegado federal Paulo Roberto de Jesus Rosa.

Em junho foi a vez de César Loureiro, do *O Globo*, ser agredido pelo suboficial da reserva da marinha, Alfredo da Silva, suspeito de venda de mercadorias importadas sem cobrança de impostos. Em julho, o cabo do exército José Alves Firmino foi denunciado pela Fenaj pelo uso ilegal de carteira de identidade profissional de jornalista para infiltrar-se indevidamente em reuniões e obter ilicitamente informações sigilosas.

Em agosto, munidos de mandado de busca e apreensão, PMs invadiram a sede do jornal *O Tempo*, em Belo Horizonte, em busca de arquivos fotográficos e de texto para identificação de líderes do movimento grevista da PM mineira. Em outubro foi assassinado o radialista Ronaldo Santana Araújo, em Funápolis (BA).

Em novembro foi ameaçada de morte a jornalista Mariza Romão, da TV Liberal, do Pará, afiliada da Globo.



Chuvisco no deserto

A ameaça norte-americana de bombardear o país de Saddam Hussein causa reação da Rússia e da França

Boris Yeltsin falou grosso em entrevistas a emissoras russas e jornais italianos. Alertou contra tentativas dos Estados Unidos de instaurar à força sua hegemonia numa região alvo de importantes interesses geopolíticos da Rússia e fez advertências contra o risco de conflagração mundial, se for levada a cabo a tão sonhada intervenção militar norte-americana no Iraque. Depois disso, em parte mudaram as previsões meteorológicas de uma terrível tempestade na Mesopotâmia para um inconstante chuvisco no deserto.

O líder russo começou a empreitada para deter o avanço norte-americano na região despachando o chanceler Yevgeny Primakov para Paris, com o objetivo de conseguir de seu colega Jacques Chirac a condenação antecipada a um possível ataque dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha a território iraquiano.

“Nós, França e Rússia, temos opiniões similares sobre a necessidade de fazer todo o possível para assegurar que a situação continue estável e que o Iraque respeite as resoluções da ONU”, diz a declaração.

Escalada

A partir daí, Yeltsin não poupou mais os Estados Unidos, acusando-os de querer dominar um mundo em que novos pólos começam a se formar, da China e Índia à Europa unificada.

À escalada de declarações do presidente russo se seguiram o silêncio de Washington e o desespero do primeiro-ministro da Grã-Bretanha, Tony Blair. Em discurso numa reunião do Partido Trabalhista ele tinha afirmado que a descoberta de 38 mil armas químicas, 48 mísseis *Scud* e um projeto para a fabricação de armas nucleares justificariam todo e qualquer esforço para tirar Saddam Hussein do poder.

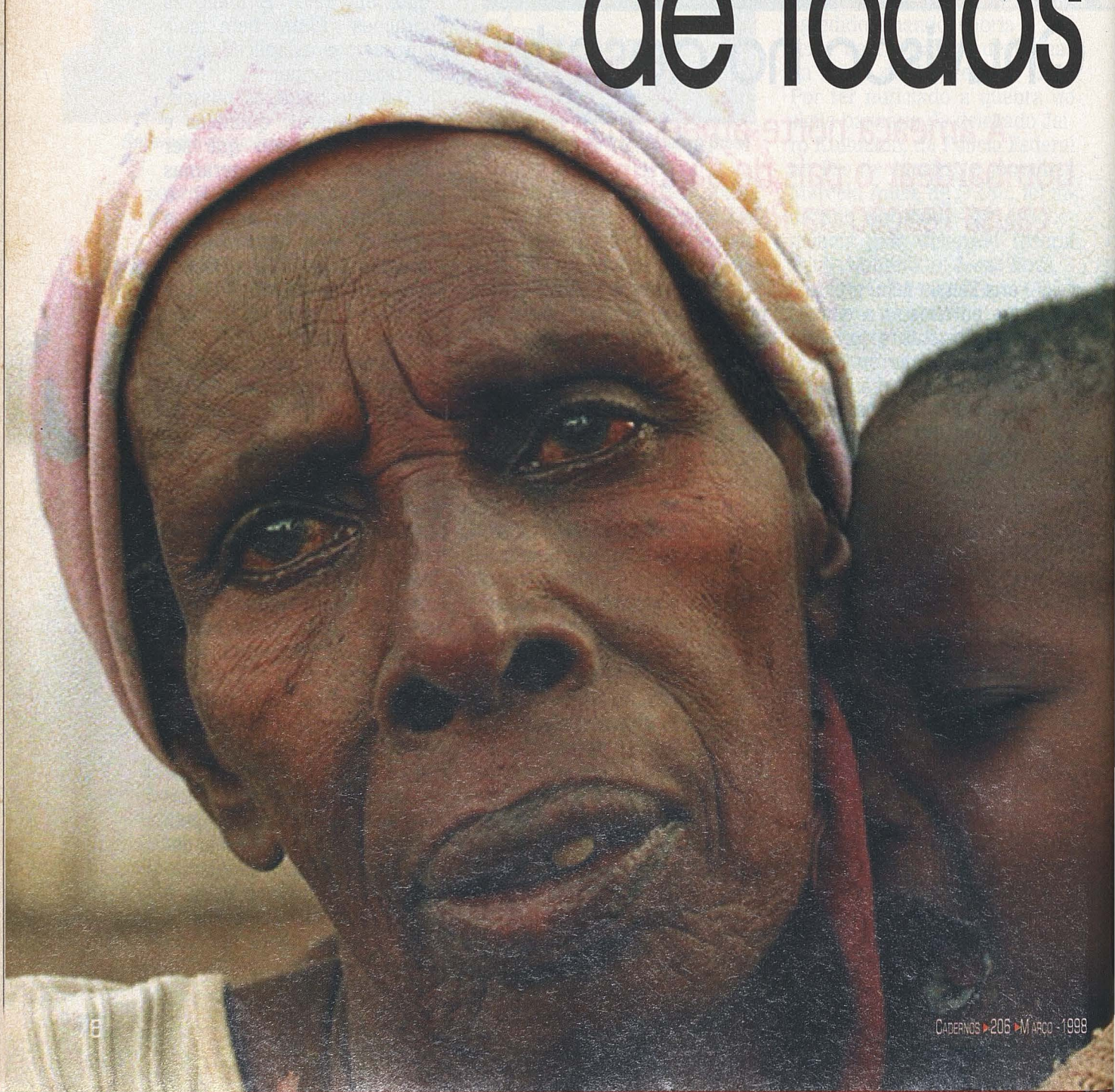
Mas, o jovem líder se esqueceu de mencionar que as recentes investigações no Iraque não foram resultado de um acordo, mas sim da imposição da vontade dos vencedores da Guerra do Golfo, em 1991. E mais: as condições foram bem mais rigorosas que as aplicadas por um tratado normal.

Daí que todos os mísseis, armas nucleares, químicas e biológicas tivessem que ser declarados e os programas proibidos eliminados. E o Iraque teve que aceitar a inspeção e o controle da Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM). O que poderia ter fugido ao controle desses especialistas?

Um outro revés significativo para os norte-americanos ficou por conta das declarações do príncipe Abdul Aziz, ministro da Defesa da Arábia Saudita. “Não vamos concordar com uma investida contra o Iraque”, disse o representante do governo árabe mais incondicionalmente fiel à Casa Branca. Bases dos Estados Unidos, segundo fontes do governo saudita, não terão permissão para operar em caso de confronto com o país vizinho.

Com a oposição de antigos aliados que se desenha na Europa e no Oriente Médio, só resta a uma frustrada Madeleine Albright, secretária de Estado norte-americana, depois do giro por países árabes, comemorar a adesão da Alemanha, de um vacilante Brasil e da sempre fiel Argentina à aventura cruzadista de seu governo. ■

Responsabilidade de todos



Países mais pobres denunciam descaso da comunidade internacional, que não honrou os compromissos assumidos e voltará a reunir-se para tratar deles só em 2001

Thalif Deen

A Organização das Nações Unidas decidiu realizar em 2001 a Terceira Conferência Internacional dedicada a analisar a situação dos países mais pobres do mundo. O evento, que deverá se debruçar sobre o futuro dos 48 países menos desenvolvidos (PMD) - cuja população é de 560 milhões, 10% dos habitantes do Planeta - dará continuidade a uma importante série organizada pela ONU sobre a situação das nações mais pobres. A meta é definir e adotar medidas para alavancar o desenvolvimento desse grupo de países que já foi chamado de Quarto Mundo.

A primeira e segunda conferências foram realizadas em 1981 e 1990, ambas em Paris. O evento de 2001 será organizado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), com sede em Genebra e principal agência do fórum mundial para os Países Menos Desenvolvidos.

Em dezembro passado, os 185 membros da Assembleia Geral da ONU adotaram por

unanimidade a resolução convocando o Comitê Preparatório Intergovernamental da conferência proposta, precedido por três reuniões de nível técnico.

Anwarul Karim Chowdhury, embaixador de Bangladesh e coordenador dos PMD na ONU, assinalou que a revisão do Programa de Ação adotado em 1981, na primeira conferência de Paris, é uma tarefa urgente, já que a sua implementação tem sido excessivamente lenta.

De fato, cansados de esperar pelo apoio internacional, a reunião anual dos PMD do ano passado responsabilizou a comunidade internacional por não "ter contribuído com esse grupo de países com a ajuda econômica prometida".

Bangladesh foi um dos primeiros países incluídos na lista de PMD em 1975, quando a ONU criou essa categoria especial para nela incluir as nações mais pobres do Planeta. "Naquele momento, havia somente 25 PMD e agora são 48", denuncia Chowdhury.

Perguntado se Bangladesh estaria amadurecido para sair do grupo de PMD, Chowdhury respondeu que não se trata de desejos nem de maturidade e sim de estar em condições de superar os grandes problemas que afetam essa populosa nação asiática, como o elevado crescimento demográfico.

O único país a melhorar a sua situação econômica e abandonar o grupo dos mais pobres foi Botsuana. No outro extremo, Vanuatu está para ingressar ao grupo.

O Comitê da ONU para o Planejamento do Desenvolvimento, encarregado de decidir quais são os países que devem fazer parte do grupo dos mais pobres, deve determinar se outros três (Ilhas Maldivas, Cabo Verde e Samoa) passarão a integrar o grupo.

Os Estados Unidos, que mantêm sua oposição às grandes conferências da ONU, concondou com essa futura reunião porque "o desenvolvimento econômico dos PMD é uma prioridade de Washington", declarou o embaixador norte-americano Seth Winnick. "Meu governo se opõe a novas conferências mundiais devido à grande pressão financeira que exercem sobre o orçamento da ONU. Porém, reconhece o amplo consenso que desperta o resultado do Programa de Ação para os PMD", acrescentou.

Winnick lamentou da falta de uma resolução explícita sobre as formas de financiamento do futuro encontro e expressou a sua esperança no sentido de que esforços sejam realizados "para se obterem recursos fora do orçamento".

O Comitê está estudando a proposta de criação de um "índice de vulnerabilidade" que passaria a medir a situação dos PMD sujeitos a permanentes desastres naturais ou obrigados a depender de economias baseadas na monocultura.

A maioria dos países mais pobres depende da exportação de produtos primários, como café, cobre e chá para gerar receitas de moeda estrangeira.

Dos 48 Países Menos De-



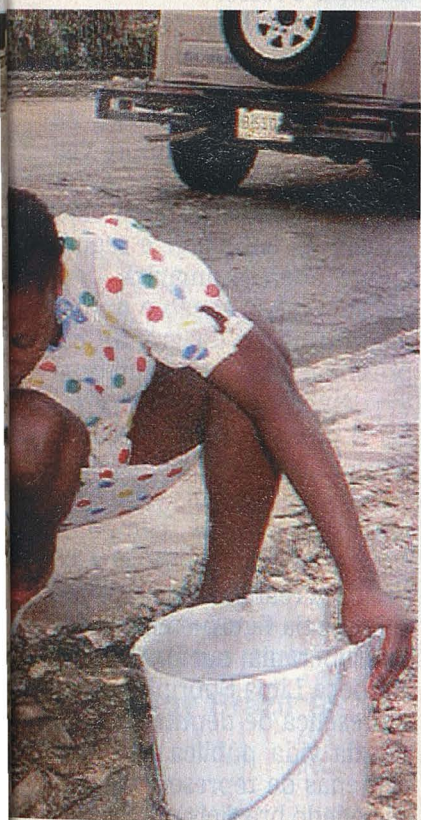
senvolvidos, um total de 33 ficam na África. Cada um deles têm uma renda média anual inferior a US\$ 700 por habitante (contra mais de US\$ 1.100 dos países em desenvolvimento e US\$ 22.000 dos países industrializados).

Conflitos políticos afetam ou afetaram quase um terço dos PMD. É o caso do Afeganistão, Angola, Burundi, Cambodja, República Democrática do Congo (ex-Zaire), Etiópia, Haiti, Libéria, Moçambique, Ruanda, Serra Leoa, Somália, Sudão, Togo e Iêmen.

O peso da dívida

Em uma declaração do ano passado, os PMD expressaram sua preocupação com o seu ritmo de crescimento, que continua a cair, enquanto as suas dívidas externas seguem





Em 48 países, 560 milhões de pessoas vão esperar até o próximo século para terem a atenção das nações mais ricas. Até lá, o mundo será palco do desrespeito cotidiano aos direitos dos cidadãos comuns no hemisfério sul. Higiene, alimentação, educação e outras necessidades básicas ficarão pendentes até 2001 quando a ONU voltará a analisar o tema

em aumento. Entre 1990 e 1995, a dívida dos grupos de países mais pobres aumentou US\$ 20 bilhões.

"As medidas atuais dirigidas a aliviar a dívida foram em grande medida inadequadas. E sem uma diminuição da dívida e das obrigações de pagamento dos juros não será possível obter um crescimento significativo", adverte a declaração.

As nações em desenvolvimento receberam US\$ 129 bilhões do total de 350 bilhões em investimentos externos diretos

realizados em 1996. Mas os investimentos dirigidos aos PMD foram somente de US\$ 1 bilhão. "Isso aconteceu apesar de o setor privado reconhecer que existem oportunidades de investimento" nos países mais pobres, acrescenta a declaração.

O administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Gus Speth, advertiu ainda que a maioria dos países menos desenvolvidos está no meio de uma batalha perdida pela sobrevivência. Com 10% da população mundial, os 48 países mais pobres só recebem 0,1% da receita do Planeta. Além disso, nas últimas duas décadas, a receita média por habitante caiu em vez de aumentar", denunciou o dirigente da Organização das Nações Unidas. ■

Novas ameaças à Petrobras

Neiva Moreira

Nos últimos tempos, o tema Petrobras voltou a ser muito focalizado. Como o petróleo move gigantescos interesses, seria ingênuo imaginar que tantas notícias ou especulações sobre aquela empresa e, sobretudo, sobre o seu destino, sejam uma casualidade ou coincidência.

Tudo indica que se trata de nova investida das multinacionais do óleo, visando à sua privatização, já que, pela reação nacional, só parcialmente esse objetivo foi até aqui alcançado.

O primeiro sinal nessa direção verificou-se na instalação da Agência Nacional do Petróleo, com o discurso altamente provocativo e sintomático do diretor-gerente, Sr. David Zylbersztajn. Disse ele que "a sociedade quer pressa, a sociedade quer mais óleo e menos monopólio", insinuação evidente de que há um monopólio, o que não é verdadeiro.

Nesse mesmo discurso, o Sr. Zylbersztajn, dirigindo-se ao auditório, disse que "o petróleo é vosso". Mudou o lema histórico do "petróleo é nosso", que mobilizou e uniu o povo brasileiro, pelo "é vosso".

Como a solenidade estava repleta de dirigentes, funcionários e lobistas das multinacionais, não ficou claro se, com o "é vosso", se dirigia ele ao povo

ou ao virtual monopólio do petróleo privado, ou ainda se fazia apenas divagação retórica, que, pelo ambiente, se tornaria desnecessário.

Essas declarações não teriam maior importância, se o orador não fosse genro do presidente da República, não deixando claro se essa opinião era sua ou do governo. Seja como for, é um alerta que deve ser tomado em consideração.

Em declaração posterior, o mesmo funcionário afirmou que, nos futuros contratos de concessão, a Agência exigirá que informações até agora consideradas "reservadas" pela companhia fossem entregues àquele órgão: "Será a primeira vez que isso acontece no Brasil", disse ele em tom ufanista.

É natural que, em matéria tão complexa e competitiva como o petróleo, deve haver assuntos reservados, que agora o Sr. David quer retirar dessa condição, sem sequer prometer fazer o mesmo com as empresas privadas concorrentes - que têm uma velha história de segredos e manobras.

O *Jornal do Commercio*, sempre bem informado e objetivo, publicou em manchete o noticiário sobre nossa política petrolífera, sob o título: "Banco do Brasil e Petrobras na privatização branca - venda antecipada de ativos contorna barreiras para desestatização". É uma síntese correta do que circula nos bastidores políticos.

O mais grave é que essa política sobre a Petrobras expressa na desnecessária e, repito, sintomática posição do diretor-gerente da ANP, ocorre quando a empresa atinge extraordinários níveis de desempenho, com investimentos já realizados superiores a R\$ 25 bilhões, sem neles incluir as reservas que superam 14 bilhões de barris, nem as refinarias.

As multinacionais já conseguiram expressivo êxito parcial na primeira investida contra o monopólio estatal do petróleo. Agora, pretendem alcançar o resto.

O Congresso, a opinião pública, as Forças Armadas que, preocupadas com a soberania e os interesses nacionais, estiveram sempre vigilantes em defesa da Petrobras, devem estar alertas com essas manobras, sutis hoje e seguramente abertas amanhã - que visam à privatização e ao desmantelamento da grande empresa nacional, que é um orgulho do nosso povo.

A posse da nova direção da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet) foi uma resposta a essa campanha (veja matéria nas pág. 29 a 33).

Uma reunião histórica, presidida pela figura emblemática da soberania nacional, o Dr. Barbosa Lima Sobrinho, e com a presença de deputados, figuras da vida pública do país e centenas de representantes da sociedade brasileira. ■

**Reserve agora seu espaço em
um ambiente de pura energia
para os seus negócios.**



Energy Brazil '98

2ª Feira Internacional de Geração, Transmissão e
Distribuição de Energia



Environment Brazil '98

2ª Feira Internacional de Tecnologias Ambientais

**8 a 11 de junho de
Riocentro - Rio de Janeiro - Brasil**

Único evento da América Latina que irá reunir mais de 150 expositores, nacionais e internacionais, nas áreas de Energia, Petróleo & Gás e Meio Ambiente.

Mais de US\$ 40 Bi de investimentos programados para o setor nos próximos cinco anos.

O Rio de Janeiro, capital mundial do desenvolvimento sustentável, é um dos mercados mais dinâmicos em expansão do Mercosul.

Garanta já a melhor localização da sua empresa no evento!

Envie o cupom abaixo para o fax: 021 533-6409

e obtenha informações sobre as vantagens para reservas antecipadas.

☒ Sim, eu quero receber mais informações sobre a feira:

☐ **Energy Brazil '98**

☐ **Environment Brazil '98**

Empresa:

Endereço: CEP:

Telefone: Fax: E-mail:

Contato: Cargo:

Ramo de Atividade:

Organização:



Feiras e Congressos
Internacionais Ltda.

Av. Beira Mar, 200 / 9º andar
20021-060 - Centro
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 55 (0) 21 533-1183
Fax: 55 (0) 21 533-6409
E-mail: gima@infolink.com.br
Internet http://www.gima.de



International Trade and
Exhibitions Group

Co-organização:



Conselho Empresarial Brasileiro
para o Desenvolvimento Sustentável

Cia. Aérea Oficial:



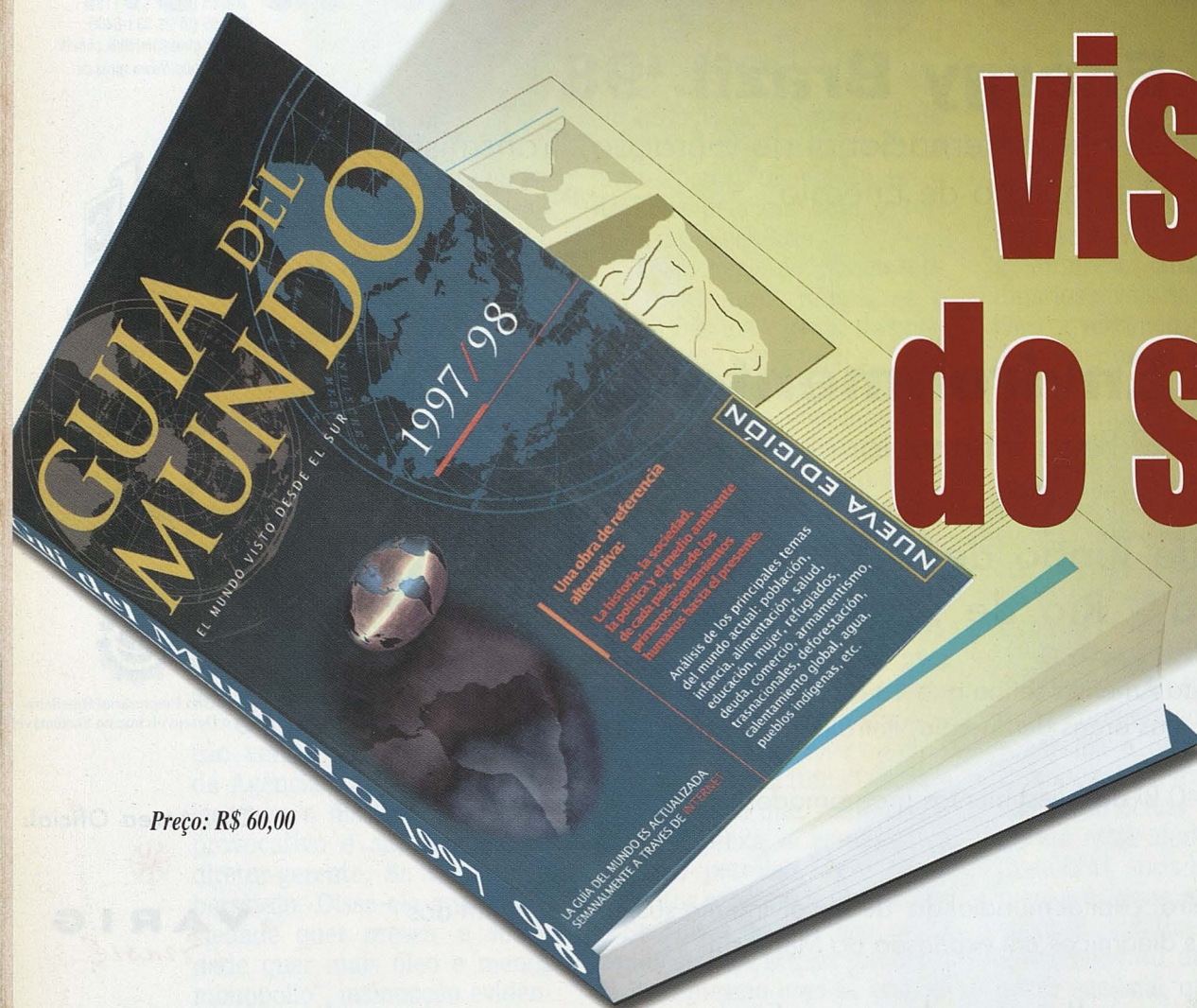
VARIG
Brasil

Consulte pacotes especiais
de passagens e estadias.
Toll Free 0800 997 000
Código Interevents CGE3 8289

Assinale a sua área de
interesse:

- ☐ Exposição
- ☐ Patrocínio
- ☐ Publicidade
- ☐ Visitação

O mundo visto do sul



Preço: R\$ 60,00

Lançamento em agosto de 1998

Reserve já o seu exemplar

EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA.

Depto. de Assinaturas: Rua da Glória, 122 / 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241-180

E-mail: caderno@ax.apc.org / Fax: (021) 252-8455 / Telefone: (021) 221-7511